

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TELMA MARIA VIOLA DE SOUZA

**Biblioteca e Educação Profissional:** um estudo das bibliotecas dos Institutos  
Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

São Paulo  
2022

TELMA MARIA VIOLA DE SOUZA

**Biblioteca e Educação Profissional:** um estudo das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Cultura e Informação  
Orientador: Prof. Dr. Edmir Perrotti

Versão corrigida  
(versão original disponível na Biblioteca da ECA/USP)

São Paulo  
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Souza, Telma Maria Viola de  
Biblioteca e Educação Profissional: um estudo das  
bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência  
e Tecnologia / Telma Maria Viola de Souza; orientador,  
Edmir Perrotti. - São Paulo, 2022.  
169 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em  
Ciência da Informação / Escola de Comunicações e Artes /  
Universidade de São Paulo.  
Bibliografia  
Versão corrigida

1. Biblioteca. 2. Educação Profissional. 3. Instituto  
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. 4.  
Biblioeducação. I. Perrotti, Edmir. II. Título.

CDD 21.ed. -

020

Nome: Telma Maria Viola de Souza

Título: Biblioteca e Educação Profissional: um estudo das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a): \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a): \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof(a). Dr(a): \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_ Julgamento: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Edmir Perrotti. Não posso deixar de iniciar sem agradecer ao grande mestre dessa jornada. Apesar de todo distanciamento imposto nos últimos anos pelo contexto pandêmico, o Prof. Edmir sempre esteve presente com sua sabedoria e gentileza, ensinando a enxergar mais longe. Do mesmo modo, agradeço à Prof. Dra. Ivete Pieruccini e aos colegas do GPEB – Grupo de Pesquisa em Biblioeducação pelos ensinamentos partilhados.

Ao Instituto Federal do Paraná – IFPR, por autorizar o afastamento para minha qualificação acadêmica. A todos os colegas do *campus* Foz do Iguaçu que participaram desse processo, em especial aos meus grandes parceiros da biblioteca: Glaucia, Hugo e José Victor que, desde o início, me apoiaram e me incentivaram. Também agradeço aos estudantes, força motriz dessa jornada e aos bibliotecários de todos os Institutos Federais que cooperaram, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores Dra. Jussara Santos Pimenta, Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Jr. e Dra. Sueli Bortolin, pelas contribuições realizadas quando da realização do exame de qualificação.

À minha família que sempre torceu por mim, especialmente à memória de meu pai, que partiu logo nos primeiros passos dessa caminhada.

Às diversas mulheres que a vida me trouxe e que me inspiram todos os dias. À Paola, Regina, Luciane e tantas outras que partilharam as dores e delícias da pós-graduação.

Ao Fábio, meu companheiro, por deixar a caminhada da vida mais leve e por me apoiar incondicionalmente. Sem ele tudo seria menos colorido.

*A maior riqueza  
do homem  
é sua incompletude.  
Nesse ponto  
sou abastado.  
Palavras que me aceitam como sou  
– eu não aceito.  
Não aguento ser apenas  
um sujeito que abre  
portas, que puxa  
válvulas, que olha o  
relógio, que compra pão  
às 6 da tarde, que vai  
lá fora, que aponta lápis,  
que vê a uva etc. etc.  
Perdoai. Mas eu  
preciso ser Outros.  
Eu penso  
renovar o homem  
usando borboletas.*

## RESUMO

SOUZA, T. M. V. **Biblioteca e Educação Profissional**: um estudo das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dissertação (Mestrado Acadêmico). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação: Escola de Comunicações e Artes: Universidade de São Paulo, 2022.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados em 2008, trouxeram uma proposta de reformulação para o Ensino Profissional e Tecnológico no país. O objetivo deste estudo foi identificar como as suas bibliotecas foram definidas e se desenvolveram em relação ao projeto estipulado. Para isso, desenvolveu-se um estudo documental exploratório, de caráter histórico-cultural, com abordagem predominantemente qualitativa. O universo desta pesquisa corresponde aos 38 Institutos Federais e às 589 bibliotecas identificadas como vinculadas a eles. Para o desenvolvimento do trabalho, foram selecionadas três instituições (IFRO, IFSP e IFMA), que representam 67 bibliotecas estudadas. No que diz respeito ao campo teórico, esta investigação fundamenta-se na abordagem da Biblioeducação, linha de pesquisa em desenvolvimento na ECA/USP que busca compreender como se dão as diferentes relações entre as áreas da Biblioteconomia e da Educação, especialmente no contexto brasileiro. O estudo foi realizado a partir das diretrizes nacionais que regulamenta o ensino profissional e os Institutos Federais e das normativas que orientam suas bibliotecas. Os resultados evidenciaram a existência de uma grande rede nacional de bibliotecas ligadas aos Institutos Federais, composta por quase seiscentas unidades, espalhadas pelas cinco regiões do país e que possibilitam acesso ao conhecimento, à cultura e à educação para parcelas populacionais muitas vezes desassistidas. Constatou-se que, dentre essas unidades, existem diferentes estágios de atuação e de desenvolvimento, marcados pela ausência de uma política nacional que as integre entre si e aos objetivos anunciados. A proposta de remodelação conceitual para o campo da Educação Profissional brasileira, situada dentro de um projeto nacional para a Educação, não se articula com as suas bibliotecas, que continuam sendo concebidas como coadjuvantes, auxiliares dos processos educativos e não como dispositivos intrínsecos a eles. Assim, a partir do material estudado, foi possível observar uma certa dissonância entre a proposta declarada pelos Institutos Federais e o modo como suas bibliotecas foram formalmente concebidas. Embora tenham sido identificadas a existência de iniciativas em unidades específicas que buscam superar tal disparidade, elas são isoladas e não conseguem instituir uma nova cultura e novas relações orgânicas entre biblioteca e Educação no âmbito geral dos Institutos Federais.

Palavras-chave: biblioteca; Educação Profissional; Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Biblioeducação.

## ABSTRACT

SOUZA, T. M. V. Library and Vocational Education: a study of Brazilian Federal Institutes of Education, Science and Technology. Thesis presented as part of the master program. Post-graduation program in Information Science: Arts and Communication School: University of São Paulo, 2022.

The Federal Institutes of Education, Science and Technology, created in 2008, brought a proposal for reformulation regarding Vocational and Technological Education in the country. The purpose of this study was to identify how these institutes's libraries were conceived and developed in relation to the defined project. To this end, an exploratory documentary study was conducted, of a cultural-historical nature and a predominantly qualitative approach. The universe of this research consists of 38 Federal Institutes and 589 libraries identified as being linked to them. For the development of this study, three institutions were selected (IFRO, IFSP and IFMA), which represent 67 libraries investigated. Regarding the theoretical field, this research is based on the *Biblioeducation*<sup>1</sup> approach, which stands for library education, a line of research under development at Arts and Communication School of University of São Paulo (ECA/USP) which pursues to understand how the different relationships between the areas of Librarianship and Education unfold, particularly in the Brazilian context. The study was performed based on the national guidelines that regulate vocational education and the Federal Institutes and the directives that orient their libraries. The results revealed the existence of a large national network of libraries connected to the Federal Institutes, consisting of almost six hundred units spread throughout the five regions of the country and which provide access to knowledge, culture, and education for population groups that are often unattended. It was found that, among these units, there are different phases of performance and development, characterized by the absence of a national policy that integrates them with each other and with the announced objectives. The proposal for a conceptual remodeling regarding the Brazilian Vocational Education, set within a national project for Education, does not articulate with its libraries, which continue to be conceived as secondary, assistants of the educational processes and not as intrinsic mechanisms to them. Thus, from the material studied, it was possible to observe a certain divergency between the proposal declared by the Federal Institutes and the way their libraries were formally conceived. Although initiatives have been identified in specific units that seek to overcome such disharmony, they are isolated and fail to establish a new culture and new organic relations between library and Education in the general scope of the Brazilian Federal Institutes.

Keywords: library; vocational education; Federal Institutes of Education, Science and Technology; Biblioeducation.

---

<sup>1</sup> Neologism that refers to the articulation of Library Science and Education.



## LISTA DE SIGLAS

ABIB - IFRO	Assessoria de Bibliotecas do Instituto Federal de Rondônia
CBBI	Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CEFET(s)	Centros Federais de Educação Tecnológica
CNE	Conselho Nacional de Educação
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FIC	Formação Inicial e Continuada
IF(s)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFAC	Instituto Federal do Acre
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFBAIANO	Instituto Federal Baiano
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IFF	Instituto Federal Fluminense
IFFARROUPILHA	Instituto Federal Farroupilha
IFG	Instituto Federal de Goiás
IFGOIANO	Instituto Federal Goiano
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IFMS	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
IFMT	Instituto Federal Mato Grosso
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IFPA	Instituto Federal do Pará
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
IFPE	Instituto Federal de Pernambuco
IFPI	Instituto Federal do Piauí
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFRJ	Instituto Federal do Rio de Janeiro
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
IFRR	Instituto Federal de Roraima
IFRS	Instituto Federal do Rio Grande do Sul
IFS	Instituto Federal de Sergipe
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina

IFSERTÃO-PE	Instituto Federal do Sertão Pernambucano
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IFSUDESTE MG	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
IFSUL	Instituto Federal Sul Riograndense
IFSULDEMINAS	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
NBR	Norma Brasileira
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPA	Plano Plurianual de Governo
PT	Partido dos Trabalhadores
REDEBI - IFMA	Rede de Bibliotecas Integradas do Instituto Federal do Maranhão
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

## LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro I – Instituições que compõem a Rede Federal De Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2022 .....	24
Quadro II – Caracterização das bibliotecas multiníveis .....	56
Quadro III – Os diferentes modelos de biblioteca.....	69
Quadro IV – Legislação e atos normativos da Educação Profissional e Tecnológica .....	84
Quadro V – Documentos das instituições selecionadas como amostra da pesquisa .....	84
Quadro VI – As bibliotecas dos Institutos Federais em números .....	91
Figura I - Bibliotecas dos Institutos Federais por estado .....	93
Quadro VII – Categorias de análise legislação e atos normativos da Educação Profissional e Tecnológica .....	97

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: SÍNTESE DE UMA TRAJETÓRIA .....</b>	<b>18</b>
2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE: A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – RFEPCT.....	21
2.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UM “MARCO HISTÓRICO” .....	26
2.3 AS RELAÇÕES ENTRE O SABER E O SABER FAZER: OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	33
<b>3 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA .....</b>	<b>43</b>
3.1 SOBRE AS ORIGENS E OS FUNDAMENTOS .....	43
3.2 ASPECTOS E CARACTERÍSTICAS DAS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS .....	49
3.3 A BUSCA POR UMA NOMEAÇÃO: A BIBLIOTECA <i>MULTINÍVEL?</i> .....	53
<b>4 AS INTERSECÇÕES ENTRE BIBLIOTECONOMIA E EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE .....</b>	<b>61</b>
4.1 AS CONCEPÇÕES DE BIBLIOTECA E BIBLIOTECONOMIA.....	61
4.2 CONSERVAÇÃO, DIFUSÃO E MEDIAÇÃO: OS DIFERENTES PARADIGMAS DE BIBLIOTECA .....	66
4.3 O PAPEL EDUCATIVO DAS BIBLIOTECAS .....	70
<b>5 O CAMINHO METODOLÓGICO.....</b>	<b>79</b>
5.1 OBJETIVOS .....	79
5.2 UMA PESQUISA DOCUMENTAL EXPLORATÓRIA .....	79
5.2.1 O estudo documental .....	81
5.2.2 A seleção das instituições pesquisadas .....	86
5.2.3 A base teórica para a análise .....	87
5.2.4 Os procedimentos para o mapeamento .....	88
<b>6 A PESQUISA: AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>91</b>
6.1 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM NÚMEROS: OS DADOS DO MAPEAMENTO .....	91
6.2 O REGIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE DAS NORMATIVAS .....	97
6.3 AS BIBLIOTECAS E SEUS CONTEXTOS: UM ESTUDO DOS REGULAMENTOS INSTITUCIONAIS.....	109
6.3.1 Instituto Federal de Rondônia – IFRO.....	110

6.3.2 Instituto Federal de São Paulo – IFSP .....	114
6.3.3 Instituto Federal do Maranhão – IFMA .....	118
6.4 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO ESTUDO DOCUMENTAL .....	128
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>153</b>
Apêndice I – Localidades das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.....	153

## 1 INTRODUÇÃO

Criados pela Lei nº 11.892 de 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia visavam à expansão, interiorização e renovação conceitual e metodológica da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. Caracterizados como entidades educacionais públicas, são projetados a partir de uma concepção de Educação que pretende ser integral, politécnica e emancipadora. Eles foram constituídos para oferecer não só ensino básico, técnico e tecnológico gratuitos à população brasileira, mas também para promover práticas fundamentadas em ideais de formação cidadã para o trabalho, em oposição a métodos redutores, de dimensões adaptativas e procedimentais, destinadas fundamentalmente ao atendimento de demandas instrumentais e de suprimento de mão de obra para o mercado. Situados dentro de uma política nacional de Educação, os Institutos Federais (IFs) estão diretamente relacionados ao projeto societário da época, autodenominado por seus agentes como democrático e popular.

Decorrentes dessa criação surgiram, assim, no interior dos IFs, centenas de bibliotecas, espalhadas por todo o território nacional e que serão o objeto privilegiado desta dissertação. De acordo com dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha – PNP (2022), atualmente no Brasil há 38 Institutos Federais, com 602 *campi* em funcionamento e que atendem a mais de um milhão e quatrocentos mil alunos. Segundo averiguação desta pesquisa, existem 589 bibliotecas ligadas a eles e que, devido a sua história recente e suas características diferenciadas, requerem o desenvolvimento de estudos que possibilitem um melhor entendimento a seu respeito, já que são parte de uma rede viva e dinâmica que pretende renovar não só as bases do ensino profissionalizante, mas também da própria Educação ao redefinir o conceito de trabalho e tomá-lo como categoria educativa e de base cidadã.

Voltadas ao atendimento das comunidades interna e externa nas áreas onde foram instaladas, as bibliotecas dos Institutos Federais possuem algumas particularidades que as singularizam, principalmente no que se refere à grande diversidade de público a qual se destinam, com origem social, idade e níveis formativos bastante variados, que vão desde a escolarização básica profissionalizante até a pós-graduação. Resultam daí múltiplos e distintos interesses e necessidades educacionais, informacionais e culturais.

Em função desse cenário, ainda não está estabelecido um consenso no campo bibliotecário sobre o que seriam essas unidades de informação nem qual a melhor denominação para elas. Embora estejam instaladas em instituições de educação formal, elas são multifuncionais. Desse modo, as classificações de bibliotecas consagradas atualmente (públicas, escolares, universitárias, especializadas, etc.) não identificam plenamente as características e demandas desses dispositivos de múltiplas identidades.

Profissional atuante dessa rede há algum tempo, o conhecimento empírico decorrente de dificuldades práticas ligadas a essa indefinição foi o que levou a pesquisadora a tentar compreender, num plano teórico, as questões observadas no cotidiano dessas bibliotecas. Dentre eles, desajustes que apontavam para um certo e incômodo desencontro entre intenção e realização, ou seja, entre o projeto de Educação Tecnológica declarado e o modo como sua rede bibliotecária se apresenta. Essa busca pela compreensão conceitual das questões vivenciadas no dia a dia profissional acabou levando-nos ao mestrado na ECA/USP e à participação no GPEB – Grupo de Pesquisa em Biblioeducação, criado e coordenado cientificamente pelo Prof. Dr. Edmir Perrotti, orientador desta dissertação, e pela Profa. Dra. Ivete Pieruccini.

Tencionando a consolidação das bibliotecas dos Institutos Federais como campo de pesquisa e atuação, este trabalho procurou reconhecer e apresentar os princípios que sustentam o seu desempenho, especialmente dentro do contexto do ensino profissional, identificando suas práticas, seus espaços, seus atores e suas comunidades, de modo a reconhecê-las enquanto dispositivos de cultura, educação e conhecimento singulares. Compreender como se deu o desenvolvimento e a estruturação dessas unidades é necessário para identificar o plano de ação que originou a rede de extensão nacional formada por elas, investigando se houve um desenvolvimento metodológico na criação das bibliotecas dos 38 Institutos Federais ou se este deu-se de modo singular e autônomo em cada instituição.

A partir dessas questões, o objetivo geral proposto para este trabalho foi identificar como as bibliotecas dos Institutos Federais foram definidas e se desenvolveram em relação ao projeto de educação profissionalizante atribuído a essas instituições, procurando compreender como vêm sendo estabelecidas as relações entre a atuação dessas bibliotecas e as novas concepções de ensino apresentadas adiante em nosso trabalho.

Para tanto, retratou-se os Institutos Federais a partir do contexto histórico da Educação Profissional brasileira, discutindo o seu sentido de criação e o projeto societário envolvido, situando as suas bibliotecas dentro desse quadro geral mais amplo. Analisou-se, também, como esses dispositivos trabalham dentro de tais condições: seriam eles participantes ativos da formação de suas comunidades ou atuam simplesmente como suporte fornecedor de recursos informacionais necessários às atividades de ensino e pesquisa? Tais reflexões foram desenvolvidas a partir das dimensões educacionais, culturais e sociais envolvidas e procuraram delimitar seus limites e suas possibilidades. A partir desses levantamentos foi possível reconhecer as concepções que orientam essas bibliotecas, identificando os modelos epistêmicos que as sustentam.

De acordo com os objetivos e métodos estabelecidos, esta pesquisa se constitui em estudo documental e exploratório, de caráter histórico-cultural (MARCONI; LAKATOS, 2003) e de abordagem qualitativa (MINAYO, 2009). Por meio de uma investigação documental que se aliou a consultas em pesquisas correlatas já desenvolvidas e a conhecimentos empíricos propiciados pela prática profissional, este trabalho buscou evidenciar a convivência de orientações distintas entre as bibliotecas dos Institutos Federais, a partir da categorização estabelecida por Perrotti (2017), o qual explica os diferentes modelos de biblioteca (*templum*, *emporium* e *forum*) e seus paradigmas culturais.

Para responder aos questionamentos levantados foram estudadas as diretrizes educacionais que orientam o funcionamento dos Institutos Federais a nível nacional, em comparação com normativas de três instituições específicas selecionadas como base para as investigações: o IFRO, o IFSP e o IFMA, a fim de compreendermos se tais direcionamentos apontam para uma mesma direção. Realizou-se, também, a construção de uma cartografia geral dessa recente e diferenciada rede brasileira de bibliotecas com a finalidade de ampliar o conhecimento sobre elas, situando-as nos quadros gerais das políticas para a Educação no país. Essa perspectiva permite evidenciar tanto a abrangência do esforço realizado na estruturação desses dispositivos como as potencialidades promissoras de sua atuação, ligadas à esfera educacional.

No campo teórico, esta dissertação se enquadra nas linhagens metodológicas inter e transdisciplinares que dão sustentação à Biblioeducação. Concebida como área de estudo cujo pressuposto parte da existência de uma fratura cultural de partida



que se estende histórica e epistemologicamente no Brasil, afetando não apenas os campos da Biblioteconomia e da Educação, enquanto tais, mas sobretudo suas relações. A Biblioeducação é, portanto, uma epistemologia e uma metodologia, em processos permanentes de construção, que visam compreender e enfrentar tal ruptura em suas dimensões teóricas e práticas.

Uma gama de questões inscritas nesse campo de pesquisa talvez se apresente como temas recorrentes nas bibliotecas dos Institutos Federais. Eles se referem à ausência de políticas nacionais que coordenem os objetivos das bibliotecas com os da instituição em geral, a carência de uma rede articuladora que ajude a debater, compreender e fazer avançar os diferentes dilemas teóricos e práticos que surgem constantemente, se avolumando e atropelando o cotidiano das unidades e de suas comunidades, bem como o papel secundário designado às bibliotecas nos planejamentos educacionais.

A partir desses impasses, este trabalho direcionou seus esforços na tentativa de compreender *se e como* essa intrincada problemática – um hiato prático e epistêmico – se apresenta especificamente dentro dos Institutos Federais. Procurou-se, assim, esclarecer se foi seguida a tendência de fragmentação histórica entre os dois campos socioculturais e científicos, ou seja, o da Biblioteconomia e o da Educação. Eles conseguiriam romper as barreiras que os separam, oferecendo novas perspectivas de Educação e Cultura? Entre a abordagem politécnica inovadora e a funcionalista, fragmentada e instrumental tradicional, como se situam essas bibliotecas? Inovam? Representam caminhos alternativos a modelos tradicionais e que já se mostraram ineficazes do ponto de vista educativo e cultural? Avançam e poderiam servir de referência a outras redes públicas de ensino, dada a abrangência dos Institutos no cenário nacional? Buscou-se, desse modo, averiguar se tais problemas históricos foram resolvidos em um projeto educacional que se pretende inovador ou continuam a se repetir, a apresentar dilemas recorrentes e que necessitam ser superados com novas culturas e não apenas medidas paliativas e pontuais.

Com base nessas abordagens foi possível identificar se o funcionamento das bibliotecas dos Institutos Federais depende mais das políticas e diretrizes estabelecidas ou varia de acordo com perspectivas individuais e voluntaristas dos profissionais envolvidos. Compreender a realidade desses dispositivos, considerando a complexidade e a diversidade dos contextos onde estão inseridos, possibilitou

avaliar os caminhos a serem enfrentados por projetos educativos que envolvem, especialmente, unidades de memória e informação ligados a instituições de educação formal, que fazem das salas de aula o centro de processos formativos de bases difusionistas e adaptativos.

Diante do contexto apresentado, de forma geral, o que este trabalho propõe é a investigação das bibliotecas dos Institutos Federais, buscando identificar as relações estabelecidas entre esses dispositivos e o projeto educacional e societário envolvido na criação dessas instituições, refletindo-se, desse modo, sobre o papel que essas unidades realizam ou poderiam desempenhar nos contextos educativos e culturais brasileiro. Com isso, foi possível reconhecer a cultura estabelecida nessas bibliotecas e avançar na compreensão sobre as relações existentes entre Biblioteca, Educação e Educação Profissional no Brasil.

## 2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: SÍNTESE DE UMA TRAJETÓRIA

A Educação Profissional refere-se à modalidade de ensino que visa preparar indivíduos para o exercício de profissões e atuação no mundo do trabalho (BRASIL, 1996). Termos como Educação Profissional, ensino profissionalizante, Educação Profissional e Tecnológica, formação técnica, entre outros, remetem todos a esse tipo de ação educativa, vinculada diretamente ao preparo de sujeitos para diferentes exercícios profissionais, ligados em alguma medida ao mundo não só do trabalho, mas do trabalho técnico e/ou técnico especializado. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) esclarecem que essas variações semânticas das expressões utilizadas para se referir a esse tipo de formação é usual e, muitas vezes, revelam tentativas de superação de aspectos tidos como negativos, por ser uma categoria de ensino destinada às classes populares, em geral.

A Educação, seja ela voltada aos trabalhadores ou não, sempre foi objeto de preocupações e disputas políticas, em tempos passados e recentes, no quadro geral brasileiro. Para compreendermos com maior precisão como o debate sobre o sistema de ensino profissionalizante se apresenta atualmente no país, faz-se necessário acompanhar os caminhos percorridos por ele. Só assim é possível, talvez, lançar novas questões e compreender o papel das bibliotecas nesse complexo quadro, repleto de movimentos intrincados e contraditórios, mas que vem ganhando espaço na sociedade brasileira.

Nos estudos sobre o tema, são comuns as análises iniciarem-se a partir de 1930, período marcado pelas transformações da Era Vargas e a necessidade de formação de mão de obra trabalhadora especializada, para atender às demandas da industrialização. Embora essa década seja um marco muito importante para a história da Educação do país, em geral, é difícil o entendimento da problemática da Educação Profissional sem um olhar mais longínquo, remontando à era colonial da nossa história.

O período conhecido como Brasil Colônia (1530–1822) teve seu desenvolvimento econômico e social baseado na força de trabalho da mão de obra escrava. Santos (2011) conta que, desde essa época, iniciou-se uma certa classificação entre os diferentes ofícios, fundada em critérios como atividades para homens livres e atividades para pessoas escravizadas, estas últimas normalmente relacionadas à necessidade de utilização da força física e habilidades manuais. Para

o autor, grande parte do preconceito ligado ao trabalho manual no Brasil teria sua origem nesse período, quando os indivíduos livres procuravam se afastar de certas atividades que evidenciavam o pertencimento a determinada classe social. Assim, a categorização das atividades superará o campo do trabalho e passará a compor um status social, refletindo-se nas diversas formas de organização da sociedade, inclusive na educação.

A gênese do preconceito contra o trabalho manual vai estar centrada muito mais no tipo de inserção do trabalhador na sociedade (se escravo ou homem livre), e muito menos na natureza da atividade em si. O tratamento discriminatório dado a diversas ocupações manuais que ocorreu no Brasil-colônia foi uma das razões, dentre outras, que levou à aprendizagem das profissões (SANTOS, 2011, p. 205).

É ainda no período colonial que se inaugura o modelo de educação para o trabalho voltado às classes populares e isolado da Educação Básica regular, esta última destinada inicialmente à formação das elites, conforme relata Moura (2007). O autor trata essa diferenciação como um dualismo estrutural, marcado pela separação da cultura geral *versus* cultura técnica, da formação academicista em oposição à formação para o mercado. Essa característica permanece, norteando o desenvolvimento da Educação Profissional ao longo dos séculos no país, e somente na contemporaneidade começam a surgir algumas tentativas de superação dessa divisão.

No período do Império, a partir de 1822, a formação para o trabalho estava predominantemente a cargo de associações religiosas e filantrópicas, e tinha como características marcantes o caráter assistencialista e por vezes compulsório (MACHADO, 2011). O ensino de ofícios a órfãos e, posteriormente, aos humildes, pobres e desvalidos (GARCIA *et al.*, 2018) reforça a forma de divisão do trabalho e como ele é visto na sociedade, intensificando os estigmas já existentes. Nesse período, vê-se o surgimento de iniciativas como as escolas de comércio, de indústria ou de belas artes, incluindo os liceus de artes e ofícios, nas principais cidades brasileiras.

Embora seja possível identificar iniciativas isoladas, Moura (2007) conta que não existem registros de projetos contundentes para a Educação Profissional no país até o século XIX. O autor explica que a educação geral ou propedêutica era destinada à alta sociedade, com o objetivo de formar os futuros dirigentes, enquanto a classe trabalhadora recebia instrução limitada à execução de determinados ofícios. Desse

modo, a educação contribuía para reproduzir e perpetuar o modelo de divisão das classes sociais, garantindo a manutenção dessa ordem, “já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso” (MOURA, 2007, p. 5).

Já após 1889, com a Proclamação da República, o Estado brasileiro passa a desenvolver projetos na área educacional.

O início do Século XX trouxe uma novidade para a história da educação profissional do país quando houve um esforço público de organização da formação profissional, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a preparação de operários para o exercício profissional. Assim, em 1906, o ensino profissional passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, mediante a busca da consolidação de uma política de incentivo para preparação de ofícios dentro destes três ramos da economia (MOURA, 2007, p. 6).

Com a publicação do Decreto nº 7.566, em 1909, o então presidente Nilo Peçanha instaura as Escolas de Aprendizes e Artífices em todas as capitais do país, fato comumente reconhecido como marco inicial da Educação Profissional brasileira. Apesar de apresentarem problemas, tais escolas foram se consolidando com o passar do tempo, tornando-se o modelo de referência para o Ensino Técnico e Profissional no país (SANTOS, 2011). É importante pontuar aqui que diversos Institutos Federais atualmente em funcionamento têm sua origem nessas escolas técnicas, com uma trajetória secular.

A partir desse momento, quando o Estado passa a reconhecer e ofertar a formação profissionalizante como importante e necessária para o desenvolvimento social, ocorre um salto evolutivo no campo. De forma bastante resumida, as Escolas de Aprendizes e Ofícios foram sofrendo modificações, como o desvinculamento do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, passando a se subordinar ao Ministério da Educação e Saúde Pública, até serem transformadas em Liceus Industriais. Somente em 1930, período marcado pelos projetos de industrialização, é que a Educação Profissional passa a ser tratada como uma política pública no Brasil, aparecendo inclusive nos planos nacionais de desenvolvimento (RAMOS, 2014).

Nos anos subsequentes, foram inúmeras as mobilizações que impactaram o Ensino Profissional, conforme esclarecem Sales e Oliveira (2011). A Reforma Capanema, em 1942, determinava o sistema educacional dual que prevaleceu na Era

Vargas. É nessa época também que se cria o chamado Sistema Nacional de Aprendizagem, o *Sistema S*: Senai, Senac, Sebrae, Senar, Senat, etc., de caráter privado, mas que recebe aporte financeiro do Estado até a atualidade. Em 1961, foi publicada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que conseguiu trazer para a legislação nacional a proposta inédita de equivalência entre educação geral e profissional. No período do governo ditatorial, instaurado a partir de 1964, a LDB sofreu profundas alterações como a obrigatoriedade da habilitação profissional para a formação secundária (atual Ensino Médio), extinta apenas em 1982 (SALES; OLIVEIRA, 2011).

Após a redemocratização do país, em 1985, os debates em torno dos rumos da educação foram intensificados e culminaram com a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996. Essa legislação traz um capítulo especial para tratar a Educação Profissional, estruturando os níveis de formação básico, técnico e tecnológico, que se mantêm válidos na contemporaneidade. Ela inova ao trazer a possibilidade de articulação entre o Ensino Profissionalizante e a formação geral na forma do Ensino Médio Integrado, que vem sendo explorada atualmente como uma possibilidade de educação integral, omnilateral e politécnica pela sua capacidade de reunir ciência, trabalho e cultura (FRIGOTTO, 2018). É nesse contexto, também, que o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, é publicado, estabelecendo como um direito dos cidadãos a capacitação profissional adequada, a partir dos 14 anos.

Durante a década de 1990, vivenciou-se o que ficou conhecida como Reforma da Educação Profissional. Concebida a partir de princípios neoliberais, em uma perspectiva utilitarista, ela se baseia no avanço do processo de globalização e da disseminação do uso das tecnologias (OLIVEIRA, 2013). Esses fatos marcam profundamente as relações da Educação com o setor produtivo, que passam a ser atreladas às políticas de organismos internacionais (FAGIANI *et al.*, 2013). Após anos de acentuadas discussões e mudanças sobre os rumos que o Ensino Profissional tomaria no território brasileiro, viveu-se, a partir de 2003, o mais recente e impactante movimento para expansão da Educação Profissional e Tecnológica no país.

## **2.1 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CONTEMPORANEIDADE: A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA – RFEPECT**

Desde o ano de 1994, era determinado por lei que a expansão da Educação Profissional estava a cargo estritamente dos estados e municípios, em parceria com o setor produtivo ou organizações não governamentais. Em 2003, com a posse do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), o Ensino Técnico e sua reformulação foram declarados como prioridade para o Governo Federal (BRASIL, 2010c). Para dar início à reestruturação do ensino profissionalizante no país, em virtude das restrições impostas pela lei, foi necessária uma ação política, realizada ainda no ano de 2003, que possibilitou a inclusão da União no processo, concedendo autonomia para a criação de novas unidades.

A partir dessa movimentação, iniciou-se o maior e mais importante processo de expansão e interiorização do que viria a ser uma rede federal de Educação Profissional. O Plano Plurianual de Governo - PPA 2004-2007 (BRASIL, 2004c), documento estratégico de planejamento da administração pública, incluiu a previsão de desenvolvimento de um programa específico para a formação da classe trabalhadora. A proposta ali manifestava a intenção de

[...] desenvolver uma nova política pública para a educação profissional, a qual incluía a revisão da legislação então vigente, com o objetivo de ampliar a oferta desta modalidade educacional, a qual deveria se articular às políticas nacionais de geração de emprego, trabalho e renda (SANTOS, 2018, p. 114).

Araujo e Rodrigues (2011) esclarecem que os programas voltados à formação e à qualificação da classe trabalhadora, para se realizarem de forma ampla, precisam estar diretamente associados a um projeto político e social. Assim, uma proposta efetiva de educação, que buscasse qualificar e valorizar os trabalhadores, precisaria estar contextualizada em um projeto de emancipação social.

Nesse sentido, Pacheco (2015) afirma que, a partir desse período, a formação profissional e tecnológica passa a ser concebida como uma política pública do Estado brasileiro, mais do que apenas um projeto para a área educacional, devido principalmente a seu compromisso social. Esse fenômeno reflete inclusive na nomenclatura empregada, adicionando-se o termo *Tecnológica* à concepção de Educação Profissional, com a pretensão de integrar as perspectivas de ciência e trabalho em uma abordagem contemporânea a essa modalidade de ensino, que passa a ser permeada pelas tecnologias (RAMOS, 2012).

Como efeito, as políticas previstas para a área da Educação nos primeiros anos do Século XXI passaram a reconhecer como um dever do Estado a oferta de ensino básico, gratuito, unitário e laico para todos, baseadas em uma orientação de formação integral e humanística (ORTIGARA; GANZELI, 2013).

Podemos dizer que, a partir de 2003, então, formulou-se uma política pública de educação profissional e tecnológica distinta das tendências fragmentadas e focalizadas que caracterizaram o período Fernando Henrique Cardoso (FHC). Essas políticas implicaram as redes federal, estadual e municipal, atingindo a totalidade do sistema público que atua na educação profissional. Além disto, vieram acompanhadas de documentos que dispõem sobre princípios e diretrizes para as ações políticas e pedagógicas realizadas sob a sua égide. No entanto, [...] esse movimento a favor da educação dos trabalhadores, realizou-se em um percurso controvertido em função das relações de poder das classes sociais, como disputa com um projeto de educação empresarial, marcado por conflitos e contradições (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2014, p. 66).

A assunção dessa perspectiva resultou na elaboração de um plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, apresentado em 2004. Na época, o plano previa a construção de pouco mais de 200 escolas, distribuídas nos 26 estados brasileiros. Já em 2007, o Governo Federal lança o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o qual propõe a reorganização das instituições que compunham até então a rede de Educação Profissional, e apresentava o modelo dos Institutos Federais de Educação. Ao menos do ponto de vista legal, entre os anos de 2003 e 2007, o Estado brasileiro buscou promover um projeto de Educação Profissional comprometido com a formação integral dos cidadãos (ORTIGARA, 2011).

Passados 4 anos desde o início das movimentações políticas e legislativas necessárias, e já no segundo mandato presidencial de Lula, em 29 de dezembro de 2008, promulga-se a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – RFEPCT e são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, os IFs. Ao caracterizar essa rede, o Ministério da Educação estipula que ela seja reconhecida pela qualidade do ensino ofertado, com ações que são diversificadas de acordo com as características socioeconômicas dos locais onde estão presentes, atuando “no sentido de potencializar o que cada região oferece de melhor em termos de trabalho, cultura e lazer” (BRASIL, 2016a).



Ao tratar sobre a política de ampliação em larga escala da RFEPC, Santos (2018) relata que ela se realiza na perspectiva de desenvolvimento nacional, comprometida com a diminuição das desigualdades regionais. Para o autor:

[...] a ampliação do seu raio de atuação produziu mudanças tanto de ordem quantitativa, com o aumento significativo das unidades de ensino, quanto de natureza estrutural, fatores estruturantes da política implementada neste início do século XXI, com o objetivo de promover a formação de trabalhadores para atuar nos sistemas produtivos do país (SANTOS, 2018, p. 113).

O processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional seguiu pelo terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores, com a eleição de Dilma Rousseff. No total, entre os anos de 2007 a 2014, houve a criação de mais de 500 escolas técnicas, que se somaram às 140 já existentes. Atualmente, a RFEPC representa uma soma de 664 unidades<sup>2</sup>, presentes nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é composta atualmente por 38 Institutos Federais, uma Universidade Tecnológica, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), 22 Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais e o Colégio Dom Pedro II, divididos conforme o quadro abaixo:

**Quadro I – Instituições que compõem a Rede Federal De Educação Profissional, Científica e Tecnológica - 2022**

<b>Instituições da RFEPC</b>	
Institutos Federais	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

<sup>2</sup> Dados coletados no Portal do Ministério da Educação, em 4 mar. 2022. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>

	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins
Escolas Técnicas vinculadas à Universidades Federais	Universidade Federal de Alagoas - Escola Técnica de Artes
	Universidade Federal do Maranhão - Colégio Universitário da UFMA
	Universidade Federal de Minas Gerais - Colégio Técnico da UFMG
	Universidade Federal de Uberlândia - Escola Técnica de Saúde da UFU
	Universidade Federal de Viçosa - Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário da UFV
	Universidade Federal do Triângulo Mineiro - Centro de Formação Especial em Saúde da UFTM
	Universidade Federal do Pará - Escola de Música da UFPA e Escola de Teatro e Dança da UFPA
	Universidade Federal da Paraíba - Colégio Agrícola Vidal de Negreiros da UFPB e Escola Técnica de Saúde da UFPB
	Universidade Federal de Campina Grande - Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras da UFCG
	Universidade Federal do Rural de Pernambuco - Colégio Agrícola Dom Agostinho Ikas da UFRPE
	Universidade Federal do Piauí - Colégio Agrícola de Bom Jesus da UFPI, Colégio Agrícola de Floriano da UFPI e Colégio Agrícola de Teresina da UFPI
	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Colégio Técnico da UFRRJ
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Escola Agrícola de Jundiá da UFRN, Escola de Enfermagem da UFRN e Escola de Música da UFRN
	Universidade Federal de Roraima - Escola Agrotécnica

	Universidade Federal de Santa Maria - Colégio Politécnico da Universidade Federal Santa Maria e Politécnico da Universidade Federal Santa Maria Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria
Centros Federais de Educação Tecnológicas – CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – RJ
Universidade Tecnológica	UFTPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Colégio Pedro II	Rio de Janeiro – RJ

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Portaria nº 378 de 09 de maio de 2016 (BRASIL, 2016b).

Importante esclarecer, aqui, que esta pesquisa irá se restringir ao estudo das bibliotecas ligadas aos Institutos Federais, apenas. A decisão de selecionar essas instituições se deu devido à dimensão e complexidade da rede, de um lado. De outro, entende-se que as suas bibliotecas, apesar das diferenças entre elas, compartilham características e experiências que as distinguem em relação às demais da RFEPCT país e oferecem dados que permitem caracterizar as questões objeto desta pesquisa. Além dos IFs serem quantitativamente mais numerosos que as outras entidades, eles incorporam toda a tradição do ensino técnico brasileiro em virtude de terem se originado da transformação de instituições já consolidadas, se constituindo, assim, na organização que melhor representa a RFEPCT (ORTIGARA; GANZELI, 2013). Tal escolha não invalida, todavia, trabalhos futuros que poderão ser desenvolvidos no sentido de enriquecer conclusões aqui obtidas, contribuindo para seu refinamento, especialmente em relação a aspectos próprios das bibliotecas não contempladas neste trabalho e que se situam em contextos distintos dos Institutos.

## **2.2 OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: UM “MARCO HISTÓRICO”**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em 2008 pela Lei nº 11.892 e ajudam a compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira. São caracterizados como “instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino” (BRASIL, 2008c, p. 1). Têm como sua finalidade a proposição e desenvolvimento de Educação profissionalizante e tecnológica em âmbito nacional.

De acordo com dados obtidos em levantamento na Plataforma Nilo Peçanha – PNP (BRASIL, 2022), existem atualmente no Brasil 38 Institutos Federais, que se dividem em 602 unidades e somam pouco mais de um milhão e quatrocentos mil alunos matriculados. Segundo o Ministério da Educação (2016a), essas instituições foram concebidas como um instrumento político voltado às classes desprovidas e devem ser entendidas como locais privilegiados de disseminação do progresso técnico e científico. Os seus diversos *campi* são considerados unidades descentralizadas de ensino que alinham desenvolvimento econômico, tecnológico e regional, por meio da interiorização da rede federal de educação (BRASIL, 2016a). Assim como as demais instituições da RFEPCT, são dotados de “autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (BRASIL, 2008c, p. 1), tendo nessas características um fator determinante para o seu desenvolvimento e tipificação.

Um fato importante sobre a história dos Institutos Federais é que ela não pode ser contada apenas a partir da publicação da Lei nº 11.892, em 2008. Embora seja o marco legal que fundou esse grupo unificado de escolas, seu projeto se deu a partir da transformação ou integração de diversas instituições de ensino profissional já existentes, como as Escolas Técnicas Federais, os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), as Escolas Agrotécnicas Federais, entre outras. Algumas delas têm sua origem em 1909, nas Escolas de Artífices e Ofícios, consideradas as primeiras entidades a comporem a RFEPCT. É o caso, por exemplo, do Instituto Federal de Sergipe, do Instituto Federal de Santa Catarina, Instituto Federal do Maranhão, do Instituto Federal de São Paulo, entre outros.

Frigotto (2018) chama esse processo de “ifetização” das escolas técnicas federais, entendendo que as antigas escolas serviram de matrizes ou moldes para a estruturação dos *campi* recém criados. O peso dessa atuação centenária será um determinante no processo de institucionalização das unidades. Em grande parte dos casos, essas entidades já eram publicamente reconhecidas pelo padrão de ensino ofertado (BRASIL, 2016a), o que influencia diversos aspectos nos diferentes *campi*, seja na administração, na estrutura física, na oferta de cursos, na definição das áreas de atuação etc. Assim, as unidades originadas em instituições já consolidadas tiveram certa vantagem em relação às que foram inauguradas com a promulgação da lei, demarcando, desse modo, todo o desenvolvimento dos IFs.

Para remodelar essas antigas escolas e apontar os caminhos a serem percorridos nessa nova institucionalização, o regulamento que originou os Institutos Federais traz em seu bojo os fundamentos que devem nortear a sua atuação, dos quais destacamos os seguintes:

Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

[...]

VIII - Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; (BRASIL, 2008c, p. 1, grifo nosso).

É possível observar que a própria redação da Lei já expressa a inovação dessas instituições ao determinar os níveis de ensino – Básico, Profissional e Superior – até então inédito na educação pública brasileira. Essa diversidade de níveis compreende a formação inicial continuada (FIC), com cursos profissionalizantes de curta duração para quem possui Ensino Fundamental, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Ensino Técnico de nível médio com cursos integrados, concomitantes e subsequentes, a oferta de cursos superiores, especialmente nas áreas de licenciatura, tecnologia e engenharias, até a pós-graduação *lato e stricto sensu* (especialização, mestrado e doutorado). Ainda, a oferta desses cursos pode se dar tanto no modelo presencial como a distância, por meio da Rede E-Tec Brasil.

A abrangência desses variados níveis formativos é explicitada por meio da verticalização do ensino, pela qual as instituições têm a possibilidade de ofertar diferentes tipos de cursos dentro de um mesmo eixo de formação. Por exemplo, no campo da construção civil, é possível promover cursos profissionalizantes como pintor e azulejista, cursos técnicos integrados ou subsequentes em edificações, e curso superior em Engenharia Civil, entre outros. Essa capacidade de oferecer diferentes cursos numa mesma área do conhecimento técnico e especializado, possibilita que as unidades se tornem especialistas na área, otimizando, assim, recursos e estruturas. Nesse ponto, é importante destacar que, para efeitos de regulamentação, avaliação e supervisão de seus cursos, os IFs são equiparados às universidades.

A composição do público a que se destinam os Institutos Federais se configura como uma questão complexa e central para essas instituições. Em parte, ele é determinado pela própria Lei de criação, que divide o percentual de vagas a serem oferecidas em cada nível de ensino. Pelo menos metade delas devem ser destinadas para cursos técnicos de nível médio, incluindo a Educação de Jovens e Adultos e, no mínimo, 20% para cursos de licenciatura.

Somado a isso, temos a Lei nº 12.711 de 2012 (BRASIL, 2012a), que estabelece o sistema de cotas nas instituições federais de ensino. Essa legislação garante a reserva mínima de 50% das vagas ofertadas anualmente às populações em vulnerabilidade social, destinadas a alunos provenientes de escolas públicas, para pessoas com deficiência e para autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Ao menos metade dessa porcentagem deve ser dirigida para estudantes cujas famílias possuem uma renda mensal igual ou inferior a um salário-mínimo e meio per capita. O quantitativo de reserva de vagas pode chegar a até 80% do total, variando de acordo com as diretrizes adotadas por cada instituição.

É sabido que políticas de acesso não garantem a permanência de pessoas em vulnerabilidade social nas instituições de ensino. Nesse sentido, em 2010, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que busca garantir não apenas o acesso, mas também a continuidade e o êxito dos estudantes da rede federal. As ações do programa são desenvolvidas de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, por meio das quais os alunos têm a possibilidade de desenvolver projetos e, em contrapartida, obter um auxílio financeiro. Os objetivos desse programa são pensados na perspectiva de democratização das condições de permanência dos alunos, com a diminuição das taxas de retenção e evasão, buscando minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, de modo a contribuir para a “promoção da inclusão social pela educação” (BRASIL, 2010a, p. 1).

Ao discutir o conceito de inclusão estabelecido nos IFs, Pacheco (2015, p. 10) afirma que ele deve “estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização, ou seja, a transformação do educando em sujeito da história.” Rasteli e Formentini (2017b) explicam que a desigualdade faz parte da sociedade brasileira e atinge, sobretudo, grupos fragilizados socialmente. Nesse ponto, políticas afirmativas como essas representariam um enfrentamento no sentido de tentar não reproduzir as

desigualdades existentes, propondo a inserção de grupos sociais até então desassistidos do acesso a um sistema de educação pública qualificado, possibilitando-lhes um espaço garantido dentro da formação profissional.

Somando as características de verticalização do ensino e a adoção de políticas de reserva de vagas, os Institutos Federais apresentam um público altamente heterogêneo, com origem social, idade e nível formativo (Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior, Pós-Graduação, etc.) bastante diversos. Educar em um ambiente assim tem sido um desafio aos envolvidos, todavia as estatísticas sobre o rendimento acadêmico discente têm mostrado que seus estudantes vêm obtendo resultados em avaliações nacionais que os destacam quando comparados, por exemplo, com a rede privada de ensino (DUTRA *et al.*, 2019), sendo considerados, portanto, como uma elite originária de escolas públicas brasileiras (SALDAÑA; TAKAHASHI, 2018).

Desde a sua origem, em 1909, a rede de escolas técnicas federais demonstrava um nível de desempenho que superava as demais esferas de ensino (estadual, municipal e privada), tendo nos indicadores do Inep a evidência de seu êxito. Ghiraldelli Jr. (2009) explica que tais resultados se justificam, entre outros fatores, pelos investimentos financeiros realizados na estruturação física dessas escolas, em remunerações e condições melhores de trabalho do quadro docente, quando comparado a outros sistemas escolares e pela existência de equipes multidisciplinares especializadas nas áreas técnicas (psicólogos, assistentes sociais, administradores, pedagogos, bibliotecários, etc.), atraídos por planos de cargos e carreiras próprios.

Foi a partir desse padrão que se deu o processo de expansão dos IFs, que buscou, ainda, agregar a essa estrutura novas concepções para direcionar o ensino profissionalizante no país. A modernização desses princípios apontava os Institutos Federais como o modelo para reorganização da Educação Profissional brasileira, que passou a integrar conceitos como o de politecnia, de autonomia, de desenvolvimento de sujeitos críticos e criativos, dentro de um modelo de organização integrada e referenciada para uma atuação no universo do trabalho (HADDAD, 2008).

Encontramos nos estudos de Frigotto (2018) explicações que ajudam a compreender melhor o que representava toda essa movimentação no entorno da Educação Profissionalizante. O autor realiza importantes análises sobre os projetos educacionais e societários envolvidos na criação dos Institutos Federais. Ele descreve

que, durante o século XX, o país experienciou um projeto de construção social caracterizado como capitalismo dependente e associado, marcado pelo acúmulo de capital, pelos altos níveis de desigualdade e pela não valorização da educação como meio de emancipação social. Nos primeiros anos do século XXI, o país passa a ser gerido por projeto político que deixa clara a intenção de estabelecer uma abordagem educacional capaz de superar o programa social até então vigente. Segundo o autor, em tese, a criação dos Institutos Federais traduzia, no campo da Educação, um embate a esse modelo, representando o desejo político de transformação social em direção a um projeto de nação democrática e popular, anunciado no plano do novo governo que assume o país, a partir de 2003.

Um documento publicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/Mec, em 2010, e que trata das concepções e diretrizes do modelo de Educação Profissional proposto pelos Institutos Federais, evidencia a inadequação que havia entre o projeto societário que se pretendia e as referências tradicionais na área da Educação Profissional, apontando os caminhos necessários para modificá-lo:

A dimensão ideológica do atual governo, na verdade, faz aflorar um descompasso entre a trajetória das instituições federais de educação profissional e tecnológica e da própria educação profissional como um todo e o novo projeto de nação: se o fator econômico até então era o espectro primordial que movia seu fazer pedagógico, o foco a partir de agora desloca-se para a qualidade social. [...] A expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação de políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória (BRASIL, 2010c).

Assim, no que diz respeito ao projeto educacional envolvido com a criação dos IFs, o modelo de educação politécnica, emancipatória e omnilateral é o que norteia a concepção dessas instituições, em oposição ao modelo de escola dualista, fragmentada, que predominou no país até o fim do século XX (FRIGOTTO, 2018). É reforçando esse conceito que Cichaczewski (2020) sustenta que a implantação dos Institutos Federais foi um “marco histórico”, não só pelo seu programa de expansão, mas principalmente pelo projeto político-pedagógico estabelecido, que passa a integrar a formação geral com o Ensino Profissionalizante.

Para Ortigara e Ganzeli (2013, p. 258), os Institutos Federais “trouxeram um novo desafio para a formação integral do educando, na medida em que reuniu educação propedêutica, ensino profissional e ensino superior”. Assume-se, dessa



maneira, uma nova estrutura para a formação da classe trabalhadora, preocupada com o desenvolvimento integral dos cidadãos e com a compreensão das dimensões técnicas, sociais e políticas do trabalho. A ambição de construir um novo padrão para a educação profissional brasileira foi ousada, prevendo que essas instituições passariam a ser o novo modelo para futuras expansões da rede (BRASIL, 2008c).

São inúmeros os discursos encontrados a respeito do que se pretendia com a implementação dos IFs. Eles tratam principalmente dos fundamentos que nortearam a concepção dessas instituições. Entretanto, essas manifestações não esclarecem exatamente como isso se daria no campo prático. Cichaczewski (2020) conta que, na época, foram raras as discussões que se efetivaram junto às bases, com as instituições que seriam transformadas em IF, ou com as pessoas que atuavam na linha de frente no ensino. Para o autor, o fato de esse processo não estar fundamentado num debate amplo e profundo com os envolvidos pode levar a um distanciamento entre o que a lei dispõe e o que ocorre na realidade concreta.

Essa ideia é reforçada nos estudos feitos por Costa e Marinho (2018), que apresentam uma investigação minuciosa sobre o processo de tramitação que levou à criação dos IFs, citando o fato da aprovação ter acontecido em tempo recorde dentro das casas executiva e legislativa. Para os autores, "o desleixo e a pouca profundidade na construção da normativa que originou os IFs não são condizentes com o tamanho e a importância dessas instituições" (COSTA; MARINHO, 2018, p. 78). Criou-se, com isso, "lacunas que podem ter contribuído com a ocorrência de percalços no desenvolvimento dessas instituições, ocasionando grandes contrastes entre o idealizado e o realizado." (CICHACZEWSKI, 2020, p. 22). Segundo análises que a distância temporal permite vislumbrar, o processo que deu origem aos IFs teria se caracterizado como um misto que privilegiou mais o planejamento político que o educacional.

Assim, apesar da retórica envolvida nesse processo, Frigotto (2018) afirma que falta ainda aos Institutos Federais uma identidade própria, e que isso se deve justamente às características que são intrínsecas a essas instituições, como a diversidade de cursos, de modalidades de ensino e do público a que se destinam. O autor ainda reforça que "os 38 IFs não configuram, a não ser do ponto de vista jurídico-administrativo, uma identidade que se possa definir como uma rede" (FRIGOTTO, 2018, p. 131). Contudo, e paradoxalmente, é possível entender que justamente esta diversidade é o que caracteriza e une essas organizações: não são universidades e

nem escolas, são instituições de educação profissional e tecnológica, que oferecem cursos em todos os seus níveis de ensino, voltados para uma atuação dos sujeitos no mundo do trabalho, tomados, contudo, como cidadãos e não meramente mão de obra profissional demandada e definida pelo mercado.

Diante disso, é possível afirmar que, na sua concepção, a criação dos Institutos Federais buscou superar, ao menos na teoria, o modelo de formação profissional utilitarista historicamente desenvolvido no país, numa tentativa de suplantar o modelo dualista e fragmentado de ensino, que separava saber e fazer. Na prática, o seu desenvolvimento talvez tenha se dado mais por voluntarismo político que por uma ampla e democrática construção, o que estaria na base de uma certa desarmonia entre os discursos e as ações. Todavia, apesar das controvérsias, é fato que, nos 13 anos que se passaram desde a sua fundação, os Institutos Federais foram capazes de anunciar um novo cenário e um novo e possível patamar da educação pública brasileira, levando uma formação profissionalizante redefinida e de qualidade para camadas da população até então desassistidas (ANDRADE, 2014), com resultados educacionais superiores aos de redes escolares tradicionais, em muitas situações em que foram colocadas em confronto.

### **2.3 AS RELAÇÕES ENTRE O SABER E O SABER FAZER: OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

Como é possível observar, no decorrer da história da educação profissional no Brasil, suas instituições foram se desenvolvendo com base em diferentes concepções, que se modificavam de acordo com as alternâncias de governos, mas que até o início deste século tiveram algo em comum: o caráter pragmático e circunstancial, com uma “formação centrada nas demandas do mercado” (PACHECO, 2015, p. 17). Essa problemática tenta ser superada com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a RFEPT, que evidenciou a preocupação com uma nova organização, propulsora de um modelo de formação não simplesmente pragmático, por meio dos Institutos Federais.

Observando com mais atenção o percurso da Educação Profissional no país é possível compreender melhor as diferentes linhas de pensamento que a subsidiaram. Até o século XVIII, o ensino de ofícios foi marcado por um processo

discriminatório, que se concentrava na capacitação de homens livres para o desenvolvimento de determinados ofícios “superiores”, excluindo desse programa as pessoas escravizadas (SANTOS, 2011). Com o início do processo de industrialização e a necessidade de mão de obra especializada, instaura-se um tipo de formação voltada para a capacitação de crianças e jovens órfãos ou abandonados, marcada pelo seu caráter compulsório e assistencialista. No início do século XIX, vemos pela primeira vez iniciativas do Estado em ofertar o ensino de profissões, não apenas para atender a demanda crescente das fábricas, mas também com o objetivo de “conter o desenvolvimento de ordens contrárias à ordem política” (SANTOS, 2011, p. 211), a exemplo da Revolução Industrial que acontecia na Europa.

Nos primeiros anos do século XX, fortalece-se o movimento de educação pelo trabalho, diretamente ligada aos valores morais e religiosos da época e submisso à noção de necessidades da nação e da indústria (CIAVATTA, 2009). Esses ideais se mostravam presentes nos fundamentos que deram origem ao Decreto nº 7.566 de 1909, marco legal que criou as primeiras Escolas de Aprendizes e Artífices. Essa legislação traz o Ensino Profissional como a habilitação dos filhos da classe proletária para o trabalho, como uma forma de afastá-los da ociosidade, do vício e do crime, sendo considerado um dever do estado a formação de “cidadãos uteis à nação” (BRASIL, 1909, p. 1).

Já por volta de 1930, época marcada pela revolução que levou Vargas ao poder, inaugurou-se no país um padrão econômico, político e cultural baseado na acumulação de capital e na exploração da mão de obra assalariada, fato que marca profundamente as relações entre o trabalho e a educação. Conforme conta Ciavatta (2009), nesse período o trabalho e o assistencialismo continuam sendo os pilares da aprendizagem de ofícios. Esse tipo de formação, destinada aos desfavorecidos de fortuna, limitava “o acesso da maioria da população aos melhores valores da educação” (SILVEIRA, 2015, p. 146).

É nessa mesma época, em 1932, que se publica o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, trazendo à cena educacional seus ideais modernos de escola unitária e democrática. O grupo trouxe uma proposta que “organizava a educação em duas grandes categorias: atividades de humanidades e ciências (de natureza mais intelectual) e cursos de caráter técnico (de natureza mecânica e manual)” (MOURA, 2007, p. 7-8). Foram inúmeros os avanços proporcionados pelo movimento, especialmente no que se refere à inclusão da perspectiva do trabalho como um meio

para a aprendizagem. Além disso, levantou importantes discussões a respeito da concepção burguesa de ensino profissional que orientava o país até então.

Batista (2011, p. 99) reforça que é preciso considerar o grande progresso que o escolanovismo trouxe para a formação da classe trabalhadora. No entanto, ressalta que o modelo proposto ainda se limitava à operacionalização, “sem uma visão mais ampla educativa e social”. Araújo e Rodrigues (2011) afirmam que o movimento acabou limitando a abordagem às técnicas didáticas ou metodologias de ensino, não conseguindo alcançar a noção de trabalho como princípio educativo, como veremos mais adiante. Desse modo, a proposta não foi capaz de solucionar o problema da dualidade que separava a educação geral da formação para o trabalho no país.

Até o final dos anos 1980, prevalece o ideário de capacitação profissional exclusivamente para atender as exigências que a industrialização e o rápido crescimento populacional traziam para o país. A partir da década de 1990, inaugurar-se-ia um novo período na educação para o trabalho, que se aproxima das convicções neoliberais, com a afirmação da importância das tecnologias e a valorização dos mecanismos ditados pelo mercado (SILVEIRA, 2015). Frigotto (2018, p. 84) explica que:

[...] a tendência das políticas públicas para jovens da classe trabalhadora (ainda que não só para eles) inscrevem-se em uma linha de alívio à pobreza e manutenção da ordem social ou governança (leia-se: ambiente que não atrapalha a reprodução ampliada do capital). Por isso, trata-se de políticas que ficam na amenização de efeitos, sem alterar as determinações estruturais que os produzem.

Podemos encontrar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB de 1996 - uma amostra de como esse modelo se constituiu. Essa legislação reforça a ideia de fragmentação que marca as estruturas da educação brasileira, dividindo-a em dois níveis: Básica e Superior. Ela não inclui a Educação Profissional em nenhum desses níveis, e a classifica como *modalidade* de ensino, não como eixo estruturante da Educação do país. Para Moura (2007, p. 16) essa abordagem considera a Educação Profissional “como algo que vem em paralelo ou como um apêndice e, na falta de uma denominação mais adequada, resolveu-se tratá-la como modalidade, o que efetivamente não é correto”. Embora a LDB tenha progredido ao trazer orientações concretas para o Ensino Profissionalizante, o modelo ali descrito não propõe uma ruptura com os fundamentos tradicionais que predominavam até então, mantendo o caráter classista da educação (SILVEIRA, 2015).

Conforme é possível perceber, apesar das diferentes concepções, a característica que sempre orientou a formação para o trabalho no Brasil foi a sua completa separação da Educação Básica ou Propedêutica. Essa divisão configura uma dualidade que marca até muito recentemente a formação profissionalizante no país, e que está diretamente relacionada à divisão social do trabalho (MOURA, 2007). Campello (2008) classifica esse fato como um dualismo estrutural, que corresponde ao processo que separa a formação de acordo com as classes sociais, e que se efetiva na dicotomia cultura geral e acadêmica em oposição à cultura técnica, de caráter mecanicista. Ciavatta (2009) reitera que o ensino tradicional sempre se esforçou para garantir a divisão entre quem gerencia e quem produz, separando os sujeitos que pensam dos que executam, a fim de manter a ordem social vigente.

O desígnio em construir uma nova organização social impõe à Educação a condição de integrar o saber e o fazer, unindo os modelos de ensino que buscam atender às demandas do setor produtivo com aquelas que ambicionam formar os sujeitos para serem protagonistas de sua própria história (MARTINS, 2000). O autor ainda explica que:

Treinar para entender como e em que momento apertar este ou aquele botão, limitar-se a compreender uma fase da operação, que resultará na produção de uma mercadoria qualquer, não significa o conhecimento de todo o complexo processo, isto é, compreender qual a origem e o valor da matéria-prima, o porquê de tal organização da produção, qual o destino dos produtos finais, qual o significado e o valor do trabalho realizado por qualquer trabalhador. Essas indagações tornam-se ininteligíveis àqueles que se dedicam à simples técnica, ao simples fazer sem saber. Para responder a essas indagações, seria preciso um conhecimento mais profundo acerca das relações sociais, seria preciso saber, além de simplesmente conhecer como fazer (MARTINS, 2000, p. 20).

Assim, uma educação para a classe trabalhadora que almeja superar os limites impostos pelo tradicionalismo e pela organização com base no capital, precisa levar em consideração “o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora, por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano” (CIAVATTA, 2008, p. 408). Gomes e Batista (2015) esclarecem que é fundamental para a Educação Profissional preparar para a vida produtiva, mas não restritamente para ela, no sentido de instrução e adaptação. De acordo com os autores, essa formação deve ser fundamentada na igualdade, em um processo produtivo socializador, não individualizante e alienante, explicando que:

O posicionamento da educação deve ser dialético no sentido de manter o equilíbrio entre a tensão da vida produtiva e a vida social. Uma proposta pedagógica de educação profissional deve conter bases sociais valorativas que vão contra a adaptação e a coisificação do trabalho; que seja a favor da formação de sujeitos sociais ativos, educados para a crítica da sociedade atual e não para sua conformação (GOMES; BATISTA, 2015, p. 63).

Para compreender melhor esse processo que ocorre na formação da classe trabalhadora e que divide quem produz de quem pensa, é possível recorrer-se às ideias de Gramsci (1968, 1977). O teórico italiano apresenta uma compreensão a respeito do labor que supera as esferas de produção e do capitalismo, incluindo o trabalho nas discussões enquanto um princípio educativo. O trabalho, para Gramsci, é entendido como um produtor dos meios de vida, não só material, mas também cultural, e tem capacidade formativa, pois ajuda a desenvolver as potencialidades dos indivíduos em toda sua completude. O seu quesito educativo está justamente ligado à capacidade de os indivíduos dominarem os fundamentos do pensar e do dirigir-se no mundo e na vida (DORE, 2014). De acordo com essa visão, o ser humano, sujeito da Educação, é simultaneamente um produtor e consumidor de bens, contudo, “ele não apenas produz e consome, mas também decide sobre a produção e seu uso; ele separa, ele educa para a vida política, para a função de dirigente na sociedade” (CIAVATTA, 2009, p. 209).

Gramsci (1968) também traz a concepção de formação omnilateral, ligada diretamente à noção de trabalho, na qualidade de princípio educativo, que busca solucionar a cisão que separa a teoria da prática. Esse tipo de formação possui bases marxistas e pode ser entendida como aquela que se opõe à formação unilateral, procurando romper com as limitações impostas pela sociedade por meio de um desenvolvimento amplo, integral e flexível das potencialidades dos indivíduos (LOMBARDI, 2005). A noção de sujeito que compõe essa teoria assegura que:

O homem omnilateral não se define pelo que sabe, domina, gosta, conhece, muito menos pelo que possui, mas pela sua ampla abertura e disponibilidade para saber, dominar, gostar, conhecer coisas, pessoas, enfim, realidades – as mais diversas. O homem omnilateral é aquele que se define não propriamente pela riqueza do que o preenche, mas pela riqueza do que lhe falta e se torna absolutamente indispensável e imprescindível para o seu ser: a realidade exterior, natural e social criada pelo trabalho humano como manifestação humana livre (SOUSA JUNIOR, 2008, p. 286).

Com base nesses fundamentos, a formação omnilateral encontra seu modelo de referência na proposta de Gramsci a respeito da escola unitária. Amparada nos

princípios educativos da escola humanista, esse modelo postula a união entre teoria e prática na busca pela elevação cultural das massas (GRAMSCI, 1977), assemelhando-se, assim, à ideia de ensino politécnico. O termo politecnicidade se refere à diversidade de saberes teóricos e práticos necessários para a formação integral dos sujeitos visando sua atuação no universo do trabalho (SAVIANI, 1989). A expressão educação politécnica aparece na contemporaneidade também como uma alternativa de formação unitária e universal, voltada para a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre cultura geral e cultura técnica, (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005), combinando o uso das tecnologias com o desenvolvimento da capacidade laborativa.

Esclarecer esses conceitos é crucial para compreender as propostas de ensino profissional que surgiram recentemente no Brasil, onde, até bem pouco tempo atrás, este não era visto como um elemento estratégico de desenvolvimento científico e tecnológico, mas um mero “fornecedor de mão de obra para as demandas imediatas do setor produtivo” (BATISTA, 2011, p. 99).

O interesse político em disseminar um novo paradigma para a Educação Profissional que superasse esse padrão encontrou solo fértil, a partir de 2003. Tendo como representante maior do Estado um ex-metalúrgico, havia uma expectativa em relação ao que seria proposto em termos de educação para a classe trabalhadora. Dentre os atores que participaram da articulação junto ao governo no desenvolvimento de um programa para o Ensino Profissional, encontramos Eliezer Moreira Pacheco, que na época ocupou a cadeira de titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC (2005-2012), sendo uma das figuras centrais da comissão que guiou as discussões que originaram a Lei nº 11.892/2008.

Pacheco produziu diversas obras sobre os Institutos Federais (2009, 2010, 2011, 2012, 2015) que tratam, principalmente, do projeto educacional e societário proposto com a sua criação. O autor reafirma constantemente o compromisso do setor da educação com o programa de governo estabelecido na época, autointitulado democrático e popular, baseado na busca pela emancipação dos cidadãos (PACHECO, 2011). Em uma dessas obras, ele esclarece que o principal objetivo da reformulação do ensino profissionalizante “não é formar um profissional para o mercado, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho, o qual poderia ser tanto um técnico, como um filósofo, um escritor, ou tudo isto.” (PACHECO, 2010, p. 10).

É possível perceber, a partir dessas disposições, que a criação dos Institutos Federais e a adoção da perspectiva trazida por Pacheco não estava dissociada do projeto político do que se pretendia para o país, e isso reflete nas articulações econômicas, sociais e políticas que possibilitaram o estabelecimento dos Institutos. Araujo e Rodrigues (2011) reforçam que o grande obstáculo para a construção de uma política para a Educação Profissional, efetivamente preocupada com a classe trabalhadora, está justamente em conseguir integrar no mundo real a formação intelectual e o trabalho produtivo. Diante dessa problemática, os dirigentes da época utilizaram a seguinte estratégia:

Aproveitou-se, pois, das medidas de regulação da expansão para orientar as instituições no sentido de organizarem seus projetos pedagógicos segundo uma concepção de educação que possibilite o rompimento do ciclo vicioso e da reprodução histórica dos grupos dominantes. Orientou-se, enfim, para a elaboração dos projetos pedagógicos que buscassem a redução da dualidade entre a formação propedêutica e a formação profissional (ORTIGARA; GANZELI; 2013, p. 277).

Buscando compreender melhor o sentido de criação dessas instituições, Frigotto (2018) realiza uma análise crítica do processo que deu origem a elas. Ele conta que os embates envolvidos se delineavam na perspectiva da “formação polivalente, da dualidade e do tecnicismo, da escola politécnica, omnilateral e unitária, e da educação como prática social e do trabalho na sua dimensão ontológica e princípio educativo” (FRIGOTTO, 2018, p. 21), diretamente relacionada com a perspectiva de Gramsci. O autor ainda defende a formação omnilateral e politécnica como a abordagem ideal para os Institutos Federais, representando um caminho para alcançar o objetivo de desenvolvimento social e integral dos indivíduos, pois articula ciência, trabalho e cultura. Para ele, esse tipo de formação tem sua melhor expressão no modelo de Ensino Médio Integrado ofertado pelos IFs, onde é possível transpor de forma mais evidente a fragmentação entre a formação geral e a técnica.

Ao discutir essas noções, explicitadas tanto nos discursos como nas políticas e diretrizes, Ortigara e Ganzeli (2013, p. 267) explicam que:

A utilização das expressões “educação básica unitária” e “formação integral humanística” referiam-se claramente a uma proposta de superação da concepção fragmentada vigente por uma concepção de formação politécnica integral. Observa-se que a expressão “unitária” é a mesma utilizada por Gramsci (1968), a partir da qual se desenvolveu o conceito de escola integral. Nessa concepção, a instituição deveria ser da cultura geral, com a proposta de inserir os jovens na atividade social, humanística e formativa em que se equilibrasse a capacidade



de trabalho manual e instrumental com o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

Será que todas essas representações políticas e jurídicas que amparam o desenvolvimento e o funcionamento dos Institutos Federais são capazes de descontinuar totalmente o modelo de Ensino Profissional dualista e voltado aos interesses do mercado? Sousa Júnior (2015, p. 66) alerta que essas definições são importantíssimas, pois fazem parte de disputas hegemônicas fundamentais que “podem contribuir para mudanças importantes, para avanços sociais e políticos, mas não transformam, enquanto tais, as injunções estruturais do sociometabolismo do capital”.

Dentre as dificuldades na consolidação dessas instituições, podemos destacar as de ordem pedagógica e financeira. Os impasses educacionais são explicitados, por exemplo, na aplicação das diretrizes voltadas à formação de jovens e adultos. Embora a Lei traga como sendo obrigatória essa modalidade de ensino, gradativamente vem sendo abandonada a sua oferta, seja pela complexidade particular da área ou pela falta de supervisão e cobrança do MEC. Na prática, os IFs vêm se consolidando na oferta do Ensino Médio Integrado e no Ensino Superior, deixando de lado as demais modalidades de ensino, demonstrando um desarranjo entre a realidade e o idealizado (FRIGOTTO, 2018).

Outro fato que chama a atenção é que, nos primeiros anos de desenvolvimento do projeto, observou-se um grande investimento financeiro para o estabelecimento dessas instituições. No entanto, a pouca experiência na administração, somada à falta de diretrizes nacionais que amparasse a gestão, ocasionaram uma estruturação desuniforme entre os *campi*. Essa realidade é acentuada com a troca de comando no Governo Federal, em 2016, e as novas políticas adotadas. Ano a ano, os recursos vêm se tornando cada vez mais escassos<sup>3</sup>, forçando a interrupção de um processo de melhoria crescente dessas instituições.

Esses impasses são significativos e não podem ser ignorados. No entanto, ao mesmo tempo, é importante afirmar a grande conquista que essas instituições

---

<sup>3</sup> Nos últimos 10 anos, diminuiu em 73% a verba repassada para universidades e Institutos Federais investirem em infraestrutura, de R\$2,78 bilhões em 2010 para R\$ 760 milhões em 2019. Fonte: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/23/universidades-federais-perdem-em-10-anos-73percent-da-verba-para-construir-laboratorios-fazer-obras-e-trocar-computadores.ghtml>. Acesso em: 1 nov. 2021.

representam para a Educação brasileira e o impacto positivo que a interiorização da rede causou. Frigotto (2018, p. 148) admite isso, afirmando que:

Cabe ressaltar, todavia, que o balanço de pontos positivos da expansão com a inclusão de milhares de jovens nessas instituições, pela geração de centenas de empregos qualificados e pela mudança que a interiorização impacta em todos os níveis, econômico, cultural e político, nas pequenas e médias cidades, é muito maior que os problemas. Ressaltamos a inclusão de quilombolas, índios e alunos provenientes de extratos populares que jamais teriam ingressado num ensino médio de qualidade e possibilidade de ensino superior sem a criação, expansão e interiorização dos IFs. Uma realidade que traz para dentro dos IFs novos valores que interpelam a cultura dominante em relação a diferentes aspectos, como de consumo, de religião, de concepção de família, etc.

No que se refere às novas tendências do ensino politécnico e omnilateral, Frigotto (2018) ainda reforça que essas instituições têm conseguido aplicar tal perspectiva na oferta e no desenvolvimento de seus cursos. Segundo ele, embora ainda apresente certas disfunções, a proposta que envolveu a criação dos IFs precisa ser considerada, ao menos do ponto de vista conceitual, como um progresso, pois, pela primeira vez na história da educação brasileira, se propõe um modelo de ensino que tenta desfazer as lógicas que sustentaram a formação profissional no país.

Em suma, é possível defender que a criação dos Institutos Federais buscou superar a dualidade que norteava o ensino no Brasil, e que a proposta de desenvolvimento dessa nova instituição vai ao encontro das concepções trazidas por Gramsci, fundamentando-se nos princípios da escola unitária na perspectiva de formação omnilateral e politécnica. Esses entendimentos são responsáveis por um salto conceitual da Educação Profissional no país, mas que ainda precisam se consolidar no campo material.

A partir dessas discussões, é inevitável a formulação de questionamentos que busquem relacioná-las aos objetivos desta pesquisa, numa tentativa de posicionar as bibliotecas dos Institutos Federais dentro desse cenário educacional e, mais precisamente, da Educação Profissional. Como essas bibliotecas atuam nesses contextos? Elas são capazes de participar ativamente na formação dos educandos na perspectiva “integral” mencionada? Como as instituições mantenedoras enxergam as bibliotecas e qual o papel atribuído a elas dentro da Educação Profissional? Em que medida os fundamentos que sustentam as bibliotecas estão de acordo com a abordagem educacional proposta pelos IFs? Em que medida elas se inscrevem nos

projetos políticos pedagógicos dessas instituições? E seus próprios projetos pedagógicos, vão em que direção? A partir dessas indagações iremos apresentar e refletir, a seguir, sobre as bibliotecas dos Institutos Federais.

### **3 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Após a apresentação do contexto da Educação Profissional no Brasil e da estruturação dos Institutos Federais, passaremos agora à análise a respeito de suas bibliotecas. Antes de continuarmos, no entanto, é importante esclarecer as direções que esta pesquisa pretende tomar. Assim, este trabalho filia-se ao campo da Biblioeducação, abordagem das relações entre Biblioteca e Educação, desenvolvida na ECA/USP, por grupo de trabalho sob a coordenação, como dito anteriormente, do Prof. Dr. Edmir Perrotti e Profa. Ivete Pieruccini. Tal linha de investigações tem como objeto o reconhecimento das intersecções teóricas e práticas existentes entre os campos da Biblioteconomia e da Educação e considera, especialmente, os diferentes contextos socioculturais do país.

Não é o intuito dessa investigação generalizar ou propor considerações universais a respeito do que são as bibliotecas dos IFs, tendo em vista o tamanho e a abrangência dos Institutos espalhados pelo país. Como visto, o desenvolvimento dos diversos *campi* não aconteceu de forma paritária no território nacional, e a estruturação das suas unidades bibliotecárias seguiu o mesmo curso. Logo, não se trata de buscar um “padrão” que as unifique, pois irão variar em tamanho, objetivos, forma de organização, em função da localização, entre inúmeros outros fatores.

Conforme nos explica Milanesi (2003), diferentes conjunções sociais, históricas e geográficas demandam por espaços que sejam também diferenciados. Desse modo, o que buscaremos aqui é apresentar tendências ou sinalizações que se aplicam à grande parte dessas bibliotecas, uma vez que a análise da literatura, somada aos exemplos do campo, tendem a evidenciar aspectos determinantes na economia do todo.

#### **3.1 SOBRE AS ORIGENS E OS FUNDAMENTOS**

A partir do processo que reestruturou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em 2008, surgem também suas bibliotecas. As características que tornam os IFs singulares impactam igualmente na configuração de suas unidades bibliotecárias (SANTOS; GRACIOSO, 2018). Assim, o público a que se destinam, a

estrutura física que vão ocupar, a composição do quadro de pessoal, a constituição do acervo, entre outros fatores, são determinados diretamente pela instituição de origem. Cabe reforçar, aqui, que o tipo de formação oferecida pelos IFs é o Ensino Técnico e Profissionalizante, em todos os seus níveis. Embora também possam ofertar cursos superiores e de pós-graduação, estes devem acontecer na perspectiva da verticalização das áreas de atuação, não sendo a sua finalidade última.

Conforme relatado, o histórico dos Institutos Federais não se inicia apenas em 2008 com a publicação de sua autorização de funcionamento, sendo importante considerar as mudanças que ocorreram em todo o seu percurso. Das unidades que foram transformadas em IF, diversas delas já possuíam bibliotecas, estruturadas em níveis mais ou menos avançados de organização. As suas atividades não se identificavam em nenhum aspecto como uma rede, contudo, elas são o ponto de partida que deu origem ao atual conjunto de bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira.

A partir da nova realidade apresentada com o surgimento dos IFs, impôs-se às antigas instituições uma reorganização. Até então, trabalhava-se em contextos isolados, mas que passaram a compor uma estrutura multicampi, o que demandava, assim, um trabalho cooperativo entre elas (REIS; MOREIRA, 2018). São poucos e de difícil acesso os registros que tratam dessas bibliotecas antes do processo de “ifetização”. Em um estudo a respeito, Becker e Faqueti (2015) identificaram nesse sentido apenas dois autores: Souza (1965) e Carvalho (1970). A partir desses textos, as autoras comentam o que se espera dessas bibliotecas, apontando o que podemos considerar como os ideais que, segundo elas, direcionam a atuação desses espaços, e que permaneceriam válidos ainda hoje:

Há 46 anos já se pensava o que deveriam ser as bibliotecas das Instituições que atualmente compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: ambientes aconchegantes e organizados, compostos por acervo qualificado e em diferentes suportes; com profissionais comprometidos com a formação do leitor, dos alunos; com o incentivo e a orientação à leitura e à pesquisa; com o livre acesso à informação; e com a liberdade de uso. As bibliotecas que possuem ambientes com essas características e bibliotecários com essas funções possuem condições de atender, com boa qualidade, usuários da educação básica, profissional e universitária (BECKER; FAQUETI, 2015, p. 39-40).

A Lei nº 11.892, que criou os Institutos Federais, não traz apontamentos específicos a respeito das suas bibliotecas, mas concede autonomia administrativa

para as instituições. Essa prerrogativa deixa a cargo dos administradores (reitores) a organização de suas unidades. Buscando compreender a origem legal dessas bibliotecas, recorreremos ao trabalho de Santos (2017), que desenvolveu uma pesquisa a respeito de suas concepções e regulamentação. A autora reconhece que, no âmbito da Educação Profissional brasileira, o primeiro regimento jurídico que trata das bibliotecas é o Decreto nº 5.773, de 2006 (BRASIL, 2006a). Essa normativa regulamenta a supervisão e a avaliação das instituições de Ensino Superior, na ocasião em que os antigos CEFETS passaram a ofertar cursos de graduação, ou seja, o decreto não se ocupa especificamente do contexto do ensino profissionalizante, nem dos Institutos Federais.

Ainda de acordo com Santos (2017), o próximo instrumento legislativo que regula a Educação Profissional e que trata das bibliotecas são os catálogos nacionais de cursos técnicos (BRASIL, 2008d) e superiores em tecnologia (BRASIL, 2006b), que atualmente estão na quarta edição. Esses guias são os documentos oficiais que normatizam a oferta de cursos no país, estabelecendo uma infraestrutura mínima requerida para o funcionamento de cada instituição. Dentre outras determinações, tais documentos recomendam, mas não obrigam, a presença de bibliotecas em cada unidade que realiza a oferta de processos educativos. Orienta-se ainda que essas bibliotecas devem ser dotadas de acervos específicos e atualizados nas diferentes áreas de conhecimento a que se dediquem, incluindo aqui a Educação Técnica e Profissionalizante.

Nesse rol de prescrições jurídicas também é importante levar em conta a Lei nº 12.244, que trata da universalização de bibliotecas em instituições de ensino no país. Embora ainda distante de ser a realidade de grande parte das escolas brasileiras, essa normativa ajuda a compor a base legal que subsidia os Institutos Federais, de acordo com o Ministério da Educação.

Por força de lei, os IFs são equiparados às universidades federais no que diz respeito à normatização, avaliação e supervisão dos seus cursos superiores (BRASIL, 2008c). Desse modo, nos *campi* onde são ofertados cursos de graduação é exigida a presença de bibliotecas para atender ao disposto no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), regulamentado pelo Decreto nº 9.235 de 2017, que atualiza as diretrizes e o funcionamento do sistema federal de Ensino Superior brasileiro. No que se refere às bibliotecas, o documento as enquadra na infraestrutura física indispensável para o credenciamento das instituições, devendo estar

contempladas dentro dos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI, documento norteador das ações organizacionais pelo prazo aproximado de 4 anos. O decreto ainda determina os requisitos que devem ser considerados para a estruturação das bibliotecas:

1. acervo bibliográfico físico, virtual ou ambos, incluídos livros, periódicos acadêmicos e científicos, bases de dados e recursos multimídia;
2. formas de atualização e expansão, identificada sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; e
3. espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico-administrativo e serviços oferecidos; (BRASIL, 2017a, p. 1).

Verifica-se que a redação da lei é específica para o Ensino Superior e não contempla, mais uma vez, os cursos técnicos oferecidos pelos IFs. Como resultado, na prática, é comum as normas referentes às bibliotecas universitárias serem replicadas para a constituição das bibliotecas dos Institutos Federais, ainda que esse público represente pouco mais de 20% dos alunos atendidos por essas instituições<sup>4</sup>. Santos e Gracioso (2018, p. 3897) destacam essa realidade, afirmando que “embora os IFs ofertem não só educação em nível superior, estes estão estruturando suas bibliotecas à luz de instrumentos e políticas voltadas para o Ensino Superior”.

Esse cenário aponta para a falta de abordagens próprias para a formação profissional e seus diferentes níveis de ensino, que demandam por planos de ações, produtos e serviços específicos para atender às distintas necessidades dos seus educandos. Tal situação expressa a ausência de uma identidade própria para as bibliotecas dos IFs, que vêm buscando se consolidar mais pela aproximação com outros tipos de bibliotecas do que pela intenção de se firmarem como próprias da Educação Profissional.

Dado que a maior parte da legislação que trata das bibliotecas baseia-se no funcionamento dos cursos superiores, é possível compreender o porquê das normativas institucionais se vincularem a eles. Em decorrência, esse padrão vem se consolidando com o passar dos anos, ainda que a realidade se mostre mais complexa, pois é preciso conciliar exigências e interesses muitas vezes antagônicos de um público heterogêneo.

---

<sup>4</sup> De acordo com dados da Plataforma Nilo Peçanha, em 2021 os alunos de graduação representavam apenas 21,43% do total de matrículas nos Institutos Federais. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/2020.html>. Acesso em: 25 maio 2022.

A partir do que foi levantado até aqui, é possível constatar que não existe nenhuma prerrogativa jurídica que determine a obrigatoriedade de bibliotecas em todos os *campi* dos IFs, com ressalva aos locais onde são oferecidos cursos superiores. No entanto, ainda que não haja uma exigência legal, existe uma propensão de que as bibliotecas estejam presentes, mesmo nos locais onde não são ministrados tais cursos. Essa realidade foi confirmada pelo trabalho de mapeamento das bibliotecas realizado por esta pesquisa<sup>5</sup>, o qual constatou que, dos 602 *campi* atualmente em funcionamento, apenas 25 deles não possuem biblioteca. Esses dados atestam que é possível falar em uma presença bastante importante de unidades dentro dessas instituições, mas não em sua universalização.

Acredita-se que a existência de uma biblioteca em cada *campi* seja uma tendência ligada aos objetivos do projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, o qual almejava criar um novo modelo de escola técnica profissionalizante, comprometida com a qualidade do ensino ofertado (PACHECO, 2015). Esse fato se confirma, principalmente, por meio da viabilização das condições legais, políticas e financeiras favoráveis à execução do projeto por parte do governo federal. Elas são expressas, por exemplo, no investimento para a construção e estruturação dessas bibliotecas e pela política de gestão de pessoas, com a criação de vagas para a contratação de bibliotecários e auxiliares de bibliotecas.

Apesar dos esforços mobilizados para a abertura de novas bibliotecas, não foi identificado, a nível nacional, nenhum instrumento normativo que regule o funcionamento dessas unidades, estabelecendo seus princípios e determinando suas diretrizes. Esse cenário leva as bibliotecas a serem gerenciadas de acordo com normas próprias, estabelecidas individualmente por cada um dos 38 IFs. Como resultado, o processo de desenvolvimento e consolidação desses dispositivos apresenta uma desuniformidade conceitual e prática em relação aos objetivos da Educação Profissional pretendida, ao se considerar todo o país, reproduzindo em certa medida o que aconteceu na estruturação dos *campi* como um todo.

A inexistência de um estatuto nacional para as bibliotecas dos IFs também é um dos fatores que justifica a confusão na determinação de uma tipologia adequada para elas, dificultando o estabelecimento de uma identidade própria, que relacione diretamente esses espaços aos objetivos da Educação Profissional referidos. Santos

---

<sup>5</sup> Mais informações sobre o trabalho de mapeamento das bibliotecas dos Institutos Federais podem ser consultadas no capítulo IV.



e Gracioso (2018) reforçam que a falta dessa normatização acarreta discrepâncias na compreensão sobre a função dessas bibliotecas, acrescentando que:

a ausência de regulamentação adequada, a qual norteie a estruturação e gestão das bibliotecas dos IFs, somada à ausência de políticas institucionais, colocam as bibliotecas dos IFs em um cenário de fragilidade e incertezas, podem comprometer o seu desenvolvimento e a democratização do acesso à informação (SANTOS; GRACIOSO, 2018, p. 3898).

Passados treze anos desde a sua fundação, essa desarticulação ainda persiste. Vemos surgir iniciativas como a constituição da Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CBBI, ligada à FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições), que nasce a partir das necessidades que os próprios bibliotecários tinham de se comunicarem e organizarem. Por maior que possa ser a sua importância para o aprimoramento do conjunto, a criação dessa comissão, sozinha, não é capaz de construir uma articulação institucional profunda entre os diferentes sistemas de bibliotecas dos IFs, o que demandaria outros instrumentos de bases institucionais. Como resultado, a ação da referida Comissão fica restrita quase sempre a demandas de trabalho operacional.

Cabe esclarecer aqui que, em um país como o Brasil, caracterizado pela sua extensão continental, é evidente que teremos uma multiplicidade de formas de pensar, fazer e organizar bibliotecas. Essa pluralidade é importante e necessária, especialmente para se trabalhar aspectos regionais adequadamente. No entanto, especialmente numa sociedade tão desigual como a nossa, a falta de uma orientação e organização mínima comuns acabam contribuindo para acentuar ainda mais esses contrastes, fruto não apenas da descentralização, mas de uma articulação capaz de constituir um todo orgânico, embasados nos objetivos institucionais e conectados aos seus respectivos contextos.

Diante desse quadro, tomando por base o cenário brasileiro, é possível afirmar que não houve um desenvolvimento articulado conceitual e metodologicamente na criação das unidades de informação que compõem a rede dos Institutos Federais. Esse processo se deu de modo atomizado, fragmentado e voluntarista em cada instituição, onde as bibliotecas não foram protagonistas de um projeto próprio, em âmbito local nem nacional.

Na década de 1940, Rubens Borba de Moraes (1943) já defendia a necessidade que as bibliotecas brasileiras tinham de se estabelecerem em forma de sistemas, que trabalhassem em conjunto, cooperando de modo a se constituírem e se complementarem mutuamente, por meio de planos de ação definidos. Para o autor, esse modelo seria organizado a partir da constituição de um sistema nacional de bibliotecas. Milanesi (2003) também trata sobre a carência de integração nas bibliotecas brasileiras e nos leva a refletir sobre as possibilidades existentes de organizar as unidades dos IFs para além de um sistema, modalidade vertical e centralizada, mas em uma rede nacional de bibliotecas para a Educação Profissional no país, robusta e horizontal, pertinente ao projeto em curso.

Dada a natureza dos Institutos Federais, uma abordagem como essa parece fundamental para desenvolver ao máximo as potencialidades de uma estrutura com essas dimensões. É possível imaginar uma grande base de conhecimentos compartilhados, que se desenvolva horizontalmente, de forma articulada com os princípios da Educação Tecnológica e integradora, capaz de otimizar recursos humanos e financeiros, criando políticas adequadas à sua singularidade e avançando em atender as demandas específicas do ensino profissional, tal como definido na criação dos IFs, mas também aberta a uma aproximação efetiva com outras modalidades de ensino, a partir de processos permanentes de discussão e realimentação.

### **3.2 ASPECTOS E CARACTERÍSTICAS DAS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS**

O trabalho de mapeamento realizado por esta pesquisa traz dados importantes sobre as bibliotecas dos Institutos Federais, com números bastante expressivos. Os resultados indicaram a existência de 589 bibliotecas nos Institutos Federais, gerenciadas por 876 bibliotecários contratados, que atendem a mais de um milhão e quatrocentos mil alunos da rede. Esses dados reforçam a necessidade de ampliar a compreensão que se tem a respeito dessas unidades, visto que, durante as investigações, não foi observada nenhuma outra política pública que tenha sido capaz de promover a criação de tantas bibliotecas nem a contratação de tantos bibliotecários no país, em um período de tempo de menos de 14 anos, fato que, por si só, expõe a força e o potencial da rede.

A partir do entendimento de que os Institutos Federais são instituições de Ensino Profissional e Tecnológico originais dentro do quadro da Educação brasileira (PACHECO, 2011), é válido declarar que suas bibliotecas também o são. Criadas e mantidas com recursos públicos, essas unidades de informação nascem para suprir as necessidades de ensino, pesquisa e extensão das entidades às quais estão subordinadas (VEIGA; PIMENTA, 2019). São, assim, direcionadas para o atendimento das demandas informacionais, educacionais e culturais de toda a comunidade acadêmica dos IFs.

Para compreendermos como essas bibliotecas se diferenciam em relação às demais é necessário, antes, reconhecer como os Institutos Federais se estruturam. A própria Lei de criação, ao determinar a organização dos IFs, indiretamente define também como serão suas bibliotecas. Estas deverão atuar no Ensino Básico, Profissional e Superior, em uma estrutura pluricurricular (variados eixos, modalidades e áreas de atuação) e multicampi (BRASIL, 2008c). Levando ainda em consideração as características de verticalização e especialização nas diferentes áreas do conhecimento, a configuração de cada *campus* acaba sendo única, uma vez que as matrizes de cursos não tendem a se repetir em mais de uma unidade.

A partir dessa organização, surgem contextos de ensino e pesquisa singulares, que impactam na constituição das bibliotecas. Moutinho e Lustosa (2011) reforçam que é necessário compreender essa forma diferenciada de organização para que as bibliotecas possam acompanhar as exigências que surgem diante desses novos cenários. As autoras utilizam os termos *multi* e *transdisciplinar* para se referirem às bibliotecas dos IFs, justamente por entenderem que elas devem servir, primordialmente, à diversificação dos currículos de cada unidade, colaborando também com o fortalecimento da missão socioeducativa institucional.

Conforme já discutido, a diversidade de público é uma questão central para os IFs, afetando, em decorrência, a configuração de suas bibliotecas. Temos, assim, diferentes faixas etárias, origens sociais, níveis formativos e modalidades de ensino compartilhando um mesmo ambiente, o que resulta em diferentes necessidades, demandas e interesses no interior dessas bibliotecas. Almeida, Perucchi e Freire (2021, p. 100-101) ajudam a explicar melhor como se dá essa complexa organização:

Para a compreensão da identidade organizacional dessas bibliotecas, o ponto de partida é, portanto, a compreensão de que os Institutos Federais possibilitam o acesso à educação profissional e tecnológica por meio da oferta de cursos de diferentes níveis de ensino –

profissionalizante, educação de jovens e adultos, médio, técnico, superior e pós-graduação – e nas mais diversas modalidades que se enquadram nos níveis citados anteriormente – médio integrado ao técnico, técnico subsequente, superior (tecnológico, bacharelado e licenciatura), pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) – além de cursos profissionalizantes de formação inicial e continuada (FIC), o programa de educação de jovens e adultos (PROEJA), entre outras práticas de educação profissional e tecnológica em programas e projetos governamentais, tal como o programa de acesso ao ensino técnico e ao emprego (PRONATEC) e o programa Mulheres Mil. Nessa perspectiva, é imperativo refletir sobre o fato de que esse universo diferenciado e abrangente de níveis de ensino promove um desafio complexo às bibliotecas, que, nos últimos anos, têm repensado sua própria identidade, suas ações e suas práticas no contexto dessa nova configuração das instituições federais de ensino profissional e tecnológico.

Soma-se ao contexto apresentado pelos autores a população geral das regiões onde estão localizados os *campi* dos IFs, isto é, a comunidade externa, atendida de acordo com normas estabelecidas institucionalmente.

Esse perfil multifacetado das comunidades dos IFs repercute intimamente nos usos da biblioteca. Por exemplo, o público do Ensino Médio Integrado é composto por adolescentes com idade média entre 14 e 18 anos, que frequentam cursos integrais (manhã e tarde), com duração entre 3 a 4 anos. Eles reivindicam um espaço que atenda a suas demandas educacionais, mas também culturais e de socialização. Tais características facilitam a criação de vínculos entre a biblioteca e esses alunos, que contam com maior disponibilidade para frequentá-la. Para atendê-los, o acervo precisa ser composto por livros básicos e técnicos, apropriados ao seu nível de formação, mas também por obras de interesse geral, que abordem temas contemporâneos, em diferentes formatos e linguagens, o que ocorre, também, com a comunidade externa que frequenta a biblioteca. Devido a essas características, essa categoria de alunos tem uma maior predisposição ao desenvolvimento de atividades culturais e programas educativos por parte da biblioteca.

Já os alunos de graduação e pós-graduação demandam um outro tipo de trabalho, mais especializado, com materiais e suportes de maior aprofundamento e densidade teórica, adequados ao nível de ensino em questão. Normalmente, esse público tem uma relação mais objetiva no uso da biblioteca, onde a procura por materiais informacionais diretamente ligados à sua formação é, em geral, o motivo da ida e da relação com o espaço. Ao mesmo tempo, tem-se alunos dos cursos de formação inicial e continuada (FIC), com duração que varia entre 1 a 4 meses, e é

composto, primordialmente, por trabalhadores já inseridos no mercado e que buscam uma rápida qualificação profissional. Dada a natureza desses cursos, há uma dificuldade maior para a construção de uma relação com a biblioteca, tendo em vista que esses alunos dispõem de pouco tempo para usá-la e, quando o fazem, é para atender às obrigações de seus estudos especiais, de duração diferenciada e limitada.

Nesse meio, são comuns as disputas em relação à biblioteca. Enquanto o público adolescente reivindica um espaço descontraído, que favoreça as trocas, a comunicação e a socialização, além de ajudar na realização de suas tarefas, os alunos do ensino superior demandam um lugar silencioso, que possibilite a concentração e reflexão que seus estudos exigem. Construir um acervo, um ambiente e serviços que atendam adequadamente a todos esses públicos é o grande desafio. Conciliar os diferentes interesses e necessidades, muitas vezes incompatíveis, é uma das maiores dificuldades para as bibliotecas dos IFs.

Nas pesquisas já desenvolvidas a respeito dos Institutos, são comuns a busca por uma identificação entre suas bibliotecas e as bibliotecas universitárias e/ou escolares (BECKER; FAQUETI, 2015; SANTOS; BOCCATO; HOFFMANN, 2013; CRIVELLARI; SIMA, 2016, etc.). De fato, como visto, algumas características se assemelham a essas duas classificações por serem os modelos de bibliotecas presentes em instituições de ensino tradicionalmente estabelecidas. No entanto, nesses estudos não é rara a exclusão do tipo de formação – profissionalizante, mesmo se reconceituada – que é a finalidade dos Institutos Federais, ficando de lado toda a complexidade envolvida, sobretudo em vista das concepções inovadoras de profissionalização implicados nos IFs.

Atuar nesses espaços impõe aos envolvidos o desenvolvimento de diferentes capacidades para se adaptar às novas exigências. O próprio Ministério da Educação, ao apresentar os Institutos Federais, orienta sobre os desafios a serem enfrentados nesse sentido:

A organização curricular dos Institutos Federais traz para os profissionais da educação um espaço ímpar de construção de saberes, por terem esses profissionais a possibilidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada, da educação básica até a pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear, o que faz que essa atuação acabe por sedimentar o princípio da verticalização. Esses profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Esse lidar, pois, com o conhecimento de forma integrada e verticalizada exige outra postura que supere o modelo hegemônico disciplinar. Significa pensar um profissional da educação capaz de desenvolver um trabalho reflexivo e criativo e promover transposições didáticas contextualizadas que permitam a construção da autonomia dos educandos (BRASIL, 2010c, p. 27).

Assim, para se construir uma biblioteca adequada às características próprias do Ensino Profissional, tal como redefinido, é preciso que as unidades, individualmente, pensem e desenvolvam suas bibliotecas, a partir das características locais, considerando e adaptando esses dispositivos a toda diversidade representada localmente, sem deixar, contudo, de considerar o caráter nacional da rede, bem como questões universais implicadas em todo processo de Educação, seja ela profissionalizante ou não. Moutinho e Lustosa (2011, p. 1) referem-se a essa necessidade, dizendo que é preciso desenvolver “um conceito atualizado de biblioteca, baseado em uma filosofia da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, atuando não somente na organização da informação, mas sim na dinamização do conhecimento coletivo”.

### **3.3 A BUSCA POR UMA NOMEAÇÃO: A BIBLIOTECA *MULTINÍVEL*?**

Que importância tem a palavra? Bem pouca, quando a coisa existe [...]. Mas o que importa pouco quando se tem a coisa, importa enormemente quando está por ser criada. É preciso que seja compreendida e, para fazê-la compreender, é preciso que se empreguem palavras. Então, a palavra importa (MOREL, 1910 *apud* BARBIER, 2018, p. 19).

É possível admitir que, em decorrência da criação dos Institutos Federais, surge um tipo de biblioteca até então desconhecido na literatura especializada. Essas unidades de cultura e informação vêm buscando uma denominação adequada para defini-las e diferentes trabalhos já foram desenvolvidos procurando identificar o tipo de biblioteca dos Institutos Federais (SANTOS, 2012; MOUTINHO, 2014; SANTOS; BOCCATO; HOFFMAN, 2013; ALMEIDA; FREIRE, 2015; SILVA, 2013; ALMEIDA; NOBERTO; FREIRE, 2014; CAMURÇA; ARAÚJO; MORAIS, 2013; entre outros). É recorrente neles a preocupação em encontrar um adjetivo que identifique esses dispositivos de forma inequívoca, pois, ao mesmo tempo em que eles agregam características de diversos tipos de bibliotecas (escolar, universitária, pública e especializada), não se encaixam devidamente em nenhuma.

Cabe ressaltar que as bibliotecas dos Institutos Federais, por atenderem a um público distribuído em diferentes níveis de ensino, recebem uma demanda informacional que, somada ao compromisso social da instituição, não permite que elas se enquadrem perfeitamente nos conceitos de tipologias de bibliotecas já estabelecidos na literatura, identificados como: biblioteca escolar, universitária, especializada, pública e comunitária (SANTOS; GRACIOSO; AMARAL, 2018, p. 29).

Mas por que é tão importante estabelecer essa classificação? Segundo Fonseca (2007), na contemporaneidade, as bibliotecas vêm se dividindo em categorias tão diferentes e distantes entre si, variando principalmente de acordo com as finalidades e o tipo de público a que se destinam, que já não é mais possível falar em biblioteca, mas sim bibliotecas:

Assim como se diz, em medicina, que não há doença e sim doentes, podemos dizer que não há, concretamente, biblioteca no singular e sim bibliotecas, na pluralidade que se impõe em nossos dias. A biblioteca pública é tão diferente da biblioteca nacional quanto a biblioteca escolar da biblioteca especializada. Essas diferentes categorias não existiam na Antiguidade, sendo uma exigência de nossa época (FONSECA, 2007, p. 49).

A comunidade bibliotecária ainda não chegou a um consenso sobre qual termo adequa-se melhor às exigências que esse novo contexto requer. Entretanto, Moutinho (2014) defende em sua dissertação a utilização de uma nova expressão que vem encontrando maior aceitabilidade: as chamadas *bibliotecas multiníveis*. Elas são caracterizadas como “unidades de informação que devem atender as necessidades de estudo, consulta e pesquisa de um público variado e com necessidades formativas e informativas diferenciadas.” (VEIGA; PIMENTA; SILVA, 2018, p. 50). Embora ainda controverso, o termo vem sendo legitimado e agregando novos valores a essas unidades. Numa descrição mais elaborada, Almeida e Freire (2019, p. 16-17) afirmam que:

Conceitualmente, biblioteca multinível é toda aquela unidade de informação que, quanto à finalidade, atende aos usuários de diversos níveis de ensino. Tem por objetivo atender às necessidades de estudo, consulta e pesquisa de professores, servidores técnico-administrativos e alunos em nível profissionalizante, médio, técnico, superior de graduação e pós-graduação (lato e stricto sensu). Segundo a organização das coleções, assemelham-se às universitárias, podendo ser centralizadas ou descentralizadas, porém este arranjo ainda não é regra e nem padrão. Como principal exemplo de biblioteca multinível, temos as bibliotecas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. Portanto, é um novo tipo de biblioteca que já existe em expressivo número.

Em um trabalho recente, Silva, Cavalcanti e Paletta (2021) afirmam que, mais que um problema terminológico, esse dilema tem um caráter ontológico, pois diz respeito à essência e à razão de ser dessas bibliotecas. Os autores acrescentam que “conceituar sua natureza poderia influenciar na proposição de suas características, de seus produtos, de seus serviços e da sua prática educativa, ou seja, de sua ação mediadora como um todo na formação dos sujeitos” (SILVA; CAVALCANTI; PALETTA, 2021, p. 32). Almeida e Freire (2018) também sustentam a importância da definição de atributos próprios a essas bibliotecas, que subsidiem o desenvolvimento de suas práticas e políticas. Tais argumentos buscam inseri-las conceitualmente dentro do âmbito científico da Biblioteconomia, validando a ideia de que são dispositivos complexos e únicos dentro do contexto brasileiro.

É possível perceber nessas discussões que o objetivo central é definir o que caracteriza esses espaços como únicos, centrado no tipo de público a que se destinam. Contudo, esses debates devem considerar, também, outros aspectos que estão implicados nessas bibliotecas e que são importantes à afirmação de sua identidade como, por exemplo, as questões culturais e a sua forma de participação nos processos formativos de suas comunidades. O trabalho de Veiga, Pimenta e Silva (2018, p. 51) reitera essa ideia ao afirmar que:

Assim sendo, além de atender um universo distinto de modalidades de cursos e usuários, as bibliotecas multiníveis têm outra característica que as singularizam como uma nova tipologia de unidades de informação. Isso ocorre, em vista do seu planejamento de atividades educativas, que mais uma vez, são afetadas pelas características de seus usuários (idade, nível formativo, necessidade de informação, alfabetização digital e etc.), que afetam os projetos e planejamento educativos informacionais (VEIGA; PIMENTA; SILVA, 2018, p. 51).

O fato de essas bibliotecas serem destinadas a um público diverso, ainda que de importância fundamental, por si só, não encerraria as problemáticas envolvidas na questão. De acordo com Pacheco (2015), é preciso acrescentar a esse contexto o compromisso social de suas instituições e a perspectiva de uma Educação Profissional integrada à formação humana e cidadã, que busca conciliar o trabalho, a ciência e a cultura em um novo projeto para a educação profissional brasileira. Nesse sentido, Almeida e Freire (2019, p. 17) reforçam que:

Nesta primeira década de existência e atuação da biblioteca multinível no Brasil, os desafios postos a ela assemelham-se aos desafios postos às suas instituições mantenedoras. Estas



assumem o compromisso de intervenção social no território em que estão inseridas, identificando problemas e gerando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento regional sustentável com inclusão social, conforme expresso nas missões destes Institutos.

Talvez, trabalhos como os da professora Neusa Dias de Macedo, em colaboração com outras especialistas, possam oferecer uma base teórico-metodológica que possa contribuir com essas discussões. Os grupos determinaram parâmetros para a caracterização de bibliotecas escolares (MACEDO; SIQUEIRA, 1987), públicas (MACEDO; SPINELLI, 1987) e universitárias (MACEDO; DIAS, 1992). Propõe-se, assim, uma sistematização para delimitação do perfil de bibliotecas, e que pode ser útil nessa tentativa de classificação das bibliotecas dos IFs.

As autoras elencam sete critérios, apresentados em formato de quadros sinópticos, que servem de subsídios para descrever os diferentes tipos de bibliotecas. Os principais pontos abordados nos textos são: o público da biblioteca, os seus objetivos, os materiais informacionais, os serviços internos, os serviços de referência e atendimento, os colaboradores e o espaço físico da biblioteca.

Como forma de aprofundar o debate terminológico, tentamos caracterizá-las tendo como ponto de partida os sete parâmetros apresentados por Macedo e demais autoras. O quadro abaixo não é exaustivo, mas constitui-se numa síntese das principais características dessas bibliotecas. Ele foi elaborado com base nos dados levantados durante os estudos documental e bibliográfico, somados ao conhecimento empírico e observações da própria pesquisadora.

#### QUADRO II – CARACTERIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS MULTINÍVEIS

<b>1. PÚBLICO-ALVO DA BIBLIOTECA</b>	- Cada público tem propósitos próprios, que variam de acordo com o momento, a necessidade, os interesses, a área de atuação ou de formação, o nível ocupacional ou de ensino, entre outros.		
	<b>Alunos:</b> dividem-se em:		
	<b>Ensino</b>	<b>Nível de formação</b>	<b>Idade</b>
	Educação profissional técnica de nível médio	Básico (ensino médio integrado, subsequente e concomitante)	A partir de 14 anos
	Educação de jovens e adultos	Básico (ensino fundamental e médio)	A partir de 18 anos
	Formação inicial e continuada	Qualificação profissional (capacitação, aperfeiçoamento e atualização de trabalhadores)	A partir de 15 anos
Educação superior	Graduação (cursos de tecnologia, licenciatura, bacharelado e engenharias)	A partir de 18 anos, em média	
	Pós-graduação: <i>lato sensu</i> (especialização) e <i>stricto sensu</i> (mestrado e doutorado)	Sem limite de idade	

	Educação a distância	Pode abranger todos os níveis de ensino: qualificação profissional, básico, educação de jovens e adultos, formação técnica, graduação e pós-graduação	Sem limite de idade
	<b>Docentes:</b> Especialistas nas diferentes áreas de atuação de cada <i>campus</i> .		
	<b>Trabalhadores Técnico-administrativos:</b> Compreende cargos de nível básico, médio e superior, responsáveis pela administração dos <i>campi</i> .		
	<b>Trabalhadores básicos:</b> agentes de limpeza, manutenção, segurança, auxiliar operacional, entre outros.		
	<b>Estagiários:</b> O estágio pode ser obrigatório e não-obrigatório, remunerado ou não, e visa preparar os educandos para o mundo do trabalho nas diferentes áreas de formação.		
	<b>Comunidade externa:</b> Qualquer indivíduo sem vínculo institucional que usufrua do espaço físico da biblioteca.		
<b>2. OBJETIVOS DA BIBLIOTECA</b>	Atender, simultaneamente, às demandas educacionais, sociais e culturais dos diferentes públicos da educação profissional, por meio de ações e serviços apropriados para cada nível e modalidade de ensino.		
<b>3. MATERIAIS INFORMACIONAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover o acesso a materiais informacionais, nos mais variados formatos e suportes, para atender as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas que não se limite a isso.</li> <li>- Disponibilizar diferentes fontes de informação: livros, base de dados, periódicos, normas técnicas, catálogos, <i>e-books</i>, <i>e-print</i>, portais, repositórios institucionais, patentes, relatórios, manuais, filmes e vídeos, mapas e gráficos, entre outros.</li> <li>- Assegurar o quantitativo mínimo de títulos no acervo disposto na Lei n. 12.244 de 2010.</li> <li>- Atender aos projetos político-pedagógicos dos diferentes cursos oferecidos em cada unidade. Ao mesmo tempo, contemplar áreas de interesse que superem os currículos mínimos, de acordo com as necessidades e as expectativas de seus públicos.</li> <li>- Desenvolver políticas próprias para o desenvolvimento de coleções, de modo a subsidiar as unidades na construção de seus acervos, atendendo às especificidades locais (áreas de conhecimento, níveis e modalidades de ensino). Determinar as diretrizes para sua expansão, incluindo a disponibilização de recursos orçamentários.</li> </ul>		
<b>4. SERVIÇOS-MEIO (INTERNOS)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Administração e organização da biblioteca: organização, gerenciamento e manutenção do espaço físico, planejamento, aquisição de materiais adicionais, informacionais ou não, controle patrimonial, desenvolvimento de regulamentos, normas e políticas da biblioteca, produção de relatórios e atendimento às diferentes instâncias administrativas da instituição de origem, entre outros.</li> <li>- Administração e organização do acervo: políticas de aquisição, tratamento, desbaste e descarte do acervo, gerenciamento de doações, coordenação dos processos de aquisição de acervo bibliográfico, execução dos procedimentos técnicos para disponibilização do acervo, alimentação do sistema operacional e da base de dados da biblioteca, ações de conservação e preservação do acervo, trabalho cooperativo entre bibliotecas, manutenção do repositório institucional.</li> </ul>		
<b>5. SERVIÇO-FIM (REFERÊNCIA E ATENDIMENTO AO PÚBLICO)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os serviços deverão ser desenvolvidos de acordo com cada nível e modalidade de ensino.</li> <li>- Serviços informacionais: circulação de obras (empréstimo domiciliar, empréstimo entre bibliotecas, reserva e renovação de materiais), buscas bibliográficas e localização de materiais, oficinas de capacitação, orientação para uso de diferentes fontes de informação, realização de disseminação seletiva da informação, orientação sobre os processos de registro de propriedade intelectual e direito autoral, etc.</li> <li>- Serviços culturais: criação de programas de ações culturais sistemáticas e regulares, promovendo as mais variadas atividades, de acordo com os</li> </ul>		

	<p>interesses locais: promoção do livro e da leitura, atividades de mediação, exposições, debates, eventos, projetos socioculturais, rodas de conversas, etc.</p> <p>- Serviços educativos: amparar os diferentes públicos nos processos de ensino e aprendizagem, em conformidade com o nível e modalidade de ensino, por meio de programas sistemáticos de suporte à pesquisa e ao pesquisador, desde normalização de trabalhos acadêmicos até a promoção de cursos, palestras, oficinas temáticas, orientações sobre o espaço, os produtos e os serviços, etc.</p>
<b>6. COLABORADORES (EQUIPE)</b>	<p>- O quantitativo de pessoal varia de acordo com o tamanho de cada unidade, mas os esforços devem ser empreendidos de modo a garantir que:</p> <p>- Cada biblioteca deve possuir, no mínimo, um bibliotecário em exercício, garantindo a coordenação e o gerenciamento das atividades do setor.</p> <p>- Auxiliar de biblioteca e/ ou assistente em administração para assessorar e executar diferentes atividades dos serviços-meio e serviços-fim.</p> <p>- Estagiários que auxiliem nas atividades básicas nos serviços-meio e serviços-fim.</p> <p>- Agentes de manutenção, higienização e limpeza.</p>
<b>7. ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA</b>	<p>- Necessidade de diferentes ambientes para atender a diversidade do público: espaço para estudos, para projeções e exposições, cabines individuais e em grupo, acesso livre ao acervo, disponibilização de terminais para consultas ao acervo e às bases de dados, computadores para pesquisas e elaboração de trabalhos, etc.</p> <p>- O ambiente deve ser acolhedor, confortável e agradável para estimular a visita e a permanência no local.</p> <p>- Atendimento às especificações técnicas das normas NBR 9050/2021, NBR 15599 e NBR 16537/2018 sobre os requisitos de acessibilidade.</p> <p>- Setor técnico: estrutura e equipamentos básicos para dar suporte às atividades-meio da biblioteca: almoxarifado, restauro, arquivo, sala de processamento técnico, entre outros.</p> <p>- Localização privilegiada, com fácil acesso para os diferentes públicos e horário de funcionamento apropriado às necessidades locais.</p> <p>- Disposição de equipamentos tecnológicos atualizados e adequados, que atendam as demandas de ensino das comunidades.</p>

Elaborado pela autora, 2022.

A partir desses pontos, em uma análise sucinta, é possível perceber que a categorização dessas bibliotecas pode servir a outras como, por exemplo, àquelas pertencentes aos Sistemas Senai, Senac e Sesi, por entender que, apesar de diferenças conceituais e práticas, elas compartilham características com as bibliotecas dos Institutos Federais, ao se vincularem igualmente à Educação Profissional, condição que efetivamente as distingue.

Se o esforço da área na busca por uma nomenclatura adequada para as bibliotecas dos Institutos Federais demonstra uma preocupação importante para a definição de um qualificador desses dispositivos, designado pelo adjetivo multinível ou outro qualquer, há que se atentar para o denominador comum: a formação profissionalizante. Todavia, além disso, é fundamental a preocupação com outra

compreensão, ou seja, com o sentido do substantivo *biblioteca*, pois está em causa neste processo não somente o atributo, mas a substância que singulariza o objeto<sup>6</sup>.

Oliveira (2021) explica que, quando os argumentos se concentram apenas nos qualificadores (no caso, o adjetivo multinível) eles se tornam problemáticos, pois limitam a compreensão e reduzem a essência do debate, não considerando o todo que está implicado na questão. Desse modo, é importante que essas indagações remetam para o substancial, inserindo-o, assim, no contexto brasileiro histórico e contemporâneo, direção que significa tratar das concepções sociais e culturais que as bibliotecas apresentam.

Observamos, assim, dois pontos recorrentes nessa tentativa de nomeação que merecem ser discutidos: um deles não relaciona essas bibliotecas com a proposta de Educação Profissional projetada pelos Institutos Federais, o que pode demonstrar uma desconexão entre os objetivos das bibliotecas e o das suas instituições de origem; o outro, não considera os aspectos culturais e sociais envolvidos nas bibliotecas, de modo a superar a ideia instrumental e redutora do seu papel nos processos educativos. Historicamente, esses dispositivos vêm sendo reduzidos a “*emporium*” e não efetivamente a “*forum*” (PERROTTI, 2017), instância educativa de acesso ao conhecimento, à memória e à informação, realizado por protagonistas, portadores eles próprios de saberes e de cultura, tendo em vista a apropriação e a construção cultural, em seus múltiplos aspectos e sentidos. De centros de difusão, a biblioteca, compreendida como *forum* torna-se uma instituição de mediação de saberes e intersaberes, o que significa uma alteração radical de seus conceitos e práticas.

Se a relevância de se estabelecer uma nomenclatura própria para essas bibliotecas é concreta, no entanto, é preciso que esses debates ajudem a construir a sua base de sustentação: não se trata apenas, portanto, de perguntar suas funções, mas de articulá-las *ao que elas são substancialmente*. É preciso ter claro o seu significado e o papel para a sociedade e a área como um todo; considerar a identidade em relação ao projeto de transformação social implicado nos objetivos da educação

---

<sup>6</sup> Na verdade, é próprio do adjetivo explicar o substantivo ou, também, restringi-lo. Por exemplo, “biblioteca escolar”, nesse sentido, é termo restritivo, enquanto “Biblioteca *na* escola” não o é. O primeiro remete a uma dimensão que enquadra o substantivo, enquanto o segundo pode denotar concepção que vai em sentido contrário, de abertura, dependendo de como se conceba a Escola e suas relações com a biblioteca.

profissionalizante, tal como esta é concebida nos documentos orientadores que estão na origem dos IFs.

A partir desses entendimentos, esta pesquisa adotará, com os devidos cuidados, portanto, o termo biblioteca multinível, concentrando-se no primeiro termo para levar adiante suas interrogações. Como o uso do termo está, ainda, sujeito a um processo de legitimação e reconhecimento está em curso, conforme afirmam Almeida, Perucchi e Freire (2021), vale lembrar que discussões mais aprofundadas precisam ser fortalecidas nesse aspecto, para que resultem em regulamentações nacionais próprias para essas bibliotecas, validando o emprego do termo *biblioteca multinível* ou outro que seja capaz de representar e atuar na viabilização “de políticas públicas de informação, de projetos, de parâmetros técnicos e de pesquisas científicas” que possam contribuir organicamente para a efetivação dos objetivos declarados dos IFs (ALMEIDA; PERUCCHI; FREIRE, 2021, p. 108).

## **4 AS INTERSECÇÕES ENTRE BIBLIOTECONOMIA E EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE**

Esclarecer como as bibliotecas vêm sendo representadas dentro do projeto dos Institutos Federais exige, também, a compreensão de como a Biblioteconomia e as bibliotecas, de forma geral, se relacionam com o campo da Educação no Brasil e, em especial, como esse fenômeno ocorre na contemporaneidade. Para isso, referimo-nos a seus principais conceitos, bem como aos diferentes modelos de dispositivos que foram se consolidando ao longo do tempo e que permitem a discussão crítica sobre o papel educativo implicado nesses espaços e também nos fazeres bibliotecários, de modo implícito ou explícito. Tais referências são importantes pois elas formam a base para a análise documental desta pesquisa, ajudando a identificar os diferentes fundamentos expostos na base de documentos estudados.

### **4.1 AS CONCEPÇÕES DE BIBLIOTECA E BIBLIOTECONOMIA**

A trajetória das bibliotecas e suas práticas é milenar. Diferentes entendimentos sobre o que seria uma biblioteca foram apresentados no decorrer da história, mas sempre orientados pela concepção de um local para armazenamento do conhecimento produzido e registrado (MILANESI, 2003), em particular sob formatos escritos. De acordo com Araújo (2013), as primeiras atividades culturais humanas estão ligadas ao exercício de compreender o mundo, inscrevendo-se nesta lógica a produção de registros materiais sobre o que se interpretava dessa ação. Segundo o autor, observa-se aí o que pode ser considerada como a origem da Biblioteconomia, embora seja apenas no século XIX que ela se estrutura como disciplina acadêmica.

O conceito popular de biblioteca se refere ao lugar para guarda e armazenamento de livros e pode ser explicado pela etimologia da palavra. Olhando para o termo *biblioteca*, aprendemos que sua origem se deu na Grécia e foi empregado, inicialmente, para nomear o móvel no qual se armazenavam os escritos antigos, segundo explica Barbier (2018). O autor conta que o vocábulo foi sendo progressivamente ampliado e passou a designar, também, a sala onde esses móveis se localizavam e, posteriormente, o imóvel – o prédio da biblioteca.

Observa-se assim que, no primeiro momento da história das bibliotecas, em virtude da escassez da produção bibliográfica e informacional que havia, a

necessidade de conservar os materiais que compunham o seu patrimônio era sua função principal (ARAÚJO, 2013). Decorre daí os ideais de acúmulo e preservação que orientam o desenvolvimento das bibliotecas até a Modernidade, quando o surgimento da imprensa começa a alterar esse *status*.

A rápida expansão da produção bibliográfica reduziu a dificuldade de acesso aos materiais. Surge, então, a possibilidade de recuperar as informações contidas nas obras por segmentos sociais que se encontravam destituídos de tal condição. Com isso, as tarefas de organização das bibliotecas se tornam cada vez mais elaboradas e complexas, favorecendo o desenvolvimento das atividades de ordenação, classificação e catalogação dos acervos (BARBIER, 2018), segundo novos modos, já que estava em pauta tanto seu crescimento quanto sua universalização para diferentes públicos.

Conforme Araújo (2013), a institucionalização da Biblioteconomia como campo científico teria, inicialmente, privilegiado os procedimentos técnicos, especialmente a catalogação e a classificação, em função das novas realidades de produção e as demandas de circulação e recepção, visando diferentes públicos que, ao menos teoricamente, deveriam ser incluídos nos circuitos bibliográficos de que estiveram ausentes, especialmente até o século XIX, nas metrópoles europeias.

Ao se referir à definição tradicional de biblioteca, Lemos (2008) explica que ela diz respeito à organização de materiais, impressos ou não, que são mantidos e disponibilizados para visualização, consulta, leitura e estudo. Ainda de acordo com essa perspectiva, a finalidade das bibliotecas seria promover, de modo eficiente e eficaz, a utilização desses materiais, atendendo às demandas e aos interesses dos sujeitos que utilizam o espaço. É possível perceber nesse enfoque uma preocupação primária com a gestão das coleções, sua organização e uso, embora não necessariamente com as significações aí inscritas.

No entendimento de Barbier (2018), biblioteca é um vocábulo que dá nome a um conjunto de textos (um corpus textual), que se encontram reunidos em um determinado espaço, organizados de acordo com normas e procedimentos próprios, com o intuito de mantê-los à disposição para o uso. No entanto, o autor adverte que, para compreender efetivamente o que é uma biblioteca, é necessário pensá-la além dos seus atributos físicos. Latour (2000), por sua vez, chama atenção para o cuidado que se deve ter em não limitar as bibliotecas apenas a alguns de seus aspectos

intrínsecos. Ela seria parte de uma rede de saberes entrelaçados, mesmo que invisíveis à primeira vista:

Os que se interessam pelas bibliotecas falam frequentemente dos textos, dos livros, dos escritos, bem como de sua acumulação, de sua conservação, de sua leitura e sua exegese. Têm certamente razão, mas há um certo risco em limitar a ecologia dos lugares de saber aos signos ou à simples matéria do escrito (LATOUR, 2000, p. 21).

Lemos (2008, p. 101) acrescenta que “nem toda coleção de livros é uma biblioteca, do mesmo modo que nem toda biblioteca é apenas uma coleção de livros.” Para o autor, existem três pré-requisitos básicos para que um espaço possa ser considerado uma biblioteca: o acervo, uma comunidade usuária e um local (espaço físico). Assim, quando esses três elementos se apresentam simultaneamente, seria possível falar em biblioteca no sentido de instituição sociocultural, e não apenas enquanto um repositório de bens materiais.

A ideia de biblioteca como uma organização social de serviço começa a se difundir no início do século XX. De acordo com Araújo (2013, p. 44), é nesse período que começam a surgir iniciativas que pensam a biblioteca a partir de adjetivos como “viva”, “dinâmica” e “ativa”, rompendo com o sentido de conservação patrimonial, até então dominante. Impulsionados pelas novas tecnologias desenvolvidas para a área da informação e da comunicação, os espaços das bibliotecas começam a ganhar novos objetos além do livro físico, fazendo com que o sentido de “sacralidade” tradicionalmente atribuído a elas se perca, e sua definição passe por uma profunda transformação (MILANESI, 2003). Nessa direção, vão colocações como:

A concepção atual de biblioteca, em abordagem geral, é a de um espaço que não privilegia mais somente o livro como objeto de uma coleção, este se torna apenas mais um instrumento de cultura ao lado de outros suportes de informação. O estigma de “depósito de livros” não compreende mais a realidade conceitual das bibliotecas (SANTOS, BOCCATO E HOFFMANN, 2013, p. 62).

Shera (1976) é um dos responsáveis por apresentar e difundir a ideia de que a função das bibliotecas é variável e não estática, dependente da sociedade e do período em que estão inseridas. De acordo com o autor, a existência desses espaços passa a se justificar ao atender às necessidades sociais, culturais e informacionais que os diferentes sujeitos apresentam, dentro de um contexto determinado. Consolida-se, então, o conceito de biblioteca serviço, voltada para suprir as necessidades dos seus públicos.



Fonseca (2007, p.19) ratifica esse entendimento ao declarar que “a biblioteca existe para servir aos que procuram formação, informação e recreação. E os bibliotecários devem estar a serviço dessa assembleia de usuários”. A afirmação do autor levanta pontos importantes a respeito do papel das bibliotecas, pois traz para o centro da atuação o *servir* – prestar assistência, amparar os sujeitos, de modo a atender os diferentes tipos de demandas que se apresentam. Essas necessidades não são apenas informacionais, no sentido de instrutivas, mas formativas, educativas, pois contribuem com os processos de desenvolvimento integral dos sujeitos, incluindo aí os recreativos. Nessa perspectiva, a biblioteca é entendida como um meio que reúne e oferece recursos educacionais e culturais, além de possibilidades de lazer e entretenimento.

Nessa ótica, a ideia de disponibilização de materiais informacionais para a sociedade em geral inverte a lógica do funcionamento da biblioteca patrimonial, centrado na conservação. Silva (1986, p. 72) concorda com essa perspectiva, acrescentando que “não basta que a biblioteca execute somente tarefas técnicas de difusão da informação; é necessário que ela exerça influência ativa e dinâmica no contexto envolvente”. Ainda segundo o autor, ela não deve se preocupar somente com a qualidade dos seus serviços e do seu acervo, mas sim com a origem e as necessidades dos sujeitos que a utilizam, ou seja, com a socialização dos conhecimentos guardados em seus espaços, o que inclui o desenvolvimento de atividades e programas educativos e culturais, não apenas informacionais.

É preciso, então, ampliar o significado de biblioteca, estabelecendo o elemento humano como ponto central de sua atuação (FONSECA, 2007). A partir dessa compreensão ela deixa de ser uma fornecedora de informações, tornando-se uma prestadora de serviços educativos e culturais, conforme reitera Lemos (2015, p. 285):

Tem-se uma visão mais adequada de sua função se as encarmos da perspectiva cultural, como memória coletiva do grupo social e, por extensão, da própria humanidade, e da perspectiva de serviço público voltado para o fornecimento de informações/conhecimentos necessários ao exercício de atividades profissionais, e de meios que ensejem a fruição do saber e o prazer da leitura. Mais recentemente incorporou-se à biblioteca, particularmente a biblioteca pública, a preocupação em propiciar o acesso a informações que contribuam para o pleno usufruto da cidadania.

Procurando legitimar os novos papéis que as bibliotecas vêm adquirindo, as reflexões mais recentes sobre o tema passam a integrar conceitos de diferentes áreas. É o caso, por exemplo, da noção de dispositivo cultural, que aparece na contemporaneidade como uma abordagem moderna e alternativa para as bibliotecas. Paquelin (2004) explica que a definição de dispositivo, inicialmente desenvolvido por Foucault, traz em si a ideia de lugar de ação e de intencionalidade, realizadas para concretizar um objetivo determinado. A forma de atuação dos dispositivos é orientada pela relação entre os sujeitos e a realidade, considerando-os como atores sociais, que participam ativamente dos diferentes processos que envolvem o aprender.

Mais do que um espaço físico, segundo Pieruccini (2004), um dispositivo é uma instância político-cultural que atua numa perspectiva material e simbólica, articulando sujeitos e objetos (no caso da biblioteca, objetos culturais e informacionais), em ordens cuja lógica vem inscrita nos arranjos que a constitui. A autora trata, ainda, o dispositivo como organismo discursivo, com capacidade de intervir na realidade, pois atua com “formas de organização estruturada, utilizando-se de recursos materiais, tecnológicos, simbólicos e relacionais, que atingem os comportamentos e condutas afetivas, cognitivas e comunicativas dos indivíduos” (PIERUCCINI, 2004, p. 43).

Milanesi (1983, p. 93) afirma que as bibliotecas devem ser “um local de encontro e discussão, um espaço onde é possível aproximar-se do conhecimento registrado e onde se discute criticamente esse conhecimento”, por meio de conteúdos que tenham uma relação direta com a coletividade, de modo que os sujeitos consigam relacioná-los com a sua vida. A noção de dispositivo se aproxima de biblioteca quando a compreendemos como instrumento com capacidade de interferir nos diferentes meios sociais, trabalhando diretamente na relação dos indivíduos com o conhecimento.

Observa-se, assim, que as discussões sobre o conceito de biblioteca remetem, fundamentalmente, para o objetivo atribuído historicamente a essas instituições e não para o objeto enquanto tal, em sua condição de dispositivo sociocultural, como define Pieruccini (2004). Decorre daí a dimensão prescritiva e funcional que pauta o debate e que deixa escapar as particularidades do objeto como “lugar de memória” e as consequências não apenas funcionais, mas políticas, sociais e econômicas que resultam dessa condição.

Se, no passado, a guarda e manutenção dos bens bibliográficos estavam ligados à problemática da memória coletiva, com a profusão de informações e suportes informacionais da nossa era, se amplia essa competência, deslocando-a e colocando em causa a própria função das bibliotecas e a matéria que as singularizam, ou seja, a memória coletiva (NORA, 1993). Benjamin (1993), por sua vez, fala que a informação veio tomar o papel da “experiência”, categoria que ele distingue de memória, pois compreende a experiência como “vivência” elaborada pela linguagem. Essa vivência, própria dos seres vivos em geral, seria uma dimensão quase biológica, apenas dos sentidos, enquanto que a experiência é uma elaboração da vivência pela linguagem, isto é, construção filtrada, mediada por afetos, desejos, expectativas, saberes, pensamentos de um sujeito narrativo que inclui, que está em relação de comunicação com o outro, já que a linguagem é um dado cultural que pressupõe esse outro.

Assim, na contemporaneidade, a definição de biblioteca passa pela atribuição de novas funções. No entanto, essa designação se mostra desvinculada de questões de fundo que dizem respeito ao estatuto da memória coletiva na chamada era da informação, o que torna difícil avanços conceituais e metodológicos, já que a problematização e complexificação do objeto que desde sempre singularizou as bibliotecas não o eliminou da vida histórica e social. Ao contrário, ainda que rodeados por máquinas performáticas, que alteram nossas relações com o tempo e o espaço, continuamos sendo seres de sentidos, produzidos coletivamente e em relações dinâmicas entre permanência (memória) e impermanência (informação).

Foi a partir desses pontos que se procurou compreender as diferentes bases histórico-culturais que consolidaram o desenvolvimento das bibliotecas e da Biblioteconomia no decorrer da história e suas relações com a Educação.

#### **4.2 CONSERVAÇÃO, DIFUSÃO E MEDIAÇÃO: OS DIFERENTES PARADIGMAS DE BIBLIOTECA**

Os trabalhos de Perrotti (2017) e Perrotti e Pieruccini (2007) distinguem os padrões que subsidiaram o desenvolvimento das bibliotecas, explicando as diferentes representações que foram se estabelecendo ao longo do seu percurso. Os autores apontam três orientações históricas, descrevendo os fundamentos que sustentam a atuação desses espaços. Teríamos, assim, os paradigmas da conservação cultural,

da difusão cultural e da mediação cultural. A diversidade de concepções paradigmáticas acarretaria em diferentes direções dos dispositivos, identificadas com a preservação, a transmissão e a negociação (inter)cultural, e que ajudam a compreender a organização das bibliotecas desde sua origem até a atualidade.

O primeiro modelo de biblioteca tradicionalmente estabelecido tinha como principal objetivo a preservação e a conservação daquilo que era tido como memória social, sendo denominada pelos autores de biblioteca *templum*. Orientadas pela função de custódia dos materiais informacionais, se caracterizam pela sua acumulação com a finalidade de preservá-los. Nesse contexto, os documentos têm valor de tesouro (MILANESI, 1983), que precisam ser cuidadosamente guardados, e a instituição responsável por isso é a biblioteca. Criam-se, então, grandiosas instituições de conservação da memória cultural.

Por se tratarem de unidades de preservação, o acesso aos seus objetos é limitado, fundamentando-se no que pode ser chamado de paradigma da conservação cultural. Como exemplo podemos citar as bibliotecas da Antiguidade, criadas com a pretensão de acumular o máximo possível do conhecimento registrado produzido, mas onde apenas grupos seletos de estudiosos tinham permissão para acessar seus acervos. É possível identificar esse conceito de biblioteca existindo ainda na contemporaneidade, a exemplo das Bibliotecas Nacionais, que possuem o *status* precípuo de guardiãs da memória nacional, embora não se restrinjam a ela.

Entre os séculos XVII e XVIII os ideais iluministas trouxeram à discussão novos princípios que tinham por objetivo difundir a cultura como meio de construir uma nova ordem histórica (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007). Milanesi (1983) afirma que a Revolução Industrial e a Revolução Francesa alteram fundamentalmente o foco de atuação das bibliotecas. Enquanto a primeira foi responsável pela transformação do conceito de biblioteca/museu para biblioteca/serviço, a segunda pretendeu tirar o domínio dos nobres e do clero sobre os livros, disponibilizando-os para a população em geral. Se, até então, o acesso ao conhecimento era negado à grande parte da sociedade, a partir desse momento, sua disseminação passa a ser a nova ordem. Dessa forma, “ter dados à disposição, funcionalmente, passou a ser a nova necessidade” (MILANESI, 1983, p. 22).

Nesse contexto, surge o que passaria a ser um segundo modelo de biblioteca, de acordo com Perrotti (2017). Intitulada biblioteca *emporium*, essa categoria se baseia em uma lógica distributiva, impulsionada por ideais de acesso e disseminação

de informação e bens culturais, consideradas como ações suficientes para legitimar socialmente as bibliotecas.

Amparado no paradigma da difusão cultural, o conceito de *emporium* tem sua linha de força na disponibilização máxima de materiais informacionais, acreditando que grande parte dos problemas podem ser resolvidos por meio do acesso. Tal modelo epistêmico concentra sua ação mais na oferta cultural que nos sujeitos, com suas demandas, interesses e necessidades. O contexto brasileiro não passou ileso a essas correntes de pensamento. Vasconcellos Filho (2018, p. 1) explica essas questões e afirma que o modelo difusionista ainda prevalece orientando a configuração das nossas bibliotecas, declarando que:

Durante muitas décadas, as bibliotecas brasileiras passaram de unidades de conservação e de armazenamento de material bibliográfico a setores de disseminação de informações, onde o atual foco é o acesso à informação de uma maneira rápida e precisa visando a satisfação do cliente ou do usuário do sistema.

Perrotti e Pieruccini (2007) afirmam que a difusão é o modelo de referência que caracteriza a maior parte das bibliotecas desde a Modernidade até os dias atuais, ainda que manifestações no sentido do modelo *forum*, centrado em categorias como a comunicação, os diálogos e debates interculturais o tencionem, produzindo transformações exigidas pelo paradigma da mediação cultural. Nesse sentido, Perrotti (2017) afirma que um terceiro conceito de biblioteca aparece, especialmente, na contemporaneidade, a chamada biblioteca *forum*. Diretamente ligada à noção de dispositivo anteriormente abordada, essa biblioteca é entendida como um espaço sociointeracionista, que busca favorecer as relações, as interações e as negociações no seu desenvolvimento, em uma nova lógica de configuração, centrada em relações interculturais. Nela, as pessoas não são vistas como usuários, consumidores ou clientes, mas sim como sujeitos que “discutem, trocam experiências, atuam sobre os signos, são reconhecidos em suas características pelas diferentes dimensões do dispositivo, na condição de protagonistas” (PERROTTI, 2017, p. 21).

Conforme afirma Gomes (2017), o simples acesso à informação não garante um ambiente de integração, mas deve ser entendido como um meio, um canal para que os sujeitos possam se apropriar do conhecimento. Assim, o modelo de biblioteca *forum* propõe o paradigma da comunicação/mediação intercultural como um novo critério orientador para as bibliotecas, entendidas como dispositivos dialógicos, que se fundamentam como instâncias de mediação entre culturas, categorias

fundamentadas estruturalmente na noção de protagonismo social e cultural dos sujeitos envolvidos.

Tem-se, assim, três modelos de bibliotecas que marcam momentos históricos distintos. O quadro a seguir buscou demarcar as principais diferenças entre eles:

**Quadro III – Os diferentes modelos de biblioteca**

<b>BIBLIOTECA <i>TEMPLUM</i></b>	<b>BIBLIOTECA <i>EMPORIUM</i></b>	<b>BIBLIOTECA <i>FORUM</i></b>
- Baseada numa lógica patrimonialista, tem na preservação e conservação sua principal função.	- Fundamenta-se na distribuição e no acesso aos bens culturais. Acredita que sua missão seja a difusão e a transmissão desses bens, promovendo a sua circulação.	- Amparado em uma lógica sociointeracionista, o modelo tem na apropriação simbólica dos bens culturais e nas trocas interculturais seu principal objetivo. Encontra na mediação uma nova forma de representação.
- Custódia do patrimônio cultural.	- Acesso ao patrimônio cultural.	- Participação na construção do patrimônio cultural.
- Paradigma da conservação cultural.	- Paradigma da difusão cultural.	- Paradigma da comunicação (inter)cultural.

Fonte: Elaborado pela autora (2022), a partir das pesquisas de Perrotti (2017) e Perrotti e Pieruccini (2007).

Lemos (2015) assegura que as bibliotecas têm sobrevivido como instituição devido à capacidade de se adaptarem às mudanças políticas, sociais e tecnológicas. Embora as orientações paradigmáticas apresentadas retratem diferentes tempos e contextos históricos, é possível dizer que, sobretudo na atualidade, eles coexistem e se interpenetram, ilustrando as possibilidades de organização desses dispositivos, de acordo com as funções com que são concebidos. Contudo, eles não representam apenas um padrão para a configuração de bibliotecas, mas retratam também as distintas formas de relação com o conhecimento e com a memória cultural.

Diante disso, é importante esclarecer que não se trata, aqui, de categorizar as bibliotecas, enquadrando-as quase que fatalmente como sendo de determinado tipo. O que se apresenta, na realidade, são tendências, inclinações que orientam o funcionamento desses dispositivos, a partir de princípios conservacionistas, difusionistas ou comunicacionais. Por exemplo, bibliotecas com acesso fechado aos seus acervos manifestam características de conservação, ao passo que bibliotecas focadas nos processos de mediação estão mais inclinadas para a comunicação. A compreensão desses modelos é importante quando formos tratar das bibliotecas dos Institutos Federais no estudo documental, não para classificá-las, em um sentido

determinista, mas sim para verificar as orientações que pautam o funcionamento daqueles dispositivos.

### **4.3 O PAPEL EDUCATIVO DAS BIBLIOTECAS**

No Brasil, a história das suas bibliotecas está diretamente relacionada às instituições de ensino que, em conjunto com as organizações religiosas, cuidavam dos escassos acervos presentes na província, durante os três primeiros séculos da nossa história (SANTOS, 2010). Segundo Fonseca (2007, p. 56) “as primeiras bibliotecas brasileiras foram organizadas pelos jesuítas em seus colégios”. Durante todo o período de domínio português o acesso às obras que aqui desembarcavam era restrito aos que comandavam a colônia (clérigos, militares e intelectuais), em virtude, entre outras razões, da não alfabetização da maior parte da população, tornando o livro um objeto das elites (RASTELI; FORMENTINI, 2017a).

De acordo com Milanesi (2013), durante o século XVIII, diversas bibliotecas públicas foram se estabelecendo nas capitais brasileiras, formadas por acervos vindos da Europa e que tinham como função principal o lazer e a instrução das camadas socialmente privilegiadas. O autor relata que o século seguinte vivencia o início da expansão do ensino básico no país, acompanhado da criação dos primeiros cursos superiores, levando as bibliotecas existentes a serem ocupadas pelo público estudantil das primeiras instituições que ministravam tais cursos. Nesse processo, a finalidade do livro muda, passando, a partir do século XX, a ser reivindicado como um recurso associado aos trabalhos escolares, “as chamadas ‘pesquisas’, uma atividade meramente prática, rotineira” (MILANESI, 1983, p. 38).

A partir da segunda metade do século XIX, a admissão do conceito de Educação como um meio de mobilidade social impulsiona o desenvolvimento das bibliotecas, especialmente as públicas e as ligadas ao ensino superior, que passaram a ser consideradas como “instrumentos auxiliares do processo de educação formal e um dos mais democráticos mecanismos de realização da chamada educação permanente” (LEMOS, 2015, p. 291).

Segundo Nascimento (2022), foi somente no século XX que as bibliotecas começaram a ocupar um papel mais relevante no contexto escolar, especialmente a partir da década de 1930. Com as influências trazidas pelo Movimento da Escola

Nova, “a biblioteca escolar começou a ser reconhecida dentro do sistema educacional e passou a ser defendida a ideia de que biblioteca e escola se complementam”, legitimando a sua atuação nos processos de ensino (NASCIMENTO, 2022, p. 72). Já na década de 1970, as políticas educacionais passaram a determinar a prática da pesquisa na escola, o que pressupunha a necessidade de livros, fazendo com que os estudantes, especialmente de Primeiro e Segundo Graus, se constituíssem em públicos privilegiados dos espaços das bibliotecas públicas e, claro, escolares (MILANESI, 1983).

A literatura consagra os diferentes tipos de bibliotecas que existem atualmente e que diferem de acordo com a categoria de usuários a qual se destinam, em função dos seus objetivos e também pelo seu acervo e contextos. Lemos (2015) e Fonseca (2007) caracterizam as bibliotecas por diferentes critérios: para o primeiro, elas seriam públicas, escolares, universitárias ou especializadas; já para o segundo, seriam infantis, escolares, universitárias, especializadas, nacionais e públicas.

Vemos, assim, que entre os tipos de biblioteca tradicionalmente estabelecidos, dois deles estão ligados diretamente à área da educação formal: as bibliotecas escolares e as universitárias. A biblioteca escolar é tratada de forma recorrente na bibliografia como uma instância de apoio aos processos de ensino e aprendizagem, além de ser teoricamente responsável pela promoção do gosto e do hábito da leitura junto aos estudantes (SILVA, 2003). Fonseca (2007, p. 53) afirma que “entre a biblioteca escolar e a universitária a diferença é apenas o grau, pois o objetivo da segunda é fornecer infraestrutura bibliográfica e documental aos cursos, pesquisas e serviços mantidos pela universidade”.

Retomando as discussões iniciais dessa pesquisa, os estudos mais recentes vêm tentando instituir, ainda, um terceiro tipo de biblioteca ligada às instituições de ensino: as chamadas bibliotecas *multiníveis*, associadas à Educação Profissional e aos Institutos Federais, por entenderem que elas possuem características que, apesar de próximas, estão situadas entre bibliotecas escolares e universitárias, superando as suas demandas.

Falar sobre Biblioteca e Educação é tratar do papel educativo das bibliotecas. No Brasil os estudos sobre essa temática acontecem, sobretudo, a partir do início do século XX, quando as bibliotecas passam a fornecer informações essenciais para a instrução da população (MILANESI, 1983). Grande parte da literatura reduz a função educacional à biblioteca escolar, perspectiva estreita que limita a tarefa educativa à



escolarização e ao ensino formal, deixando de considerar que a Educação não é desenvolvida exclusivamente pela escola ou por um ou outro tipo de biblioteca.

Ao tratar sobre bibliotecas educacionais, Nascimento (2022, p. 71) afirma que “enquanto um centro disseminador de informação e de produção de cultura, a biblioteca é essencial ao desenvolvimento da escrita e da leitura, à informação, e ao amadurecimento social e cultural dos alunos”. Para isso, ela precisa ser reconhecida como um elemento dinamizador dos processos educativos, em geral, e não puramente como um repositório informacional (REIS, 2014). Dentro de instituições de ensino formal, como as escolas, compete às bibliotecas serem centros proponentes de atividades formativas, colaborando para a resolução de questões próprias dos processos formativos, mas também, segundo Silva (2003), provocando questionamentos, com ações afirmativas que contribuam para a elevação da qualidade dos processos de ensino-aprendizagem.

Para Fonseca (2007), o papel do bibliotecário no contexto educativo é o de orientação, direcionando a informação de acordo com a necessidade, interesse e exigência de cada um (e da comunidade, completamos), trazendo os sujeitos que se relacionam com a biblioteca para a posição central do campo. De acordo com essa perspectiva, a biblioteca é percebida como um organismo dinâmico e vivo, que tem capacidade de difundir as diferentes possibilidades do saber e ajudar a sedimentar os conhecimentos que os indivíduos já possuem, colaborando com um pensamento reflexivo, que possibilite a ampliação da compreensão de mundo dos educandos (SILVA, 2009).

Silva (1986) caracteriza a ação do bibliotecário como fundamentalmente educativa e a biblioteca como parte constitutiva do sistema de aprendizagem. Um fator determinante para que esse conceito se efetive é a necessidade de a biblioteca estar incluída no projeto pedagógico das instituições, de modo que as suas ações façam parte dos processos educacionais (SILVA, 2009). Tais argumentos são importantes para estabelecer uma ação educativa integrada, preparada para criar pontes entre a biblioteca, a sala de aula e a comunidade escolar, interna e externa.

Esse entendimento é ampliado na abordagem de Milanese (1983), que atribui aos bibliotecários o papel de co-educador, contíguo ao trabalho do professor. De acordo com o autor, por meio de uma relação dialógica com a comunidade, é possível desbravar o campo da informação e do conhecimento, de modo a ampliar as suas possibilidades, tendo como ferramenta para isso o conhecimento registrado. Ele ainda

defende como uma das responsabilidades desse profissional transformar a biblioteca em um ambiente de acesso crítico ao conhecimento, contribuindo, assim, com o desenvolvimento de um espírito de oposição aos discursos doutrinários e dogmáticos.

Nesse espaço o aluno aprenderia a ter ideias próprias lendo, principalmente os livros que os professores não pedem. E vendo gravuras, mapas, filmes, ouvindo discos. [...]. A biblioteca seria então uma escola dentro da escola, sem que houvesse divisórias. Ou seja, o trabalho do professor e do bibliotecário seria o mesmo. [...] A sala de discurso único seria fechada, abrindo-se a biblioteca, ao infinito, que é a memória organizada da sociedade, e abrindo-se também à espontaneidade do cotidiano. A relação dialética entre a experiência da vida e o conhecimento registrado, ambos intermediados pelo professor, é a única possibilidade - aqui, agora - de formar homens proprietários de suas decisões (MILANESI, 1983, p. 87-88).

Procurando determinar a participação das bibliotecas nos processos de ensino e aprendizagem, Pieruccini (2016) apresenta a noção de dispositivo informacional educativo, situados dentro de uma ordem informacional dialógica. Concebidos como espaços dinâmicos e ativos, especificamente projetados e organizados para o desenvolvimento dos diferentes saberes, os dispositivos educativos decorrentes de tal concepção são preparados para despertar, ir de encontro ao desejo de conhecer dos educandos, mais do que simplesmente ofertar informações. A autora afirma que eles “têm papel essencial nos processos geradores de interesse pelo conhecimento, por meio do acolhimento físico, intelectual e cultural dos alunos, implicando obrigatoriamente diferentes mediações” (PIERUCCINI, 2016, p. 50). Seriam, portanto, espaços construídos para trabalhar conjuntamente os diferentes aspectos dos sujeitos da Educação, sejam os alunos, os professores ou toda a comunidade escolar.

Como base para o planejamento desses dispositivos está o conceito de mediação, que tem como eixo norteador os processos de negociações e trocas. Perrotti e Pieruccini (2014) explicam a mediação como uma dinâmica inerente aos processos culturais, que precisa ser pensada a partir de contextos e metodologias precisos, figurando, assim, como categoria produtora de sentidos, e não apenas viabilizadora. Segundo os autores, a mediação deve ser entendida como ato de significação, uma ação operacional e autônoma *com* e *nos* dispositivos, que se articula com a produção e a recepção, isto é, faz parte de processos dinâmicos e intercambiáveis que constituem e regem o campo simbólico. Nesse sentido, a

categoria da mediação remete diretamente à outra que está na base da Biblioeducação: a de protagonismo cultural.

Sousa e Fujino (2014, p. 2776) afirmam que “o ato que melhor pode ratificar a tarefa, papel ou função educativa do bibliotecário, é justamente a mediação”. Ao tratarem desses processos dentro de contextos educacionais, Almeida Júnior e Bortolin (2009) endossam que o bibliotecário é responsável pelo desenvolvimento de três diferentes segmentos da mediação: a mediação pedagógica, a mediação da leitura literária e a mediação da informação. Isso implica dizer que, para além das tarefas básicas de organização, o papel principal do profissional é diminuir as distâncias e as barreiras entre os educandos e o conhecimento acumulado, por meio de experiências que são, ao mesmo tempo, propedêuticas e significativas, dotadas de valor próprio, autônomo. Elucidar essas questões é importante para perceber a intrínseca relação de integração e complementariedade existente entre o fazer bibliotecário e educador que ocorre no interior do processo educacional (REIS, 2014).

Silva (1986) traz em sua obra o que ele considera como conceitos essenciais que a comunidade bibliotecária precisa esclarecer para difundir a dimensão pedagógica do seu trabalho. Em primeiro lugar, está a necessidade de superar a concepção utilitarista, instrumental de biblioteca, alterando seu foco para as questões políticas e educativas do trabalho bibliotecário. Na sequência, ele trata sobre a necessidade de construir políticas e projetos intencionalmente educativos e orgânicos, em oposição à promoção de eventos esporádicos e isolados. O autor ainda defende que essas práticas precisam ser descritas e sistematizadas, de modo a elevar as experiências ao nível de reflexão e análise, privilegiando o desenvolvimento de modelos pedagógicos adequados às características locais de suas comunidades.

Admitir a biblioteca como elemento estratégico para o ensino e a aprendizagem, como parte constituinte da engrenagem que compõe a mobilização dos saberes, demanda uma compreensão crítica, que busca conciliar os campos biblioteconômico e educacional, tanto em seus aspectos epistêmicos, como empíricos, concretos. Para isso, consideramos como fundamental tratar, além dos conceitos de Biblioteconomia, os de Educação, uma vez que eles se cruzam na orientação interdisciplinar da Biblioeducação, adotada por nós.

Bolle (1997) nos fornece pistas do que seria um entendimento mais abrangente e complexo sobre o tema. O autor utiliza o termo alemão *bildung* para explicar a ideia de Educação fundamentada nos conceitos de emancipação,

independência, autonomia e autodesenvolvimento dos indivíduos, distinguindo-a de instrução, processo mecânico e adaptativo de transmissão de saberes. A palavra em português que melhor expresse esses conceitos talvez seja *formação*, pois leva em consideração os sujeitos em sua completude, trazendo o entendimento de processo e não de ato isolado ou como um fim em si mesmo. Mouraz (2015, p. 99) explica que as noções de *bildung* são baseadas na interação “entre quem aprende, o que aprende e para que, permitindo que a questão essencial da formação não seja apenas o que devem saber, mas em que devem tornar-se os sujeitos para poderem cumprir o seu destino humano”.

Diferentemente da ideia estática e restrita de instrução, que tem um caráter pragmático e utilitarista, o conceito de Educação que deve compor a ação bibliotecária formativa precisa:

[...] permitir a reflexão, o autoconhecimento, o conhecimento e aceitação do outro. Deve ser uma educação para o diálogo e a comunicação. Uma educação voltada para a descoberta das potencialidades de cada indivíduo e capaz de desenvolvê-las. Uma educação que forme e respeite a autonomia, que permita que nos descubramos como cidadãos de um país sem renunciar a possibilidade de sermos cidadãos do mundo. Uma educação apaixonada pela ciência e, nem por isso, menos alegre. Uma educação que retorne seus princípios humanísticos, que coloque o ser humano no centro das preocupações e que o trate como sujeito (CASTRILLÓN, 2011, p. 60-61).

Ao assumir esta perspectiva apontada pela autora, a atuação da biblioteca – e do bibliotecário – não pode ser apenas no sentido de instrumentalizar ou capacitar os sujeitos para o uso competente da informação, do conhecimento e da cultura. Passa, antes, pelo entendimento de Educação como prática problematizadora, humanista e humanizadora. Cabe ressaltar que as ações educativas, quaisquer que sejam, são carregadas de intencionalidade e estão relacionadas a um sistema formativo estruturado e consolidado. Ao desenvolver a função formativa, o bibliotecário teria, portanto, a possibilidade de contribuir para perpetuar sistemas e práticas sociais excludentes ou colaborar para o desenvolvimento da autonomia dos educandos, criando alternativas para que eles possam se desenvolver como protagonistas de suas histórias (SOUSA; FUJINO, 2014). Nesse sentido, Silva (1986, p. 72) reitera que:

[...] o trabalho do bibliotecário não se desvincula de determinados objetivos sociais e determinados valores humanos e que, por isso mesmo, é um trabalho de cunho político. Essa reviravolta, por abalar

as bases tecnoburocráticas da biblioteconomia, vai colocar a prática do bibliotecário na categoria mais abrangente das práticas educativas que, devido a sua natureza específica, devem ser conscientizadoras, transformadoras e criadoras.

O referencial teórico aqui estudado demonstra, portanto, que existe na literatura uma preocupação em compreender conceitualmente como se dão as convergências entre Biblioteca e Educação, embora na prática essa relação seja complexa, de difícil apreensão. Reis (2014) afirma que essa dificuldade é reforçada pelos limites institucionais das duas áreas e se dá por diversos motivos. Entre eles, a formação profissional da classe bibliotecária ganha destaque, pois, segundo a autora, ela não capacita para uma integração de diferentes disciplinas. Ao comentar sobre esse processo formativo, Fonseca (2007) afirma que ele se dá de forma fragmentada, o que ocasiona uma visão do campo igualmente segmentada. Para o autor, perceber um elemento unificador da ação bibliotecária depende muito mais da competência dos sujeitos, do que de uma estrutura curricular que os ampare, já que o caráter fechado e disciplinar da formação conduz esses sujeitos a tentarem, isoladamente, realizar pontes que o sistema de formação não permite.

Ao tratar sobre a cultura dominante nesse processo de formação profissional, Sousa e Fujino (2014, p. 2761-2762) afirmam que:

a formação educacional do profissional da informação passa a demandar também a capacitação para compreensão de questões informacionais associadas a uma prática pedagógica, aqui vista como um processo educativo voltado à pesquisa, não necessariamente previsto nas grades curriculares dos cursos de Biblioteconomia em disciplinas relativas à Metodologia Científica, ou seja, aspectos que possam fornecer instrumental para que estes profissionais possam auxiliar o usuário também na problematização da pesquisa. Normalmente, tais disciplinas em cursos de graduação, com exceção da Pedagogia, são programadas como instrumentais para iniciação do próprio aluno à pesquisa. Pensar na função educativa do bibliotecário é conferir-lhe um status que deve ser definido em termos de competência e aptidões necessárias para o exercício dessa função e delimitá-lo aos ambientes informacionais, de modo a distingui-lo do educador nos ambientes educacionais formais e, ao mesmo tempo, possibilitar reflexão sobre as bases da sua formação.

É possível perceber no discurso das autoras uma distinção entre o trabalho do bibliotecário e do professor. Silva (1986) entende que essa diferenciação é, na realidade, uma divisão que configura as relações entre essas duas categorias de profissionais, empregando o termo “divórcio” para caracterizá-la, tal como ressalta Chartier (2007) ao se referir à França. Reis (2014, p. 58) corrobora com essa

preocupação, afirmando que dela se origina uma dicotomia entre bibliotecários e educadores que “resulta de um processo histórico, que vem sendo reificado pelas práticas cotidianas”. A autora enfatiza que é necessário romper com esse processo para que dele resultem procedimentos apropriados às necessidades impostas pela contemporaneidade. Dentro do contexto educacional, segundo Silva e Lima (2018), a falta de um trabalho integrado pode tornar as bibliotecas um lugar passivo e pouco visível, acarretando um nível de desempenho abaixo de suas capacidades.

Essas questões exemplificam na prática o mesmo fenômeno que ocorre no campo epistêmico. Decorre disso a necessidade de uma formação crítica de mediadores, no caso, bibliotecários e educadores, para que eles sejam capazes de ler, compreender e transformar com suas práticas a estrutura e o meio no qual estão inseridos, tendo consciência do caráter educativo de suas ações, refletindo sobre a sua forma de atuação (SILVA, 2003), seja na biblioteca, nas salas de aula ou em qualquer outro contexto social em que atuam.

As problemáticas aqui levantadas não implicam apenas os profissionais e mediadores que atuam diretamente nas bibliotecas, nas escolas ou outras instituições educativas. Envolvem, também, as Universidades e outras instâncias de formação e pesquisa, seus métodos, concepções, estruturação e as formas de organização, classificação e relação social dos saberes. Em outras palavras, implicam a ordem do conhecimento, tal como ela se apresenta, tanto teoricamente como na prática.

Embora a caracterização educativa tenha marcado o desenvolvimento das bibliotecas tanto no Brasil como em outras partes do mundo, assistimos a Biblioteconomia e a Educação constituindo-se de forma paralela, seja do ponto de vista teórico ou prático. Esses dois campos não conseguem ainda se reconhecer em suas convergências e interesses comuns, especialmente em países colonizados, como o nosso. Nesse sentido, a Biblioeducação, linha de investigação e de formação interdisciplinar que confere as bases conceituais e metodológicas para esta dissertação, pode oferecer elementos essenciais ao entendimento de dificuldades que afetam a dinâmica das bibliotecas dos Institutos Federais e de seu projeto de renovação do ensino profissional no país.

Talvez, a problemática dos IFs poderá não ser um caso isolado, mas a ponta de um iceberg que serve para demonstrar a complexidade dos projetos de inovação e renovação educacional e cultural que demandam, além de dispositivos fundamentais como as bibliotecas, políticas institucionais que os integrem e articulem

organicamente, em suas concepções e práticas, com os propósitos institucionais de inovação. As relações estabelecidas entre os objetivos educacionais declarados e os modos como seu dispositivo bibliotecário se estruturou podem estar afetadas pelos ecos das fraturas que, historicamente, vêm marcando as relações entre Educação, cultura e sociedade no Brasil, ou seja, poderão estar repartindo, isolando, fragmentando e hierarquizando os dispositivos de produção, transmissão e apropriação dos bens simbólicos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007).

A partir desses argumentos, este trabalho foi investigar como as bibliotecas foram concebidas no contexto da criação dos IFs e como vêm se desenvolvendo em suas relações aos quadros institucionais gerais, utilizando, para isso, o desenvolvimento do estudo documental. Esses dispositivos foram idealizados e estariam atuando como instâncias de superação da dualidade observável entre os campos da Biblioteconomia e da Educação, tendo em vista o projeto inovador proposto? São e vêm sendo definidas como instâncias educativas intrínsecas? São parte constitutiva e estruturantes ou residuais dos processos e dos projetos educacionais? São instâncias formativas e não apenas informativas? Apresentam projetos educativos inscritos nos PPPs ou são organismos subsidiários, de apoio técnico especializado, insumo educacional a serviço dos processos de escolarização formal, mas definidos à sua margem? Esperamos que as contribuições deste trabalho, somadas aos propósitos educacionais renovadores dos Institutos Federais, possam facilitar a compreensão desse quadro, colocando em causa tanto os projetos bibliotecários, suas concepções, configurações e modos de atuação, como os projetos institucionais que os acolhem e suas articulações.

## **5 O CAMINHO METODOLÓGICO**

O caminho metodológico adotado por nossa pesquisa pautou-se por seus objetivos gerais e específicos, aqui retomados, a fim de facilitar a compreensão das opções feitas.

### **5.1 OBJETIVOS**

O objetivo geral desta pesquisa é identificar como as bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram definidas e se desenvolveram em relação ao projeto de Educação Profissional atribuído a essas instituições. Desse objetivo geral desdobram-se vários objetivos específicos:

- Retratar os Institutos Federais dentro do quadro histórico da Educação Profissional brasileira, discutindo o seu sentido de criação, o modelo de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissional proposto e o projeto societário envolvido;
- Entender como as bibliotecas se configuram dentro dos Institutos Federais e de seu programa educativo, situando esses dispositivos no contexto geral da Educação no Brasil e reconhecendo as problemáticas envolvidas nesse arranjo;
- Refletir sobre a atribuição dessas bibliotecas dentro das dimensões educacionais, culturais e sociais envolvidas, procurando delimitar seus limites e possibilidades;
- Conhecer as concepções que orientam as bibliotecas dos Institutos Federais, buscando demarcar os modelos epistêmicos que as sustentam: conservação, difusão ou mediação cultural.

### **5.2 UMA PESQUISA DOCUMENTAL EXPLORATÓRIA**

Em virtude dos objetivos aqui propostos e da base informacional que fundamenta a pesquisa, esta se classifica como um estudo documental, realizada a partir de fontes primárias para coleta dos dados analisados (MARCONI; LAKATOS, 2003). O trabalho serve-se de uma abordagem predominantemente qualitativa, modalidade que busca obter um panorama integral e profundo sobre o contexto



estudado (GRAY, 2012). A forma de levantamento das informações e os procedimentos empregados para a sua análise pautaram-se nas abordagens trazidas por Gil (2010) e levaram em consideração o caráter exploratório do trabalho, de bases histórico-cultural, no qual se buscou um esclarecimento geral sobre um determinado fato, ocorrido em passado recente, no caso, a criação dos Institutos Federais.

As inquietações que originaram esta pesquisa nasceram da prática profissional da pesquisadora que notava uma certa dissonância entre a proposta educativa dos Institutos Federais e a atuação de suas bibliotecas. Por se tratar de um trabalho de caráter exploratório, não se procedeu ao estabelecimento de suposições ou hipóteses, conforme recomenda Oliveira (2010). Nesses termos, o levantamento pautou-se por orientações trazidas por Gil (2010) e Minayo (2009) que recomendam a produção de uma base de conhecimento que permita uma compreensão abrangente e detalhada da matéria de investigação.

O objeto de interesse deste trabalho é amplo, ou seja, todas as bibliotecas que estão ligadas aos Institutos Federais em funcionamento no país, atualmente, um total de 589 unidades. Dentre elas, foram escolhidas três instituições para o desenvolvimento do estudo documental. As análises se constituíram a partir de dois eixos distintos, mas que se cruzam: a documentação geral que regulamenta os Institutos Federais e a Educação Profissional no país e a documentação específica das instituições selecionadas como base para o estudo das situações concretas.

As investigações realizadas tiveram o intuito de reconhecer o lugar ocupado pelas bibliotecas dentro das diretrizes e das dinâmicas dos Institutos Federais, buscando identificar se elas respondem às orientações educacionais gerais dos Institutos, sustentando um papel central nas políticas e processos pedagógicos ou se se apresentam como um dispositivo auxiliar e de apoio.

Para isso, procurou-se compreender que concepções de Educação e de Biblioteca estão implicadas e representadas nesse ordenamento, com a intenção de diagnosticar a situação dessa rede, de acordo com a perspectiva documental oficial. Buscou-se, assim, reconhecer o modelo epistêmico que sustenta esses dispositivos, bem como as dimensões educacionais, sociais e culturais representadas nas diretrizes, que possuem diferentes naturezas e autorias. A partir do levantamento das concepções que orientam os conjuntos, procurou-se identificar se as bibliotecas eram vistas como instituições instrumentais ou essenciais, “de apoio” didático-pedagógico

ou “de formação” cultural ampla, que inclui, mas não se restringe ao estrito suporte à programas escolares.

As análises foram desenvolvidas a partir dos estudos de Perrotti (2017) a respeito dos diferentes modelos e conceitos de bibliotecas historicamente estabelecidos, realizadas com base nos documentos das instituições selecionadas para o estudo, que também serviram de base para caracterização das práticas, dos atores, dos espaços e do modo como se relacionam com as comunidades onde estão inseridas.

Complementarmente, em busca de uma cartografia da cobertura dessa rede, foi construído um mapeamento das bibliotecas dos Institutos Federais, que pretendeu identificar se todos os seus *campi* contam com esses dispositivos. Tal levantamento teve o objetivo de reforçar a importância desse sistema de bibliotecas, evidenciando suas dimensões e o impacto dentro dos campos biblioteconômico e educacional.

### **5.2.1 O estudo documental**

São classificadas como pesquisa documental aquelas que utilizam como fontes de coleta de informações uma variada base de documentos, produzidos com os mais diversos fins, mas que ainda não foram submetidos a nenhum procedimento de análise, partindo, portanto, de dados previamente existentes. “Nesses casos, o conteúdo dos textos ainda não teve nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (SEVERINO, 2016, p. 131). Geralmente, esses documentos, mesmo tendo caráter público, são de interesse interno de uma determinada organização, diferenciando-se, assim, da pesquisa bibliográfica.

O conceito de documento implicado nesse tipo de pesquisa é bastante amplo, podendo ser considerado qualquer objeto que se torne suporte para informações (SEVERINO, 2017). No entanto, esta pesquisa delimita o seu trabalho a um tipo específico de registro: os documentos oficiais, definidos por Marconi e Lakatos (2003) como uma categoria dentro das diferentes classes de documentos, que são produzidos pelas instituições visando, principalmente, sua circulação no âmbito organizacional. Os autores vão explicar que esses registros dizem respeito aos atos oficiais da administração pública nas suas diferentes esferas (política, administrativa, regulatória, etc.), constituindo-se, assim, uma fonte de dados fidedigna.

As análises realizadas levaram em consideração a abordagem trazida por Le Goff (1990), o qual explica que, para além de um suporte, documento é tudo aquilo que serve como testemunho histórico de um fato, uma era, um direcionamento. O autor ainda esclarece que os documentos refletem a perspectiva de quem o produziu, e não necessariamente o fato concreto, pois durante o processo de sua elaboração são efetuadas escolhas, orientadas pelo grupo então dominante. Desse modo, eles revelam apenas uma determinada faceta da realidade, dentre as várias possíveis.

Bogdan e Biklen (2013) defendem que, na área educacional, a realização de estudos com esse tipo de material é importante para compreender as perspectivas oficiais da instituição analisada, especialmente no que diz respeito às diretrizes, aos programas e à estrutura organizacional. Desse modo, as análises buscaram evidenciar se as bibliotecas aqui estudadas são reconhecidas como protagonistas nos processos educacionais de suas comunidades, procurando por inovações na abordagem formal dada a elas, principalmente no que diz respeito ao atendimento de demandas formativas que sejam, simultaneamente, profissionalizantes e culturais, sempre sob um ponto de vista crítico e emancipatório.

A forma como esses dispositivos são retratados no ordenamento institucional reflete diretamente, dentre outros aspectos, no estabelecimento de políticas, no desenvolvimento dos serviços, na constituição dos acervos, na designação orçamentária, no modo como se organizam e no papel que elas ocupam dentro do contexto de ensino. Conhecer como os Institutos Federais sistematizam suas bibliotecas buscou constatar a existência de propostas que levassem em consideração noções como os diferentes níveis formativos de suas comunidades, o caráter educativo e cultural da biblioteca, o contexto da Educação Profissional e o desenvolvimento dos educandos como protagonistas sociais.

Para a construção do material a ser utilizado como base do estudo documental, realizou-se uma extensa investigação a respeito dos registros que direcionam os Institutos Federais e suas bibliotecas. Para organizar essa etapa, ela foi dividida em dois momentos distintos: o primeiro deles se refere a um levantamento das diretrizes nacionais que orientam a Educação Profissional no país e regulam o funcionamento dos Institutos Federais. Para isso, utilizou-se da relação disponibilizada na página do Ministério da Educação<sup>7</sup> que traz a base legal que

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://shre.ink/wTB>. Consultado em 12 nov. 2021.

regulamenta a área. Dentro desse quadro normativo, foram selecionados os materiais que continham temáticas correlatas e de interesse para esta pesquisa.

O resultado desse trabalho foi a identificação de leis, decretos, portarias, resoluções e atos normativos, estabelecidos pelo Governo Federal, Congresso Nacional, Conselho Nacional de Educação (CNE), Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), entre outras instâncias. Esses documentos foram examinados com a finalidade de compreender a organização dos Institutos Federais, reconhecendo qual a concepção de Educação que está ali implicada e que direcionam o seu funcionamento. Também se buscou nesses materiais por orientações específicas a respeito das bibliotecas, a fim de identificar a existência de políticas nacionais que dão suporte à atuação desses espaços.

Com o intuito de compreender como as bibliotecas vêm atuando dentro do projeto de Educação identificado, o segundo momento da pesquisa foi um estudo das normativas institucionais que regulamentam as bibliotecas dos três Institutos Federais selecionados para a realização da pesquisa (IFRO, IFSP e IFMA). Para levantamento desses registros, realizou-se consulta direta às páginas eletrônicas institucionais em busca de suas referidas normativas. Nos casos onde houve dificuldade para localização de um ou mais documentos, foi realizado contato via e-mail com os respectivos setores.

Os materiais analisados nessa segunda etapa incluem os Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI, os regulamentos e/ou regimentos das bibliotecas, as políticas de desenvolvimento de coleções, as normas técnicas ou instruções normativas, os regimentos dos sistemas de bibliotecas e outros documentos identificados no decorrer da pesquisa que tratam sobre esses dispositivos. Tais normativas serviram de base para conhecer a forma de organização das diferentes bibliotecas, seus produtos e serviços, bem como a missão e os objetivos determinados para elas.

De acordo com o resultado dessas análises foi possível compreender, de modo mais significativo, o que está no cerne do trabalho desses dispositivos, permitindo, assim, identificar paradigmas que orientam cada espaço escolhido, relacionando-os aos objetivos educacionais dos Institutos, declarados nos documentos oficiais.

Os Quadros IV e V abaixo trazem a relação dos documentos que formam a base desta pesquisa. O quadro IV está organizado em ordem cronológica, pois considerou o desenvolvimento histórico dos Institutos Federais. Já o Quadro V agrupa os documentos de cada instituição, listando-os desde os mais gerais até os mais específicos.

#### **Quadro IV - Legislação e atos normativos da Educação Profissional e Tecnológica**

---

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações e regulamentações.

---

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

---

Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004 - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

---

Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

---

Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE: razões, princípios e programas. Ministério da Educação. 24 de abril de 2007.

---

Chamada pública MEC/SETEC n.º 002 de 12 de dezembro de 2007. Chamada pública de propostas para constituição dos Institutos Federais De Educação, Ciência e Tecnologia.

---

Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008. Cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.

---

Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da redação original da LDB, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

---

Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

---

Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.

---

Ministério da Educação: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes (2010).

---

Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

---

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, para o período de 2014 a 2024.

---

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

#### **Quadro V – Documentos das instituições selecionadas para pesquisa**

Instituição	Documentos
-------------	------------

IFMA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023);</li> <li>- Plano Integrado de Ações estratégicas (2022);</li> <li>- Instituição da Rede de Bibliotecas Integradas - REDBI (2021);</li> <li>- Regulamentos das bibliotecas de 3 <i>campi</i> diferentes;</li> </ul>
IFRO	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Desenvolvimento Institucional (2018-2022);</li> <li>- Regimento Geral do IFRO (2015);</li> <li>- Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas (2015);</li> <li>- Política de Desenvolvimento de coleções (2015);</li> </ul>
IFSP	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023);</li> <li>- Regulamento de uso das bibliotecas (2019);</li> <li>- Política de desenvolvimento de coleções (2015);</li> </ul>

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

A partir dessa massa documental pudemos comparar as diretrizes nacionais que orientam os Institutos Federais e direcionam a Educação Profissional no país com as normativas institucionais dos três Institutos estudados, a fim de identificar como as bibliotecas, criadas segundo tais estatutos, vêm se relacionando com o projeto educacional proposto.

Para subsidiar o desenvolvimento das análises, considerou-se o procedimento metodológico trazido por Bogdan e Biklen (2013), por se tratar de uma abordagem de pesquisa qualitativa com foco no campo da Educação, possibilitando, assim, construir interseções com a área da Biblioteconomia. Os autores consideram essa etapa da pesquisa como um processo que busca organizar sistematicamente as informações coletadas nos objetos de análise, com a finalidade de ampliar a compreensão sobre eles, viabilizando a sua comunicação. O tratamento analítico dos dados é concebido, aqui, como a tarefa de interpretar e tornar compreensível as informações coletadas durante o estudo documental. De acordo com os autores, esse trabalho envolve a organização dos dados, dividindo-os em unidades manipuláveis, procurando por padrões e aspectos importantes que são ali estabelecidos. Essa tarefa visa a produção de sínteses, que tem por objetivo tornar público o sentido daquilo que está implicado nas informações contidas nos documentos.

A categorização empregada por esta pesquisa procurou desdobrar as informações contidas nos documentos, explicitando as relações entre eles e o referencial teórico estudado, a fim de apreender a totalidade do que está ali disposto. As diferentes categorias de análise são descritas em cada conjunto de documentos analisados, objetivando facilitar a compreensão deste trabalho. Do mesmo modo, as reflexões desta pesquisa são desenvolvidas em conjunto com a exposição dos dados, configurando-se em um plano único de apresentação e análise.

### 5.2.2 A seleção das instituições pesquisadas

O universo de investigação desta pesquisa corresponde às 589 bibliotecas ligadas aos 38 Institutos Federais. Foi possível observar, enquanto bibliotecária que atua em uma unidade do IF, indícios prévios que indicavam a existência de perfis orientados por premissas conceituais e metodológicas distintas no quadro geral dos Institutos, questão que nos levou à realização deste trabalho. Uma vez que, mais do que processos de descentralização necessários, poderíamos estar diante de políticas de bibliotecas regidas por critérios de *laissez faire*, que estariam em oposição à busca de organicidade que caracteriza o projeto dos IFs. Essa descentralização, no caso das bibliotecas, poderia estar obedecendo mais a critérios funcionais de implantação e gestão do que a posições políticas afirmativas da autonomia das unidades. Se confirmado, o *laissez faire* das bibliotecas indicaria dificuldades à organicidade do projeto em seu todo, problema a ser enfrentado pelas políticas públicas que os criaram e mantêm.

A partir dessas questões, delimitou-se o campo das análises a três instituições, considerando os objetivos qualitativos e exploratórios deste trabalho. Foram, então, estudadas as documentações do Instituto Federal de Rondônia – IFRO, do Instituto Federal de São Paulo – IFSP e do Instituto Federal do Maranhão – IFMA, que correspondem a 67 bibliotecas atualmente em funcionamento. A realização de um exame preliminar aos documentos institucionais e aos dados da pesquisa bibliográfica, que se somaram à vivência prática, apontavam para modelos distintos de bibliotecas ali representados. Assim, as análises realizadas a partir dessas unidades não buscou estabelecer generalizações, mas pretendeu “proporcionar uma visão global do problema” (GIL, 2010, p. 38), identificando possíveis fatores que influenciam a atuação dessas unidades. Como explica Minayo, (2017, p. 2) pesquisas de natureza como essa procuram descobrir:

[...] a intensidade do fenômeno, ou seja, trabalha muito menos preocupada com os aspectos que se repetem e muito mais atenta com a sua dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas.

A definição dessas instituições priorizou as possibilidades de articulação entre os objetivos da pesquisa e as entidades escolhidas (SEVERINO, 2016). Para isso,

como dito acima, procurou-se por unidades que representassem programas diferentes de atuação e desenvolvimento, a fim de verificarmos se as orientações epistêmicas informadas nesses programas se relacionam com os objetivos declarados pelos IFs.

A opção pelo estabelecimento de uma amostra intencional e não probabilística de três instituições considerou, portanto, as características, experiências e expressões que este estudo buscou assimilar, privilegiando “os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer” (MINAYO, 2017, p. 4). Tal organização procurou, assim, reconhecer em que medida o tratamento dado às bibliotecas nos documentos oficiais está de acordo com a proposta de renovação dos Institutos Federais, delimitando seus limites e possibilidades de atuação, retratando os problemas a partir dos seus contextos particulares.

Schiffman e Kanuk (2000) orientam que, em determinadas situações, o pesquisador tem a alternativa de estipular critérios de julgamento para a seleção da população a ser analisada, considerando aquelas que tendem a ser fontes de informações mais precisas. Assim, a seleção das três instituições responde a questões específicas de interesse deste trabalho, o qual busca compreender tanto as relações entre os objetivos institucionais e sua rede de bibliotecas, como as orientações assumidas pelas unidades e o sentido especial que tais orientações significam na economia do todo.

### **5.2.3 A base teórica para a análise**

Interessado em identificar a competência dessas bibliotecas dentro do ambiente educacional onde estão inseridas, este trabalho buscou estabelecer uma relação entre elas e o programa de Educação Profissional dos Institutos Federais. Amparado nos documentos oficiais de cada instituição, pretendeu-se conhecer que tipo de cultura caracteriza esses dispositivos: se instrumental, predominantemente voltadas ao atendimento das demandas de ensino formal, ou formativa, aberta e em consonância com os princípios da Educação plural e global que os IFs se propõem a oferecer.

Para fundamentar a leitura e interpretação dos documentos, foram considerados os modelos epistêmicos de base histórico-culturais propostos por Perrotti (2017), entendidos aqui como paradigmas que orientam os tipos de biblioteca representados. Conforme anteriormente tratado, o autor aponta três direcionamentos



para os dispositivos, descrevendo os diferentes fundamentos que sustentam a atuação das bibliotecas: os paradigmas de conservação, de difusão e de mediação (inter)cultural.

Tais conceitos se mostram pertinentes para esta pesquisa, pois se trata de uma busca que permite compreender as relações entre Biblioteconomia e Educação em uma perspectiva contemporânea e que pode ajudar a explicar como esse fenômeno acontece no contexto da Educação Profissional e das instituições aqui tratadas. Os dados coletados na pesquisa documental foram analisados a partir desses entendimentos e procuraram refletir sobre os significados, as perspectivas dos atores envolvidos e as relações e interconexões entre os objetos de análise e a realidade (MINAYO, 2017). Com base nessas referências buscou-se, então, identificar os paradigmas que sustentam a atuação das bibliotecas dos Institutos Federais.

As investigações procuraram reconhecer, também, as características que são comuns entre esses espaços, o que eles compartilham como uma grande rede de bibliotecas, ao mesmo tempo que buscou evidenciar as particularidades que as singularizam. A relevância em esclarecer como esse conjunto de informações se relacionam visa a construção de referências novas, que forneçam subsídios para uma descrição renovada do conhecimento (GRAY, 2012).

Este trabalho tem como premissa a possibilidade de coexistência de diferentes propostas dentro das bibliotecas dos Institutos Federais, atentando, todavia, para os desdobramentos das escolhas do ponto de vista dos objetivos institucionais. Foi justamente essa a intenção da escolha, evidenciando que, apesar de comporem uma mesma rede, existem concepções diferentes de biblioteca, que acarretam desempenhos igualmente diferentes, os quais se aproximam menos ou mais dos objetivos institucionais declarados.

Não se trata, contudo, de simplesmente apontar diferenças que, mesmo teoricamente, poderiam inclusive se justificar. Trata-se de compreender a realidade dessas bibliotecas, de considerar a extensão e a diversidade dos contextos onde estão inseridas em função, todavia, da existência ou não de um projeto formativo e não simplesmente instrumental para esses dispositivos, vinculados à missão original de suas instituições mantenedoras.

#### **5.2.4 Os procedimentos para o mapeamento**

Para oferecer uma compreensão alargada do objeto de que nos ocupamos, realizamos um mapeamento completo das bibliotecas vinculadas aos Institutos Federais. Essa etapa da pesquisa consistiu em uma tentativa de apresentar essas bibliotecas dentro de uma política nacional de Educação, evidenciando a magnitude de suas dimensões geográfica, regional, cultural e também profissional. Apresentar o tamanho dessa rede revela não apenas a complexidade ali estabelecida, mas, ao expô-la, reforça a sua importância. A particularidade de apresentação de dados quantitativos dentro de estudos qualitativos tende a enriquecer o trabalho, uma vez que essas duas abordagens não se opõem, mas se complementam, tendo em vista que a realidade abrangida por elas interage de forma dinâmica (MINAYO, 2009).

Esse trabalho permitiu averiguar o domínio dessa rede, informação fundamental quando se busca compreender o que são esses dispositivos. Os dados mais recentes sobre o tema foram publicados no ano de 2015, em um levantamento realizado por Becker e Faqueti (2015) e apontavam um quantitativo de 282 bibliotecas ligadas a 37 Institutos Federais, reafirmando a necessidade de atualização dessa cartografia. Somado a isso, o conhecimento empírico sobre o campo supunha a existência de bibliotecas em todos os *campi* dos Institutos Federais, fato que não foi confirmado por este trabalho.

Para coleta de dados utilizou-se a Plataforma Nilo Peçanha - PNP<sup>8</sup>, por se tratar da base de dados estatísticos oficial da Rede Federal de Educação Profissional, tornando-se uma fonte confiável. Nela foram coletadas diferentes informações a respeito dos Institutos Federais, como os *campi* existentes, quantitativo de cursos e de alunos matriculados. Quando necessário, foram retiradas informações complementares de páginas oficiais do Governo Federal, como o Portal Brasileiro de Dados Abertos, devidamente indicadas no decorrer da pesquisa.

A produção do mapeamento iniciou-se a partir das informações levantadas na Plataforma Nilo Peçanha referente às unidades e *campi* dos Institutos Federais em atividade. Os dados são de 2022, tendo 2021 como o ano de referência. A partir da identificação dos *campi* existentes, procedeu-se ao levantamento sistemático de informações disponibilizadas nos endereços eletrônicos institucionais, os quais foram meticulosamente analisados em busca de dados sobre suas bibliotecas.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

As dificuldades apresentadas nesse trabalho de coleta se deram, principalmente, pelo fato de que nem todas as páginas eletrônicas institucionais disponibilizam informações a respeito das bibliotecas. Em outros casos, as informações eram dispersas, demandando o acesso individual às páginas de cada *campus*. Alguns *sites* ainda possuíam uma baixa navegabilidade e não respondiam aos comandos de busca interno, o que nos levou a recorrer aos documentos oficiais institucionais para confirmar informações.

O principal documento que serviu de fonte para coleta de dados foram os Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI dos 38 IFs, consultados para verificar a compatibilidade das informações levantadas. Esses documentos foram utilizados por se tratarem de instrumentos de planejamento e gestão indispensáveis às instituições de ensino. Eles tratam da sua filosofia, das suas diretrizes pedagógicas e também da sua estrutura organizacional. Em última instância, quando não foi possível identificar com clareza a existência de uma ou mais bibliotecas em nenhum registro oficial, realizou-se contato individual e/ou com as coordenações das bibliotecas, via e-mail, para confirmação das informações.

Indicações mais completas sobre os resultados desse trabalho serão analisadas na sequência. Os dados apresentados possibilitam mensurar a abrangência dessas bibliotecas dentro do território nacional e contribuem para uma melhor caracterização desses dispositivos.

## 6 A PESQUISA: AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Nessa seção são tratados os dados obtidos com o estudo documental, propriamente dito, de acordo com o percurso metodológico explicitado. Inicialmente são apresentadas as informações da cartografia das bibliotecas dos Institutos Federais, como forma de contextualizar o objeto desta pesquisa. Na sequência, são tratadas as normativas da Educação Profissional e dos Institutos Federais, seguidos do estudo dos documentos das instituições selecionadas. Cada segmento foi subdividido em categorias menores de análise que, quando somados, buscavam a construção de um panorama geral das bibliotecas dos Institutos Federais.

Os enlaces entre o referencial teórico e os resultados desta pesquisa ficam evidentes no decorrer das análises, que são realizadas em conjunto com a exposição dos dados. Ao final, realizam-se considerações mais amplas acerca dos grupos de documentos estudados, na tentativa de compreender as relações entre eles e os objetivos deste trabalho.

### 6.1 AS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM NÚMEROS: OS DADOS DO MAPEAMENTO

Os resultados do trabalho de mapeamento das bibliotecas dos Institutos Federais estão sintetizados no quadro abaixo, que apresenta as principais informações a respeito da rede. Os dados refletem a realidade do momento de execução desta pesquisa (2022), quando se buscou pelas informações mais atualizadas para composição das referências.

**Quadro VI – As bibliotecas dos Institutos Federais em números**

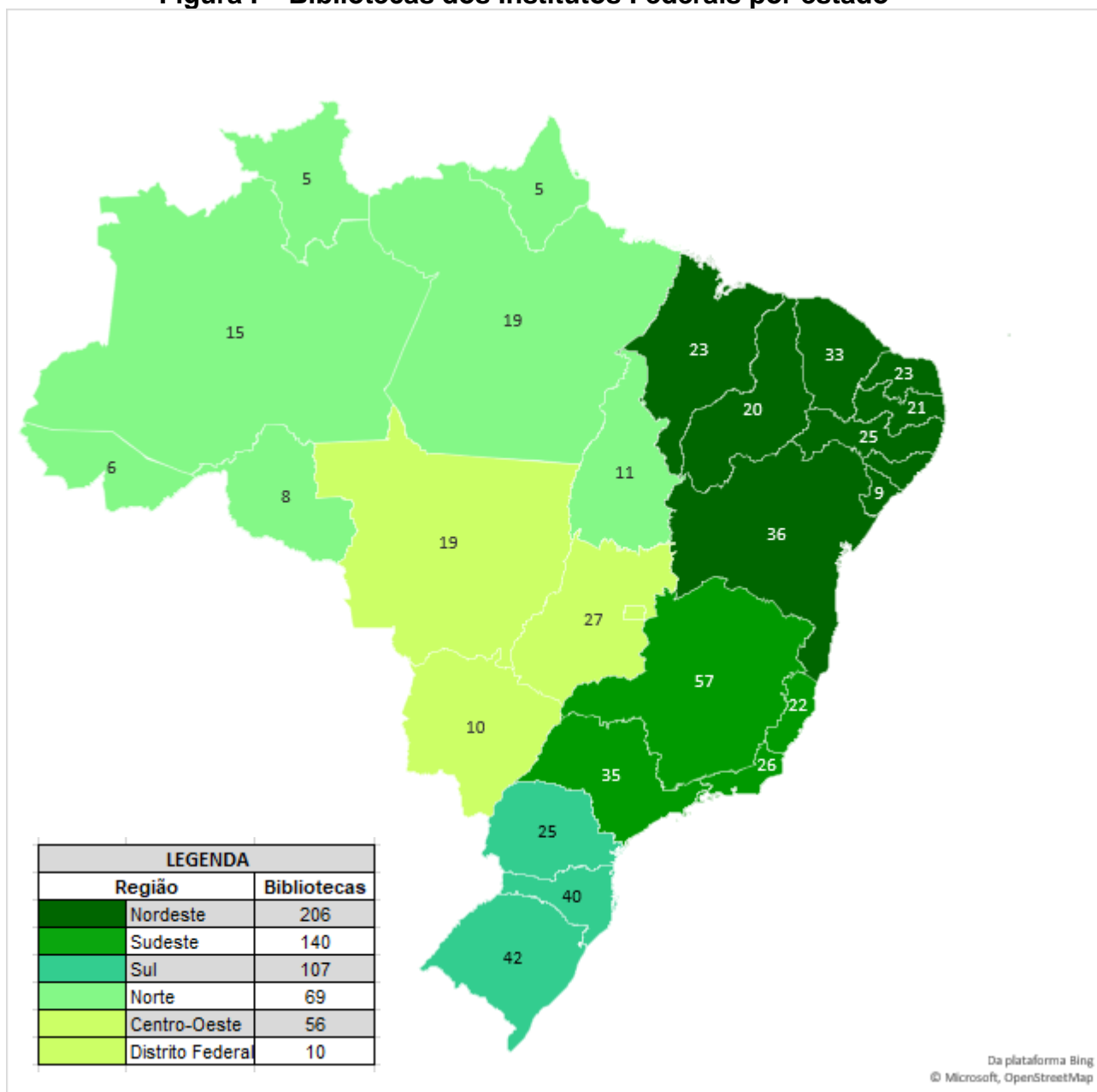
Institutos Federais	38				
Total de <i>campi</i>	602				
Alunos matriculados	1.400.589				
Cursos ofertados	10.112				
Total de bibliotecas em funcionamento	589				
Total de <i>campi</i> sem biblioteca	25				
Quantidade de bibliotecários contratados	876				
Bibliotecas em reitoria	4				
<i>Campi</i> com mais de uma biblioteca	7				
Unidades sem biblioteca	<table border="1"> <tbody> <tr> <td>IFAM</td> <td><i>Campus</i> avançado Boca do Acre</td> </tr> <tr> <td></td> <td><i>Campus</i> avançado Iranduba</td> </tr> </tbody> </table>	IFAM	<i>Campus</i> avançado Boca do Acre		<i>Campus</i> avançado Iranduba
IFAM	<i>Campus</i> avançado Boca do Acre				
	<i>Campus</i> avançado Iranduba				

	IFAP	Centro de Referência Pedra Branca do Amapari
	IFBAIANO	Centro de Referência Dois de Julho
	IFCE	<i>Campus</i> avançado Mombaça
	IFF	Itaboraí Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação
	IFMA	Araioses
		<i>Campus</i> avançado Carolina
		<i>Campus</i> avançado Porto Franco
		<i>Campus</i> avançado Rosário
		Itapecuru Mirim
		Presidente Dutra Centro de Referência Tecnológica
	IFMG	<i>Campus</i> avançado Ponte Nova
	IFNMG	Centro de Referência Corinto
		Centro de Referência em Educação a Distância
	IFPI	<i>Campus</i> avançado PIO IX
	IFPR	<i>Campus</i> avançado Arapongas
	IFRO	<i>Campus</i> avançado São Miguel do Guaporé
		Jaru
	IFSP	<i>Campus</i> avançado São Paulo - São Miguel
	IFSUL	Centro de Referência Pelotas
	IFSULDEMINAS	Centro de Referência Itanhandu
	IFTO	Centro de Referência Em Educação a Distância
Bibliotecas em reitoria	IFGOIANO	Goiânia
	IFNMG	Montes Claros
	IFPA	Belém
	IFPE	Recife
<i>Campi</i> com mais de uma biblioteca	IFC	Rio do Sul-SC (possui 3 bibliotecas)
	IFCE	Guaramiranga
	IFPE	Biblioteca da Educação a Distância
	IFPI	Florianópolis
	IFRN	Natal <i>campus</i> Central,
		Natal <i>campus</i> Cidade Alta
IFSULDEMINAS	Muzambinho-MG	

Elaborado pela autora (2022).

A Figura I, a seguir, apresenta o quantitativo de bibliotecas dos Institutos Federais por estado, com destaque para as diferentes regiões do país:

**Figura I – Bibliotecas dos Institutos Federais por estado**



Fonte: elaborado pela autora, a partir de dados do mapeamento, 2022.

Antes de iniciarmos as análises, cabem aqui alguns esclarecimentos para facilitar a compreensão. Os Institutos Federais podem se organizar em três estruturas diferentes: *campus*, *campus* avançado ou centro de referência. Os *campi* regulares são o modelo básico criado pela Lei nº 11.892 de 2008. Já os *campi* avançados são unidades menores, subordinadas a algum *campus* regular matriz, voltados para oferta de cursos presenciais. Eles se concentram na oferta de cursos técnicos em diferentes níveis, mas também podem oferecer Educação Superior. No contexto dos IFs, os Centros de Referência correspondem às unidades de gerenciamento da modalidade

de educação à distância (EAD) e normalmente estão agregadas dentro de unidades existentes, aproveitando-se das suas estruturas.

Durante o trabalho investigativo foram observadas algumas tendências em relação às bibliotecas dos IFs que valem a pena serem discutidas. Dos 602 *campi* dos Institutos Federais, apenas 25 deles não possuem bibliotecas, o que corresponde a uma taxa de 4,32% de unidades desassistidas. Os dados demonstraram uma predisposição em não haver bibliotecas prioritariamente em *campus* avançado (11 unidades) e Centros de Referência (10 unidades). Dos *campi* regulares, apenas 5 não contam com bibliotecas.

Do total, identificou-se que 3 dessas 25 unidades sem bibliotecas oferecem cursos de graduação desde, pelo menos, o ano de 2021. Cabe ressaltar que elas são consideradas estruturas físicas indispensáveis para o funcionamento desses cursos, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o SINAES. Essa situação foi constatada nas unidades de Jarú e São Miguel do Guaporé do IFRO e Ponte Nova, do IFMG.

Um ponto importante que precisa ser considerado nessas unidades sem biblioteca são os novos instrumentos de avaliação do SINAES (BRASIL, 2007b). No final de 2017, já em um novo momento político brasileiro, foi publicada uma atualização desses instrumentos, modificando questões relevantes para o processo avaliativo das bibliotecas. Desde então, para a autorização, funcionamento e reconhecimento dos cursos, passou-se a aceitar a construção de acervos integralmente em formato virtual, mantendo-se a exigência do espaço físico da biblioteca para dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na prática, a partir dessa publicação, as instituições de ensino superior podem optar por construir acervos 100% virtuais, sendo necessário apenas comprovar a contratação desses serviços e garantir o acesso da comunidade acadêmica.

Os três *campi* identificados como ofertantes de cursos superiores e que ainda não possuem biblioteca contam com a assinatura de serviços de bibliotecas digitais, atendendo parcialmente aos requisitos avaliativos do Sistema. Em uma investigação mais minuciosa, uma pesquisa nos sistemas de gerenciamento dos acervos das instituições revelou que existem livros cadastrados nas unidades de Jarú e Ponte Nova e que podem ou não estar disponíveis para empréstimos. Todavia, esse dado não significa, necessariamente, a existência de uma biblioteca, espaço complexo e que vai muito além da disponibilização de materiais.

Ainda, identificou-se que esses cursos de graduação foram recentemente autorizados, iniciando suas atividades a partir de 2021 e 2022, e que não passaram por processo de reconhecimento até então, o que talvez possa influenciar na alteração dessa realidade nos próximos anos. Todavia, não pode deixar de chamar a atenção essa secundarização, uma vez que, mais que um dado ocasional, a situação poderá refletir concepções correntes no país, segundo as quais as bibliotecas são coadjuvantes nos sistemas de ensino e não instâncias essenciais que permitem processos formativos singulares e distintos dos oferecidos pelas salas de aula.

Em outras palavras, as dimensões não-formais essenciais à Educação emancipatória poderão não estarem sendo consideradas nas ações levadas a efeito por unidades que se apresentam sob tais condições. Sendo assim, se os dados oferecidos pelos *links* estiverem atualizados nesse quesito, não é possível afirmar que as bibliotecas dos IFs cobrem toda a modalidade de Ensino Superior, ao menos no momento recente do levantamento. Do mesmo modo, a pesquisa constatou, ainda, que inúmeros *campi* que oferecem exclusivamente cursos técnicos possuem bibliotecas em pleno funcionamento, não sendo possível estabelecer algum tipo de padrão para essa ocorrência.

De acordo com informações disponíveis no Portal Brasileiro de Dados Abertos<sup>9</sup>, em abril de 2022, haviam 876 bibliotecários contratados para atuarem nos 38 Institutos Federais. Das 589 bibliotecas em funcionamento, 584 estão localizadas nos *campi*, enquanto quatro fazem parte das unidades da reitoria (IFGOIANO, IFNMG, IFPA e IFPE). Destacamos que alguns *campi* possuem mais de uma unidade de informação, como é o caso de Guaramiranga-CE, Floriano-PI, Muzambinho-MG, Natal-RN *campus* Central, Natal-RN *campus* Cidade Alta e Rio do Sul-SC, este último com três bibliotecas. Esses casos não se referem às cidades onde existem mais de um *campus*, mas sim àqueles *campi* que mantêm mais de uma biblioteca em funcionamento.

Percebeu-se, também, a propensão de haver mais de uma biblioteca nas capitais dos estados, como é o caso de Rio Branco, Maceió, Manaus, Goiânia, São Luís, Cuiabá, João Pessoa, Teresina, Natal, Porto Alegre, Porto Velho, Boa Vista, Florianópolis e São Paulo. Isso se explica, provavelmente, por se tratarem de municípios que possuem um número maior de habitantes, concentrando, em

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/servidores-executivo-federal-cargos-vagos/resource/532ece5d-c2a8-4825-a317-f2ea9e2246d5>. Acesso em: 9 maio 2022.



consequência, uma quantidade maior de alunos, o que repercute na existência de mais de um *campus* nesses locais. No entanto, esse fato reitera a tendência de maior oferta de dispositivos educacionais e culturais nas capitais do país, justificada pela demanda quantitativa superior. Por outro lado, há uma única capital que não possui bibliotecas ligadas aos IFs: Belo Horizonte, onde se localiza a reitoria do IFMG, mas não são ministrados cursos na cidade.

No que se refere à distribuição dessas bibliotecas pelas regiões do país, não se observa apenas o critério quantitativo populacional. O Nordeste, por exemplo, aparece em primeiro lugar, concentrando 206 unidades. Na sequência aparece o Sudeste, com 140 bibliotecas, e o Sul, com 107. O Norte conta com 69 unidades e o Centro-Oeste com 56, que se somam às 10 unidades do Distrito Federal.

Conhecer esses dados provoca reflexões importantes a respeito do projeto de interiorização experimentado. A criação dos Institutos Federais não levou apenas a possibilidade de formação para populações historicamente desassistidas. Ela também possibilitou o contato com diferentes tipos de manifestações educacionais e culturais letradas. Dos quase 600 municípios que receberam uma biblioteca pela presença dos Institutos Federais, alguns deles não possuíam, provavelmente, nenhum outro tipo de dispositivo cultural dessa natureza à disposição da população escolar.

As informações aqui apresentadas, se comparadas às Universidades Federais, talvez surpreendam negativamente. No entanto, se olharmos para a realidade das escolas públicas brasileiras de Ensino Fundamental e Médio, alcançar proporções como essas é bastante significativo. Como os Institutos Federais traspassam as categorias de universidades e escolas, consideramos esses números relevantes, pois evidenciam o compromisso estipulado com o campo da Educação Profissional. Quando se pensa em políticas públicas para bibliotecas no contexto brasileiro, esses dados distinguem os IFs, pois poucas vezes assistiu-se no país à estruturação de tantas bibliotecas e à admissão de tantos profissionais bibliotecários, com a devida formação superior, em um período de tempo de aproximadamente 14 anos.

O resultado desse levantamento demonstrou que, se não é possível falar em uma universalização completa das bibliotecas nos Institutos Federais, visto que alguns *campi* não contam com esses espaços, por outro lado, não se pode, também, ignorar a importância e a complexidade da estrutura constituída, dos pontos de vista local, regional e nacional. No Anexo I desta pesquisa são descritas todas as localidades

onde estão presentes as bibliotecas dos Institutos Federais, organizadas de acordo com as regiões do país.

## **6.2 O REGIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE DAS NORMATIVAS**

Durante o trabalho de revisão bibliográfica desta pesquisa constatou-se a declaração de um projeto societário que envolvia a criação dos Institutos Federais. Este estudo documental teve como premissa identificar se as normativas nacionais que regulamentam essas instituições, bem como suas bibliotecas, estão ou não em consonância com tal projeto. Para isso, nessa primeira etapa do estudo, foram procurados indícios dentro das leis, normas e decretos que evidenciassem quais os conceitos que estão ali implicados e que fundamentam o desenvolvimento dos IFs e da Educação Profissional, de modo geral. Também buscou-se conhecer se dentro desses documentos haviam orientações específicas a respeito das bibliotecas.

Para sistematizar esta análise, os regulamentos aqui estudados foram divididos em 3 categorias, de acordo com eixos temáticos que abrangem: documentos que tratam da forma de organização e modelo dos Institutos Federais, documentos que oferecem dados da dimensão educacional que orienta a atuação dessas instituições; documentos que tratam especificamente das bibliotecas. Resultou desse procedimento a seguinte categorização:

**Quadro VII – Categorias de documentos para análise da legislação e atos normativos da Educação Profissional e Tecnológica**

<b>CATEGORIA 1: Documentos que tratam da forma de organização dos IFs</b>	<b>CATEGORIA 2: Documentos que oferecem dados da dimensão educacional que orienta os IFs</b>	<b>CATEGORIA 3: Documentos que tratam especificamente das bibliotecas</b>
Decreto nº 6.095/ 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	A Lei nº 9.394/ 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); em conjunto com a Lei nº 11.741 e o Decreto nº 5.154 que regulamentam a Educação Profissional dentro da LDB.	Lei nº 10.861/ 2004 Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
Chamada pública MEC/SETEC nº 002/ 2007. Chamada pública de propostas para constituição dos Institutos Federais De Educação, Ciência e Tecnologia.	Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE: razões, princípios e programas. Ministério da Educação. 24 de abril de 2007.	Lei nº 11.740/ 2008 Cria cargos e funções no âmbito do Ministério da Educação destinados a instituições federais de educação

		profissional e tecnológica e de ensino superior.
Lei nº 11.892/ 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	Chamada pública MEC/SETEC nº 002/ 2007. Chamada pública de propostas para constituição dos Institutos Federais De Educação, Ciência e Tecnologia.	Lei nº 12.244/ 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.
	Lei nº 11.892/ 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	Ministério da Educação - 2010 - Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes.
	Ministério da Educação - 2010 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes.	Resolução CNE-MEC nº 6 2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
	Resolução CNE-MEC nº 6 2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.	Lei nº 13.005/ 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, para o período de 2014 a 2024.

Elaborado pela autora, 2022.

Os dados coletados nos documentos da **Categoria 1** ajudaram a compor a descrição dos Institutos Federais que são apontadas no decorrer desta pesquisa. Eles trazem o modelo jurídico (autarquia pública federal) e organizacional dos IFs (instituição de Educação Básica, Profissional e Superior, pluricurricular e multicampi), concedendo autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, inclusive para criação e extinção de cursos e determinação das áreas de atuação, equiparando-os às universidades. Também tratam dos seus objetivos, finalidades e características especiais, determinando que a criação de novas instituições de ensino profissionalizante deva se dar a partir do modelo dos IFs.

O Decreto nº 6.095 é o instrumento legal que normatiza a transformação em Instituto Federal das instituições de Educação Profissional existentes até 2008, esclarecendo o modelo proposto. Ele é complementado pela Chamada Pública nº 002/ 2007 da MEC/SETEC (BRASIL, 2007c) que teve o objetivo de receber, analisar e selecionar as propostas das instituições que tinham interesse de se tornarem IFs. O documento estabelece os critérios para essa seleção, orientando inclusive sobre o modelo integrado com o qual devem ser construídos os Planos de Desenvolvimento Institucionais. A partir desse decreto e do resultado da seleção da chamada pública, é publicada a Lei nº 11.892 que cria os Institutos Federais e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Tais documentos são a base legal que respalda o processo que Frigotto (2018) chama de “ifetização” das escolas técnicas. Eles tratam dos aspectos jurídicos necessários para a objetivação do projeto, ao mesmo tempo que esclarecem o modelo que está sendo proposto com a criação dessas instituições, podendo ser considerados como o marco legal que instituiu os Institutos Federais. Compreender essa organização diferenciada é importante para esclarecer que se trata de uma proposta diferenciada dentro do quadro da Educação brasileira, que se distingue do formato de instituições educativas comumente conhecidas.

Na **Categoria 2** estão os documentos que abordam a dimensão simbólica que orienta o funcionamento dos Institutos Federais e da Educação Profissional no Brasil. Para reconhecer esses fundamentos, procuramos identificar qual a concepção de Educação que está em causa nestes dispositivos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 é a legislação que regulamenta toda a organização do campo da Educação formal no Brasil. Dentre outras coisas, ela define como finalidade da Educação o desenvolvimento integral dos educandos, visando a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Também traz em seu bojo os princípios gerais que regem a Educação no país:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (BRASIL, 1996, p. 1).

Quando da sua publicação, a LDB destinou o seu terceiro capítulo para deliberar sobre a regulamentação da Educação Profissional. Na época, ela trouxe a formação para o trabalho como uma modalidade própria de ensino, separada da

formação básica e superior, fato este que gerou críticas realizadas pelos teóricos da área, conforme já visto. Na ocasião da criação dos Institutos Federais, a publicação da Lei nº 11.741 de 2008 apresentou uma nova redação para o capítulo 3 da LDB, inclusive integrando o termo *Tecnológica* à noção de Educação Profissional. Buscando superar a cisão trazida inicialmente pela LDB, o novo estatuto determina que a formação técnica deixa de ser concebida de forma isolada, afirmando que “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (BRASIL, 2008b, p. 1).

O Decreto nº 5.154 de 2004 complementa a LDB, ao estipular os cursos e formatos específicos de programas para a formação profissional (qualificação profissional, educação técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação), tendo como seus objetivos a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade da classe trabalhadora. Alguns trechos desse documento foram alterados em 2014 por meio do Decreto nº 8.268, que trouxe uma nova redação a respeito dos princípios que devem ser observados na oferta da Educação Profissional, inaugurando a ideia de trabalho na sua dimensão educativa:

- Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:
- I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;
  - II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia;
  - III - a centralidade do trabalho como princípio educativo; e
  - IV - a indissociabilidade entre teoria e prática. (BRASIL, 2004a, p. 1).

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE consiste em um projeto executivo que engloba um conjunto de programas criados pelo Governo Federal com o objetivo de melhorar a qualidade da Educação brasileira em todas as suas etapas, níveis e modalidades. Lançado em 2007, o plano tinha o prazo de 15 anos para sua execução. São propostos ali mais de 40 programas para a área da Educação, em 4 eixos diferentes: Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional e Alfabetização, apresentados a partir de uma visão sistêmica do campo. A constituição dos Institutos Federais é parte integrante desse Plano, considerados como ferramenta estratégica para o desenvolvimento de programas de profissionalização.

No que se refere à Educação Profissional, o PDE incorpora a articulação entre ensino regular e formação profissionalizante, especialmente nos cursos de nível

médio, que passam a compor um capítulo na LDB (Lei nº 11.741). O documento propõe o ensino profissionalizante como uma ruptura ao sistema de formação mecanicista e objetivante, apresentando os Institutos Federais como novo modelo de instituição que reorganizaria essa questão. Também determina que os programas na área da Educação de Jovens e Adultos devem ser desenvolvidos, prioritariamente, de forma integrada à educação profissional. No que se refere ao conceito de Educação que fundamenta o desenvolvimento do projeto, o documento afirma que:

A concepção de educação que inspira o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no âmbito do Ministério da Educação, e que perpassa a execução de todos os seus programas reconhece na educação uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo (BRASIL, 2007b, p. 5).

Ao trazer a proposta dos Institutos Federais, a chamada pública MEC/SETEC n.º 002 de 2007 estabelece, entre outras coisas, os objetivos que orientam os Institutos Federais, os quais veremos adiante. O documento determina que a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, em todos os níveis e modalidades amparados pela LDB, deve estar fundamentada nas relações entre Educação e trabalho e entre Educação, Ciência e Tecnologia, em sintonia com os arranjos produtivos, sociais, culturais e locais, priorizando a geração de trabalho e renda.

A publicação da Lei nº 11.892 de 2008 efetiva a criação dos Institutos Federais e determina os seus objetivos:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008c, p. 1).

A declaração desses princípios aponta para a mesma perspectiva dos demais regulamentos da Educação Profissional. No entanto, por se tratar de um projeto inédito, ainda era preciso explicitar como essas ideias se efetivariam no campo prático dos IFs. O Ministério da Educação publica, então, em 2010, um documento intitulado “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepção e diretrizes”, que complementa a Lei nº 11.892.

O documento traz importantes declarações referentes às convicções que integram a origem dos Institutos Federais, orientando como devem ser concretizados na prática esses fundamentos. Ele apresenta os aspectos conceituais, os princípios norteadores e as dimensões materiais e simbólicas envolvidas nesse projeto, reafirmando a Educação Profissional e Tecnológica como uma política pública do Estado. Em relação ao conceito de Educação que subsidia essas instituições, ele sustenta que a formação humana e cidadã precede a qualificação para o trabalho, afirmando que:

A concepção de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) orienta os processos de formação com base nas premissas da integração e da articulação entre ciência, tecnologia, cultura e conhecimentos específicos e do desenvolvimento da capacidade de investigação científica como dimensões essenciais à manutenção da autonomia e dos saberes necessários ao permanente exercício da laboralidade, que se traduzem nas ações de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2010c, p. 6).

O documento traz, ainda, o entendimento do ensino profissional como um potencializador dos sujeitos, compreendidos na sua integralidade e na capacidade de gerar novos conhecimentos a partir da interação com a realidade, em uma perspectiva emancipatória. Ele reforça a decisão de romper com o modelo secularmente consagrado de fragmentação do conhecimento, afirmando que a ação pedagógica dos IFs deve ser no sentido de superar as divisões entre ciência e tecnologia, teoria e

prática. Para isso, ele traz a pesquisa como princípio educativo e científico, e a extensão como ponte permanente com a sociedade.

No que se refere às dimensões formativas dos IFs, o documento declara que a base educacional ali implicada é humanístico-técnico-científica, que tem como princípio a primazia pela emancipação intelectual e global dos educandos, conectados, todavia, à coletividade. Ainda, defende os educandos como protagonistas dos processos educativos, justificando que:

A educação para o trabalho nessa perspectiva entende-se como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação. Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente (BRASIL, 2010c, p. 33-34).

A Resolução nº 6 de 2012 do Conselho Nacional de Educação define os fundamentos e as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional de nível médio no país, que nos Institutos Federais se expressa pelas modalidades de formação técnica integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio. Dentre os diversos pontos abordados na resolução, ela determina os princípios norteadores para essa modalidade de ensino, dentre os quais destacamos os seguintes:

Art. 6º São princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; (BRASIL, 2012b, p. 1).

De modo geral, os documentos analisados nessa segunda categoria trazem que a criação dos IFs se fundamenta nas relações entre trabalho, educação, ciência e tecnologia, norteados pelo ideal de construção de um modelo democrático de



Educação Profissional, que propõe relacionar a formação básica com a preparação para o exercício de profissões técnicas e tecnológicas, com vistas, porém, à formação integral dos estudantes e sua atuação no universo do trabalho, compreendido na sua dimensão educativa. É possível perceber uma articulação entre os diferentes regulamentos aqui tratados, direcionando-os para uma nova e ampliada concepção de Educação Profissional e Tecnológica para o país.

No que diz respeito à terceira e última categoria temática analisada, procuramos por quaisquer abordagens a respeito das bibliotecas que pudessem estar contidas nos documentos que regulamentam a Educação Profissional no país. No conjunto de documentos da **Categoria 3** é possível observar, no entanto, diferentemente da articulação existente nas variadas manifestações a respeito da concepção da “nova” Educação Profissional, a falta de organicidade entre as normativas que versam sobre as bibliotecas.

A Lei nº 10.861 de 2004 estabelece o sistema nacional para avaliação das instituições de Educação Superior no Brasil, o SINAES. Ele tem a finalidade de garantir o processo de avaliação das instituições do ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, visando à melhoria da qualidade dessa modalidade de ensino. Esse sistema determina a obrigatoriedade de bibliotecas, como infraestrutura física fundamental para atender às demandas da Educação de nível superior. Conforme visto, os Institutos Federais são equiparados às universidades quando da oferta de cursos de graduação, o que demandaria por bibliotecas para atender todas as unidades que ministrassem essa modalidade de ensino. O trabalho de mapeamento desta pesquisa mostrou que essa é a realidade para a maioria dos *campi*, todavia, subsistem ainda unidades sem bibliotecas. Destas, ao menos três delas oferecem cursos superiores (Ponte Nova, Jarú e São Miguel do Guaporé).

A Lei nº 11.740 de 2008 criou os primeiros cargos efetivos para atender aos Institutos Federais, trazendo o quantitativo inicial de vagas para essas instituições. Previu-se, naquele momento, a contratação de 9.430 servidores técnicos-administrativos e 12.300 docentes, sendo 378 bibliotecários e 189 auxiliares de biblioteca. De acordo com informações do Portal Brasileiro de Dados Abertos, atualmente, existem quase 75 mil servidores admitidos pelos Institutos Federais. Desses, 876 são bibliotecários, e 892 são auxiliares de biblioteca. Embora supere consideravelmente as projeções iniciais de pessoal, essa quantidade de profissionais

alocados nas bibliotecas é insuficiente, principalmente se considerarmos o tamanho da comunidade acadêmica atendidas por elas.

Já a Lei nº 12.244 de 2010 dispõe sobre a universalização de bibliotecas nas instituições de ensino no Brasil. Ela traz em seu Art. 1º que “as instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei” (BRASIL, 2010b, p. 1). Embora não especifique os níveis de ensino dessas instituições, o documento apresenta a definição de biblioteca escolar, levando-nos a inferir que se trata da universalização de bibliotecas em escolas. Ela define metas quantitativas referente ao acervo, atrelado ao número de alunos matriculados (no mínimo, um título para cada aluno) e estabelece, ainda, que deve ser respeitada a profissão de bibliotecário, sem maiores esclarecimentos a respeito. Interessa para esta pesquisa saber que o Ministério da Educação traz essa Lei no rol de regimentos que organizam os Institutos Federais. Como eles trabalham também com o ensino básico, é admissível a aplicação de suas determinações.

O prazo inicial para efetivação desse regulamento era de 10 anos. Porém, já se passaram 12 anos desde a sua publicação e poucos esforços foram despendidos no sentido de cumpri-la, especialmente nas instituições públicas do país. Os Institutos Federais podem ser considerados exceções, portanto, dentro desse contexto. Embora o mapeamento tenha evidenciado que não se pode falar em universalização de suas bibliotecas, é fato que eles possuem uma certa vantagem, principalmente quando comparados às escolas municipais e estaduais. É possível, assim, depreender que a existência de bibliotecas nos Institutos Federais talvez seja uma realidade devido ao atendimento do disposto nessa Lei.

O documento do Ministério da Educação que trata do modelo de Educação Profissional e Tecnológica dos IFs (BRASIL, 2010c) aborda genericamente as bibliotecas, citando-as juntamente com outros ambientes de aprendizagem, como laboratórios, salas de aula, entre outros. Ele compreende essas estruturas como elementos facilitadores para o trabalho educativo que busca ser relevante e de qualidade, mas não trata efetivamente sobre o papel deles nesses processos.

Ao abordar as diretrizes para a Educação Profissional de nível médio no país, a Resolução nº 6 do Conselho Nacional de Educação traz um apontamento significativo para esta pesquisa. Ele determina que, para a construção dos planos de cursos, devem ser observados os seguintes aspectos:

Art. 20 Os planos de curso, coerentes com os respectivos projetos político pedagógicos, são submetidos à aprovação dos órgãos competentes dos correspondentes Sistemas de Ensino, contendo obrigatoriamente, no mínimo:

I - identificação do curso;

II - justificativa e objetivos;

III - requisitos e formas de acesso;

IV - perfil profissional de conclusão;

V - organização curricular;

VI - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;

VII - critérios e procedimentos de avaliação;

VIII - biblioteca, instalações e equipamentos;

IX - perfil do pessoal docente e técnico;

X - certificados e diplomas a serem emitidos.

(BRASIL, 2012b, p. 6, grifo nosso).

Dessa maneira, os planos dos cursos técnicos de nível médio devem ser construídos de forma coordenada com os projetos político-pedagógicos institucionais, abarcando obrigatoriamente as bibliotecas. O documento menciona, ainda, que cabe às instituições de ensino comprovarem a existência das instalações e equipamentos mínimos para o funcionamento dos cursos, o que inclui novamente as bibliotecas. Observamos, pela primeira vez, um regulamento da Educação Profissional que traz as bibliotecas dentro do contexto de ensino, como parte integrante do sistema educacional e que devem estar contempladas nas diretrizes dos diferentes cursos, deixando implícita a sua exigência. Ao contrário dos demais regimentos que versam sobre as bibliotecas, essa resolução supera a dimensão da estrutura física, trazendo-a como um elemento constituinte das políticas educacionais. Todavia, essa é a única menção a respeito das bibliotecas, sem maiores orientações ou esclarecimentos a respeito.

O Plano Nacional de Educação – PNE, expresso na Lei nº 13.005, de 2014, estabelece estratégias e metas para o quadro da Educação brasileira, que devem ser executadas no prazo de 10 anos, contados a partir de 2014. Ele define 10 diretrizes que devem orientar o campo da Educação, estabelecendo para isso 20 metas. A construção desse plano está prevista na Constituição e trata de todos os níveis e modalidades de ensino contemplados na LDB, atribuindo a responsabilidade aos diferentes entes federativos para cumprimento dos seus objetivos. No que se refere à Educação Profissional, ele trata especialmente da ampliação do número de vagas para esse segmento. Embora não cite diretamente as bibliotecas do ensino

profissional, criam-se relações indiretas quando essa lei aborda a Educação Básica e/ou a Educação Superior.

Ao definir as metas para a Educação Básica, o regulamento apresenta como uma de suas estratégias a reestruturação das escolas públicas, o que inclui, entre outras coisas, a instalação de bibliotecas. Ele determina também sobre a necessidade de fomentar a articulação da educação formal com distintos espaços educativos, culturais e esportivos, de modo a integrá-la com diferentes equipamentos como, por exemplo, centros comunitários, bibliotecas, museus, praças, teatros, cinemas, parques, etc. Com o objetivo de ampliar a qualidade da formação básica, o Plano define as seguintes estratégias:

7.20) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

[...]

7.33) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem; (BRASIL, 2014, p. 1, grifo nosso).

No que se refere ao Ensino Superior, o PNE traz a necessidade de organizar programas de acervos digitais e audiovisuais, além de projetos específicos de acesso a bens culturais, de modo a contribuir com a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação. Por se tratar de um documento de planejamento estratégico da Educação no país que, ao mesmo tempo, busca viabilizar a melhoria da qualidade do ensino, é importante constatar que as bibliotecas foram consideradas nesse processo. A grande inovação fica expressa pela compreensão da necessidade de mediadores de leitura, devidamente capacitados, para trabalharem com os diferentes níveis formativos.

O estudo dos documentos dessa terceira categoria evidenciou a ausência de um regulamento geral que verse sobre as bibliotecas da Educação Profissional, sua organização, objetivos, finalidade, princípios e características. Também não foi constatada nenhuma normativa que determine claramente a necessidade de bibliotecas em todas as unidades dos IFs, sendo necessária a realização de

inferências ou aproximações com outras modalidades de ensino. A pouca profundidade com que as bibliotecas são tratadas nos documentos em que aparecem deixa vago o seu sentido, tornando-as quase um apêndice dentro desse contexto. Mesmo quando as bibliotecas aparecem como parte integrante do processo educativo, ela é apenas citada entre outras coisas, sem explicações devidas a seu respeito.

Ao examinar o conjunto dos regulamentos tratados nas três categorias é possível constatar que as alterações mais significativas da legislação da Educação Profissional ocorreram, principalmente, a partir de 2007. Nesse sentido, é importante reiterar a perspectiva trazida por Le Goff (1990), o qual afirma que:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram. [...] Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 1990, p. 516-517).

É preciso, então, considerar o contexto político que deu origem aos Institutos Federais. Ele corresponde ao período em que um projeto político e social que se autodenominava democrático e popular foi levado a efeito, sob o comando do Partido dos Trabalhadores. Os documentos analisados evidenciaram que a criação dos IFs compunha um projeto mais amplo para a área da Educação e que não estava restrito ao ensino profissional. Nota-se, assim, uma movimentação dentro dos quadros legislativos que passa a prever a oferta de formação numa perspectiva integral e não dissociada daquilo que se propunha a nível social.

As concepções de Educação que passam a subsidiar esses novos instrumentos giram em torno de alguns eixos centrais: a consideração dos sujeitos em sua integralidade e o desenvolvimento de sua autonomia e emancipação. Esses termos são reiterados em diferentes documentos e representam a busca de superação da visão de formação que objetiva apenas instrumentalizar os indivíduos para o exercício laboral. A compreensão de trabalho como princípio educativo também aparece em diferentes normativas e é uma das grandes novidades trazidas ao setor da Educação brasileira, pois carrega em si a necessidade de solucionar as dualidades que marcam a formação técnica no país, integrando-a às demais modalidades de ensino.

Assim, é possível dizer que esse conjunto de dispositivos efetivam, na teoria, novas bases conceituais não apenas para a Educação Profissional, mas para a

Educação, num sentido mais geral. A análise desses documentos demonstrou que eles estão de acordo com a proposta declarada para essas instituições, situados dentro de um programa de governo e um projeto societário. Eles evidenciam importantes avanços, tanto na execução de programas como no aspecto teórico do campo da Educação.

Por se tratar de um estudo documental, o foco das análises aqui realizadas foram os discursos presentes nos regulamentos. A repercussão dos efeitos práticos dessas normativas demandaria um outro tipo de pesquisa e que não caberia nos limites deste trabalho. Todavia, esses reflexos aparecem nos próprios documentos e podem indicar uma certa descontinuidade na realização de tais projetos, a exemplo do Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE, que foi interrompido antes de encerrado seu prazo e de completadas as suas metas. Ainda assim, seus fundamentos permanecem, como no caso dos Institutos Federais que se beneficiaram, sobretudo, dos investimentos na estruturação física de suas unidades durante o funcionamento do programa.

No que se refere às bibliotecas, o objetivo principal dessa etapa da pesquisa era identificar orientações específicas para esses dispositivos. O resultado das investigações demonstrou a inexistência de qualquer normativa que trate especificamente das bibliotecas dentro da Educação Profissional. O que ocorre, na realidade, é uma aplicação dos regulamentos da Educação Básica ou Superior que precisam ser adaptados para essa modalidade de ensino.

A partir disso, as próximas análises buscarão identificar como as bibliotecas se apresentam a nível institucional e em que medida se alinham aos objetivos declarados no projeto de criação dos IFs.

### **6.3 AS BIBLIOTECAS E SEUS CONTEXTOS: UM ESTUDO DOS REGULAMENTOS INSTITUCIONAIS**

Para esta segunda etapa da pesquisa, foram analisados os documentos que parametrizam o funcionamento das bibliotecas dos Institutos Federais do Maranhão, de Rondônia e de São Paulo. Dentre os tipos de registros estudados, além do Plano de Desenvolvimento Institucional, foram consideradas as diretrizes e políticas próprias das bibliotecas. Os dados foram divididos por instituição, e serão apresentados na sequência. As análises buscaram interligar as informações contidas nesses

documentos com o que foi observado nas normativas gerais da Educação Profissional, estudada na primeira etapa da pesquisa.

A fim de facilitar a compreensão sobre as bibliotecas estudadas, o modelo de apresentação dos dados nessa segunda etapa é um pouco diferente. A partir dos documentos consultados, buscou-se determinar um panorama geral das bibliotecas de cada instituição, identificando os seguintes pontos: apresentação dos sistemas de bibliotecas; objetivos e finalidades determinados; existência de padrões ou requisitos mínimos para a configuração de cada biblioteca; descrição das características dos sistemas (serviços oferecidos, materiais informacionais que compõem os acervos, linguagem documentária, práticas educativas e culturais, programações, etc.).

A questão do público atendido por essas instituições é complexa e foi contemplada no referencial teórico deste trabalho, portanto, não foi adotada no momento das análises. Mas vale destacar que, dentro das instituições estudadas, cada *campus* conta com uma configuração única de seus cursos, fato que leva à composição de públicos bastante diversificados, divididos entre adolescentes, trabalhadores, pesquisadores, etc. A comunidade acadêmica atendida pelas bibliotecas contempla, além dos estudantes, os colaboradores (professores, técnicos administrativos, estagiários, terceirizados, etc.) e a comunidade externa, ou seja, pessoas sem vínculo direto com as instituições. Essa heterogeneidade é a característica marcante dos Institutos Federais e baliza, por princípio, todo o desenvolvimento institucional, todavia, ao que parece, a documentação não prevê essa heteronomia, sua contrapartida e conseqüente demanda de organicidade na diversidade.

Ressalta-se que nem sempre os estatutos institucionais refletem as abordagens práticas das bibliotecas, principalmente em virtude do entendimento de autonomia que pode ser retirado dos documentos. Como, contudo, as normativas são balizadores da atuação desses espaços e representam a visão formal das instituições a respeito de suas bibliotecas, é importante identificar como elas são tratadas nesses textos.

### **6.3.1 Instituto Federal de Rondônia – IFRO**

O Instituto Federal de Rondônia (IFRO) tem sua história contada a partir da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal

de Colorado do Oeste, transformadas em Instituto Federal em 2008. Atualmente, possui 10 unidades em funcionamento no estado nas cidades de Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Guarajá-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, São Miguel do Guaporé, Porto Velho - Zona Norte, Porto Velho - Calama e Vilhena. Conta com 236 cursos em funcionamento e tem 34.137 alunos matriculados nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Ele é o menor entre os três Institutos estudados nesta pesquisa.

No que se refere ao objeto de interesse dessa investigação, dos 10 *campi* existentes, 8 deles possuem biblioteca, ficando de fora os *campi* avançados de São Miguel do Guaporé e de Jaru, criados em 2018 e 2016, respectivamente. De acordo com Veiga e Pimenta (2019, p. 81), o IFRO é a instituição que “possui o maior quadro de profissionais bibliotecários e auxiliares de biblioteca contratados no Estado de Rondônia”.

O Regimento Geral do IFRO é o documento que institui a Assessoria de Bibliotecas – ABIB, órgão que coordena o funcionamento de todas as unidades do sistema. O funcionamento desses dispositivos é normatizado por meio do “Regulamento de Funcionamento das Bibliotecas do IFRO”, documento que apresenta importantes informações a respeito dessas unidades. Ele traz que a finalidade delas é “reunir, organizar, divulgar, manter atualizado, preservado e em permanentes condições de uso todo o acervo existente” (IFRO, 2015a, p. 1). O documento determina também os seus objetivos:

- I. Reunir, selecionar, processar e disseminar material informacional necessário aos programas de ensino, pesquisa e extensão;
- II. Cumprir o papel de depositária da produção intelectual e científica da comunidade do IFRO, que garantam preservar, conhecer e difundir a evolução cultural, artística, científica e histórico-administrativa do IFRO;
- III. Proporcionar serviços de comutação, referência e educação de usuários, visando garantir a maximização do uso dos recursos informacionais existentes;
- IV. Manter intercâmbio com redes e sistemas de bibliotecas e serviços de documentação e informação, nacionais e internacionais, e participar de cooperação bibliotecária;
- V. Interagir com as unidades de ensino, pesquisa, extensão e administração no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades que necessitem de sua contribuição;
- VI. Interagir com a Direção de Gestão de Tecnologia da Informação visando à otimização dos serviços prestados pela biblioteca;
- VII. Coordenar os processos de aquisição de materiais informacionais;
- VIII. Disponibilizar aos seus usuários serviços bibliográficos e informacionais;
- IX. Propor projetos de interesse a serem desenvolvidos pela biblioteca;
- X. Definir política de atualização e desenvolvimento do acervo;



- XI. Preservar e conservar seus materiais e equipamentos, desenvolvendo um programa preventivo.
- XII. Participar do processo de seleção e aquisição do acervo (IFRO, 2015a, p. 1).

O regulamento garante que todas as bibliotecas do IFRO devem ser administradas e coordenadas por um bacharel em Biblioteconomia. Ele determina diferentes atribuições a esses profissionais, desde as mais clássicas como o processamento técnico das coleções até outras mais inovadoras, como a promoção e a divulgação da biblioteca. Dentre essas atividades destacam-se as ações culturais e de dinamização da utilização da biblioteca, a disseminação da informação e o incentivo à leitura, a oferta de diferentes tipos de programas de treinamento (utilização da biblioteca, do sistema de gerenciamento, do Portal da Capes, normalização de trabalhos, entre outros). O documento traz ainda a relação dos seguintes serviços que são oferecidos pelas bibliotecas:

- I. Consulta ao acervo;
- II. Empréstimo domiciliar;
- III. Empréstimo para reprodução, desde que respeitadas as regulamentações de direitos autorais;
- IV. Empréstimo entre bibliotecas;
- V. Renovação;
- VI. Reserva;
- VII. Devolução;
- VIII. Comutação bibliográfica;
- IX. Elaboração de fichas catalográficas institucionais e orientação quanto à normalização de trabalhos acadêmicos;
- X. Acesso à Internet;
- XI. Acesso a publicações eletrônicas;
- XII. Salas de estudo em grupo e vídeo.
- XIII. Acesso ao Portal de Periódicos. (IFRO, 2015a, p. 1).

A Política de Desenvolvimento de Coleções, além de trazer critérios técnicos para a seleção de materiais informacionais, indica que a construção dos acervos deve atender aos objetivos do IFRO. Os materiais informacionais que compõem os acervos da instituição são: livros, obras de referência, periódicos, multimídias, monografias e outros. De acordo com o documento, esses materiais são adquiridos para atender as seguintes finalidades:

- a) Suprir os projetos pedagógicos dos cursos do IFRO;
- b) Dar apoio aos programas de pesquisa e extensão do Instituto;
- c) Dar suporte aos serviços administrativos no exercício de suas atividades;
- d) Fornecer obras de informação que elevem o nível de conhecimento;
- e) Resguardar materiais importantes que resgatem a história do Instituto. (IFRO, 2015b, p. 1).

Ainda em relação ao acervo, o Plano de Desenvolvimento Institucional (IFRO, 2018, p. 191) traz uma estreita relação entre a biblioteca e o corpo docente, considerado como elemento essencial na contribuição para a sua construção: “A participação dos docentes para a formação de uma coleção expressiva em qualidade é indispensável, visto que estes são conhecedores da literatura de suas respectivas áreas, podendo contribuir na escolha do material a ser adquirido”. Diferentemente das demais instituições aqui estudadas, o IFRO prevê na sua política a aquisição de obras que não estão ligadas aos projetos pedagógicos dos cursos:

São livros nacionais ou importados que, mesmo não sendo citados em projetos de curso, merecem ser incorporados ao acervo, pois completam o acervo positivamente e não fogem aos padrões do Instituto. Todo usuário (servidor, discente ou pessoas da comunidade) poderá sugerir títulos classificados nessa categoria preenchendo o formulário para indicação de títulos (IFRO, 2015b, p. 1).

Para organizar essas coleções, o IFRO adota a Classificação Decimal de Dewey – CDD e utiliza o sistema de gerenciamento Gnuteca, que funciona de forma integrada entre as bibliotecas, permitindo intercâmbio de informações e trabalho cooperativo.

Durante a análise dos documentos, não foram reconhecidas referências à padrões ou requisitos mínimos para as bibliotecas do IFRO, cabendo a cada unidade defini-las individualmente. Esse fato acarreta algumas disfunções, como por exemplo o observado em Jaru e São Miguel do Guaporé. Durante o trabalho de mapeamento desta pesquisa, as unidades foram identificadas como alguns dos *campi* que oferecem cursos superiores e não contam com bibliotecas.

O Instituto Federal de Rondônia mostrou que possui uma boa base regimental a respeito das bibliotecas. Apesar de apresentar algumas perspectivas tradicionais como, por exemplo, na finalidade atribuída a esses dispositivos, trazem uma certa inovação, especialmente quando o regulamento das bibliotecas aborda aspectos culturais e educacionais a serem desenvolvidos nas atividades bibliotecárias. É possível perceber que alguns desses ordenamentos buscam construir uma articulação entre a biblioteca e a instituição e a biblioteca e o corpo docente, considerados colaboradores desses espaços. A documentação prevê, ainda, uma interação com a comunidade, que pode participar ativamente do processo de formação do acervo, inclusive indicando obras que não tenham, necessariamente, relação com os cursos ministrados.

Desse modo, os documentos ora revelam tendências difusionistas, como quando da proposição dos seus serviços, ora evidenciam orientações comunicacionais, preocupadas não apenas com a organização e o uso da informação, mas com os sujeitos do processo, as comunidades interna e externa. Essas características se aproximam dos modelos de biblioteca *emporium* e *forum* trazidos por Perrotti (2017) e podem indicar uma transição nos seus paradigmas.

Em uma pesquisa realizada a respeito dos documentos norteadores das bibliotecas do IFRO, Veiga e Pimenta (2019) analisaram alguns dos regulamentos aqui estudados, buscando identificar conceitos relacionados a uma abordagem educativa dessas bibliotecas. As autoras afirmam que:

Observamos o distanciamento de normas e diretrizes para o incentivo do trabalho de educador e o desenvolvimento de práticas educativas realizadas pelos bibliotecários. Porém, observamos por meio dos relatórios localizados das bibliotecas do IFRO, referentes aos anos de 2015 e 2017, que o trabalho dos bibliotecários, não é focado apenas nos processos técnicos biblioteconômicos. Os bibliotecários (as) e suas equipes buscam também ofertar atividades educacionais e formativas aos usuários (VEIGA; PIMENTA, 2019, p. 82-83).

O resultado do trabalho das pesquisadoras admite que nem sempre os documentos formais refletem a realidade das bibliotecas, reforçando que o trabalho educativo muitas vezes acontece na prática, mas não é valorizado na constituição das diretrizes das bibliotecas devido, principalmente, à formação do profissional que se concentra em aspectos técnicos da área.

### **6.3.2 Instituto Federal de São Paulo – IFSP**

O Instituto Federal de São Paulo tem sua história atrelada às antigas Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1909, precursoras da Rede Federal de Educação Profissional. Durante a sua trajetória recebeu diferentes nomes como Escola Técnica Federal de São Paulo, Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo, até chegar ao de Instituto Federal de São Paulo, em 2008. Os números do IFSP são bastante expressivos. Ele está presente em 37 cidades do estado, nos municípios de Araraquara, Avaré, Barretos, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Ilha Solteira, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Jacareí, Jundiaí, Matão, Piracicaba, Presidente Epitácio, Registro, Rio Claro, Salto, São Carlos, São João da Boa Vista,

São José dos Campos, São Paulo, São Paulo - Pirituba, São Paulo - São Miguel, São Roque, Sertãozinho, Sorocaba, Suzano, Tupã e Votuporanga.

Possui atualmente 71.979 alunos matriculados em 635 cursos, nas mais diversas áreas, modalidades e níveis de ensino. Das 37 unidades, apenas uma delas não possui biblioteca: o Centro de Referência São Paulo – São Miguel, unidade que trabalha com a Educação a Distância. Não há uma coordenadoria de bibliotecas, mas as atividades desse sistema são conduzidas por uma bibliotecária lotada na Assessoria de Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Ensino. A instituição conta com uma ampla base regimental que oferece suporte à atuação das unidades e orienta o funcionamento desses espaços.

O regulamento de uso das bibliotecas do IFSP indica que a finalidade desses dispositivos é “apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela instituição, proporcionando ao corpo discente, aos servidores e à comunidade externa o acesso à informação e aos recursos informacionais” (IFSP, 2019b, p. 1). Embora normatize o funcionamento de todas as bibliotecas do sistema, o documento concede autonomia para que cada unidade determine seus parâmetros próprios, por exemplo, em relação à circulação das obras e a forma de atendimento da comunidade externa, garantindo requisitos mínimos para atendimento à comunidade.

Ainda de acordo com o regulamento, os serviços oferecidos por essas bibliotecas são:

- I. Consulta local ao acervo;
- II. Empréstimo domiciliar;
- III. Levantamento bibliográfico;
- IV. Acesso às bases de dados das diversas áreas do conhecimento, por meio do Portal de Periódicos da CAPES;
- V. Acesso à coleção de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da Associação Mercosul de Normalização (AMN);
- VI. Orientação para normalização bibliográfica, de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e outras normas que venham a ser solicitadas por áreas específicas;
- VII. Elaboração de ficha catalográfica;
- VIII. Acesso aos computadores e Internet.
- IX. Empréstimo entre bibliotecas (IFSP, 2019b, p. 1).

No que se refere aos objetos informacionais que compõem as bibliotecas do IFSP, encontramos no Plano de Desenvolvimento Institucional uma relação de diversos tipos de materiais e suportes que formam a sua coleção, diferenciando-se das demais instituições aqui estudadas:

Livros, folhetos, catálogos, artigos, apostilas, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, livros digitais, teses, softwares, manuais, dvd, capítulos de livros, mapas, cd-rom, cd, obras de referência, relatórios, anais de eventos, legislações, normas, documentos, fotografias, materiais audiovisuais, equipamentos eletrônicos, tablets e periódicos (IFSP, 2019a, p. 375).

A Política de Desenvolvimento de coleções do IFSP é o documento que define os parâmetros qualitativos e quantitativos para o desenvolvimento dos acervos. Ele traz os critérios para a seleção, aquisição, desbaste e descarte, bem como metodologia de avaliação da coleção. O documento destaca o perfil institucional do IFSP, considerando que sua abrangência é diferente das demais instituições de ensino tradicionais, fato que precisa ser considerado no desenvolvimento desses processos. Ele destaca, ainda, que as bibliotecas atuam como subsídio teórico para as atividades de ensino, pesquisa e extensão e como um equipamento de suporte investigativo em cada unidade. “A aquisição de materiais, abrangendo obras de referência, livros, periódicos e multimeios deve ser norteadas por uma política cujos objetivos da instituição e da comunidade acadêmica sejam balizadores” (IFSP, 2015, p. 5).

A finalidade dessa política é “direcionar de maneira coerente o desenvolvimento das coleções das bibliotecas do IFSP atrelando esse processo aos objetivos do Instituto Federal de São Paulo” (IFSP, 2015, p. 7). É o único documento dentre as 3 instituições estudadas que trata da necessidade de desenvolvimento de estudos de usuários para conhecer as demandas de suas comunidades, de modo a adequar as coleções às reais necessidades de seus contextos. Ele ainda determina que os materiais informacionais do IFSP são respaldados pelos programas das disciplinas e devem apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, estabelecendo os seguintes objetivos para o acervo:

atender a toda demanda interna do Instituto (alunos, professores e técnicos-administrativos) e público externo, fornecendo apoio ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e dando prioridade ao atendimento das necessidades informacionais dos alunos da instituição (IFSP, 2015, p. 9).

Complementando as disposições dessa política, o PDI trata sobre as formas de atualização e expansão do acervo. Ele afirma que a função das bibliotecas é disponibilizar as bibliografias básicas e complementares dos cursos, atendendo às exigências previstas nos instrumentos avaliativos do MEC. No que se refere ao gerenciamento das coleções, todas as bibliotecas são automatizadas e integradas,

utilizando um software especializado (Pergamum) que permite a disponibilização de catálogo on-line e o funcionamento em rede, adotando a Classificação Decimal de Dewey – CDD para organizar o acervo.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSP traz diferentes estatísticas a respeito das suas bibliotecas: acervo, número de empréstimos, biblioteca digital e bases de dados, NBRs, os serviços oferecidos, etc. Ele estabelece um cálculo para dimensionar o tamanho de cada unidade, de acordo com a quantidade de alunos a serem atendidos por cada *campus*, determinando o tamanho médio de 500 m<sup>2</sup> para unidades com 1200 alunos.

Além dos documentos estudados, o IFSP conta com uma ampla base regimental, formalmente instituída e aprovada, que dá suporte à atuação das bibliotecas. Entre eles está o Manual de Catalogação, Manual de Gestão Patrimonial dos Acervos das Bibliotecas, Política de Processamento Técnico dos Acervos das Bibliotecas do IFSP, além do Procedimentos de Entrega de Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações e Teses. Tais documentos, exigidos para a constituição das bibliotecas universitárias, não o são para as bibliotecas da Educação Profissional. No entanto, revelam um trabalho intenso para regulamentação e padronização dessas bibliotecas.

O IFSP é o maior sistema de bibliotecas entre os Institutos Federais, com 36 unidades em funcionamento. Ao observarmos o seu conjunto de normativas, é possível perceber que esse sistema é bem estruturado conceitual e formalmente. Ainda que não haja a instituição oficial de uma rede, nota-se a integração das atividades nas diferentes unidades, principalmente em relação ao trabalho operacional e regimental.

É possível perceber que o grande foco dessas bibliotecas está nas coleções, sua organização e seu gerenciamento. Embora seja a instituição que considera a maior gama de materiais informacionais para uso da comunidade, seus acervos são construídos para suprir as demandas dos instrumentos avaliativos dos cursos e oferecer subsídios às atividades de ensino, não considerando aspectos que extrapolam os currículos básicos. Em contrapartida, a sua política de desenvolvimento de coleções é a única dentre as instituições estudadas que trata da importância de considerar os diferentes níveis formativos oferecidos pelos IFs nesse processo.

A abordagem dada a esses dispositivos na documentação oficial é tradicional. Um estudo realizado por Santos, Boccato e Hoffmann (2013, p. 76) evidenciou que a

concepção que orienta essas bibliotecas se concentra na informação, sua organização e disseminação, concluindo que “as bibliotecas do IFSP se envolvem timidamente nas atividades relacionadas ao ensino. Porém, no que tange às atividades de pesquisa e de extensão, a participação das bibliotecas é incipiente”. Assim, considerando a perspectiva trazida por Perrotti (2017), é possível perceber que as bibliotecas do IFSP apresentam direcionamentos difusionistas, que se aproximam do modelo de biblioteca *emporium*, preocupadas com suas coleções e o acesso aos bens culturais por elas disponibilizados e não necessariamente com sua apropriação e as reelaborações passíveis de serem feitas pelos seus públicos.

### **6.3.3 Instituto Federal do Maranhão – IFMA**

O IFMA tem seu percurso marcado por uma atuação representativa dentro do estado do Maranhão. Iniciando seus trabalhos em 1909, por meio da Escola de Aprendizes Artífices na cidade de São Luís, foi posteriormente transformado em Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão. Em 2008 houve a integração do CEFET-MA com Escolas Agrotécnicas Federais dos municípios de Codó, São Luís e São Raimundo das Mangabeiras, criando-se o Instituto Federal do Maranhão – IFMA.

Atualmente a instituição oferece 505 cursos que somam 38.480 alunos matriculados. São 30 *campi* presentes no estado, distribuídos da seguinte maneira: Açailândia, Alcântara, Araiões, Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Buriticupu, Carolina, Caxias, Centro de Referência Tecnológica, Codó, Coelho Neto, Grajaú, Imperatriz, Itapecuru Mirim, Pedreiras, Pinheiro, Porto Franco, Presidente Dutra, Rosário, Santa Inês, São João dos Patos, São José de Ribamar, São Luís - Centro Histórico, São Luís - Maracanã, São Luís - Monte Castelo, São Raimundo das Mangabeiras, Timon, Viana e Zé Doca.

Dessas 30 unidades, foram identificadas 23 bibliotecas ligadas a elas, sendo o IF com maior defasagem nesse sentido. Os *campi* sem biblioteca são: Araiões, Carolina, Centro de Referência Tecnológica, Itapecuru Mirim, Porto Franco, Presidente Dutra e Rosário. A forma de organização dessas unidades é bastante complexa e possui dois estágios distintos de desenvolvimento, demandando, assim, explicações mais pormenorizadas.

O primeiro momento das bibliotecas do IFMA corresponde ao período de 2008 a 2021. Ele é marcado por um trabalho isolado, com cada unidade atuando de forma completamente independente das demais, estabelecendo suas próprias diretrizes e políticas. Até o momento de realização desta pesquisa, as bibliotecas do IFMA não possuíam um sistema de gerenciamento comum. Cada uma utiliza um sistema diferente, que não funcionam de forma integrada. Algumas utilizam softwares livres, outras, porém, possuem contratos de prestação de serviços, mas nem todas disponibilizam seus catálogos on-line.

No que se refere à existência de requisitos ou padrões, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 determina parâmetros quantitativos para suas bibliotecas, especialmente em relação ao espaço físico, acervo, acesso à internet, automação do acervo, equipes das bibliotecas e sistema de segurança. Ele garante um espaço mínimo entre 100m<sup>2</sup> a 200m<sup>2</sup> por unidade e prevê, pelo menos, um bibliotecário e três auxiliares para cada uma delas. Todavia, a existência desses preceitos não consegue garantir, na prática, a existência de bibliotecas em todos os seus *campi*, conforme revelou o trabalho de mapeamento.

O PDI classifica as bibliotecas do IFMA como universitárias e escolares, afirmando que a sua constituição deve ser direcionada a esses dois públicos, desconsiderando a comunidade própria da Educação Profissional e a complexidade desencadeada nesses contextos.

Neste cerne, é importante que esse conjunto de Bibliotecas se atente a normas, planos institucionais, regulamentos, instrumentos e diretrizes internacionais (elementos norteadores) referentes a Biblioteca Escolar e Biblioteca Universitária para que possam orientar seus afazeres, serviços, infraestruturas, atividades e práticas, chegando a um padrão, de modo a dar sua parcela de contribuição para alcance da missão e objetivos da instituição proporcionando um bom atendimento a comunidade acadêmica e escolar (IFMA, 2019, p. 102).

O fato de as bibliotecas do IFMA serem isoladas até muito recentemente, resulta em regulamentos diferentes para cada *campus*. Temos, assim, inúmeros documentos que tratam sobre o funcionamento dessas unidades e que trazem perspectivas de atuação bastante diferentes entre si. Para exemplificar a diversidade de concepções com que elas trabalham, iremos nos ater aos documentos de três bibliotecas de *campi* diferentes, que foram aqui identificadas como Biblioteca 1,



Biblioteca 2 e Biblioteca 3. Vale ressaltar que essas normativas permanecem válidas até o momento de realização deste estudo.

**Biblioteca 1:** A Política de Desenvolvimento de Coleções traz que a missão dessa biblioteca é:

colaborar para o desenvolvimento integral da comunidade em que está inserida, promovendo acesso, disseminação, recuperação e preservação da informação ao tempo que incentiva o uso e a geração desta, contribuindo para excelência do ensino, pesquisa e extensão necessários ao efetivo desenvolvimento das atividades acadêmicas [...]. Informação e capacitação de sua comunidade interna e externa nos campos: científico, tecnológico, cultural e humanístico. (Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca 1, p. 5).

O documento foi construído a partir de uma perspectiva que compreende a biblioteca como parte integrante do processo de ensino, inclusive afirmando que ela “participa diretamente da comissão de planejamento do *campus* e procura traçar diretrizes de trabalho que vão ao encontro do PDI da instituição” (Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca 1, p. 5). Percebe-se, assim, um compromisso do setor com os objetivos da instituição. Esse engajamento se expressa, por exemplo, nos serviços oferecidos pela biblioteca, que conta com uma extensa relação, segundo a qual é possível verificar que, além das atividades tradicionalmente ofertadas, estão outros tipos de trabalho, de caráter cultural e também educativo:

acesso à internet wireless; alimentação de bases de dados (referenciais e bibliográficas); aquisição de material bibliográfico; aquisição de periódicos; bate-papos literários com diversas temáticas (Trilogia Jogos Vorazes, Biblioterapia no Combate às Drogas, As crônicas de gelo e fogo, etc.); catalogação na fonte (para publicações institucionais e Trabalhos de Conclusão de Curso); catálogos informatizados; consulta e circulação do acervo (empréstimo, devolução e renovação); cursos, treinamentos e palestras de capacitação (1. Fontes Informacionais de Pesquisa na Internet, 2. Utilização do Portal Capes, 3. Acesso ao Portal Capes via CAFÉ, 4. Orientações de Utilização do Manual de Trabalhos Acadêmicos do IFMA [...], 5. Acesso e ferramentas da Biblioteca Virtual Universitária da Pearson, 6. Acesso e ferramentas da Minha Biblioteca, 7. Importância do hábito da leitura); elaboração e colaboração em projetos de extensão (Biblioteca Itinerante, Acorda Cordel, Semana Nacional do Livro e da Biblioteca, dentre outros); gerenciamento de usuários das bibliotecas virtuais; levantamento bibliográfico; manutenção das informações no site da biblioteca e das redes sociais na internet; marketing da biblioteca e benefícios da leitura; orientação ao usuário; orientações sobre normas técnicas e manual do TCC; participação em campanhas sociais, dentre outros (Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca 1, p. 6).

No que se refere aos materiais informacionais dessa unidade, a política traz que seu acervo é composto por obras de referência, bibliografias, índices, catálogos, livros, periódicos, teses, folhetos, mapas, jornais e multimeios, que devem atender a diferentes finalidades:

(1) suprir os programas de ensino dos cursos técnicos, de graduação e especialização desta instituição; (2) dar apoio aos programas de pesquisa e extensão; (3) atender o pessoal dos serviços administrativos no exercício de suas necessidades; (4) fornecer obras de informação geral em áreas de assunto não cobertas pelos programas instrucionais, de pesquisa e extensão; (5) coletar e recuperar materiais que relatem sobre esta instituição produzidos por seus profissionais ou outrem (Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca 1, p. 9).

A base regulatória da Biblioteca 1 deixa evidente um conceito moderno de biblioteca, preocupado não apenas com a disponibilização de um repertório informacional. Ao lembrarmos dos diferentes modelos de biblioteca trazida por Perrotti (2017), é possível perceber que, em seus documentos, essa unidade se identifica com a biblioteca *forum*, comprometida com os processos educacionais de sua instituição de origem.

**Biblioteca 2:** A unidade possui regulamento próprio, o qual define a sua finalidade e traz os seguintes objetivos:

- a) Atender a comunidade interna fornecendo suporte ao desenvolvimento dos cursos ofertados, estimulando as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio da consulta local e empréstimo de itens do acervo;
- b) Atender a comunidade externa, fornecendo apoio à pesquisa e à extensão por meio da consulta local do acervo (Regulamento da Biblioteca 2, p. 1).

O documento fixa as competências relacionadas ao trabalho bibliotecário a serem desenvolvidas no local, o que inclui diversas atividades administrativas, gerenciais, técnicas, etc., inclusive designando esse profissional como o responsável pela manutenção da ordem e da disciplina na biblioteca. Em relação aos serviços prestados, há a seguinte relação:

- a) Serviço de Apoio e Orientação ao Usuário;
- b) Empréstimo Domiciliar: serviço oferecido para todos os usuários inscritos na Biblioteca (alunos e servidores);
- c) Consulta Local;
- d) Orientação de Normatização de Trabalhos Técnico-Científicos;
- e) Elaboração de fichas catalográficas;
- f) Espaço de Estudo Individual e em Grupo;
- g) Rede sem Fio (wireless);

- h) Consulta ao Portal de Periódicos da Capes;
- i) Terminal de Consulta;
- j) Computadores para pesquisa; (Regulamento da Biblioteca 2, p. 1).

O regulamento define a biblioteca como uma entidade de apoio aos processos de ensino e aprendizagem, contudo, algumas disposições trazidas pelo documento parecem divergir desse papel, como pode ser observado nos artigos abaixo:

Art.14° - É proibido o acesso de professores acompanhados com suas respectivas turmas para ministrar aulas, aplicar provas ou outras atividades pedagógicas inerentes aos laboratórios ou salas de aula, e não compatíveis com os objetivos da biblioteca;

Parágrafo único: Somente em situações extremamente necessárias, de comum acordo com os objetivos propostos pela biblioteca e pleno consentimento de Bibliotecários, poderá após prévio planejamento.

Art.15° - Não é permitida a utilização das mesas ou qualquer mobiliário e equipamento da Biblioteca para reuniões, jogos ou outras atividades incompatíveis a sua função.

Art.16° - A falta de silêncio e polidez de qualquer usuário durante a sua permanência na Biblioteca será passível de punição, devendo ser comunicado a Coordenadoria de Assistência ao Educando (CAE) para as devidas providências. A punição acima citada será efetivada por meio de suspensão do usuário, o qual ficará impedido de utilizar os serviços oferecidos pela Biblioteca, caso venha reincidir a falta de cortesia o usuário será encaminhado para a CAE.

Art.17° - É proibido ao usuário ou qualquer servidor do Instituto, remanejar ou desordenar qualquer mobiliário ou equipamento da biblioteca, sem prévio consentimento da Coordenação da Biblioteca. (Regulamento da Biblioteca 2, p. 1).

Ainda, sobre a responsabilidade da comunidade acadêmica em relação à biblioteca, o documento estabelece que “o usuário da Biblioteca responde civil, penal e administrativamente pelos seus atos omissivos ou comissivos, dolosos ou culposos, que resultem prejuízo ao patrimônio da Biblioteca” (Regulamento da Biblioteca 2, p. 1). No que se refere à utilização do acervo, o regulamento determina que:

Art.21° - O acesso às estantes será restrito aos alunos e comunidade externa;

Parágrafo único: O acesso ao acervo será permitido somente aos docentes e técnico-administrativos.

Art.22° - Durante a sua permanência na Biblioteca, o usuário deve se reservar ao direito de localizar qualquer informação ou publicação desejada, sem contanto deteriorá-la, rasgando ou riscando páginas ou causar qualquer dano a obra;

Art.23° - O usuário que for abordado depredando as obras do acervo perderá o direito de frequentar a Biblioteca, além de outras punições inerentes a esta situação (Regulamento da Biblioteca 2, p. 1).

As práticas determinadas por essa unidade não condizem com os seus objetivos, pois um dispositivo que visa ser suporte às atividades de ensino, pesquisa

e extensão, mas que não permite o acesso livre às suas coleções, nem compreende a biblioteca como uma extensão da sala de aula, dificilmente consegue cumprir com a finalidade a que se propõe, especialmente em nossa época, quando as bibliotecas concorrem com outros meios de acesso à informação, mesmo em localidades desprovidas de múltiplos recursos técnicos e tecnológicos. Os trechos trazidos demonstram um tratamento rigoroso e uma preocupação excessiva com o patrimônio da biblioteca e a preservação do seu acervo, incompatíveis com um espaço que nasce para apoiar processos educativos e formativos. Essas características indicam uma concepção que compreende a biblioteca como instituição de preservação e conservação, fundamentando-se no que é chamado por Perrotti (2017) de paradigma da conservação cultural, relacionada ao modelo de biblioteca *templum*.

**Biblioteca 3:** O regulamento da biblioteca determina quais são os seus objetivos:

dar suporte aos seus usuários nas suas necessidades bibliográficas e informacionais, trabalhando em consonância com o desenvolvimento dos cursos oferecidos por esta unidade de ensino, fomentando o autodesenvolvimento dos seus usuários e da pesquisa científica (Regulamento da Biblioteca 3, p. 1).

O documento define que a administração e o gerenciamento da unidade devem ser desenvolvidos por um profissional bibliotecário habilitado. No que se refere aos materiais que compõem seu patrimônio estão livros, periódicos, folhetos, CD-ROM's, fitas de vídeos, monografias, teses e outros materiais, indicando uma desatualização dos tipos de objetos informacionais existentes na contemporaneidade. Já os serviços oferecidos por ela são:

- I. Pesquisas bibliográficas;
- II. Consulta ao acervo e ao catálogo online;
- III. Reserva de materiais;
- IV. Empréstimo de publicações;
- V. Renovação de empréstimo;
- VI. Serviço de disseminação seletiva da informação;
- VII. Orientações quanto à normalização de trabalhos acadêmicos;
- VIII. Acesso à Internet e às bases de dados (Regulamento da Biblioteca 3, p. 1).

Em seus aspectos gerais, o regulamento da Biblioteca 3 demonstra que ela é concebida a partir de uma perspectiva voltada para a difusão cultural, preocupada com a disponibilização e disseminação de informações como modo de apoiar os objetivos institucionais. Tem como foco a informação e seu uso, não demonstrando uma preocupação efetivamente formativa dos sujeitos. É possível, desse modo,

perceber inclinações para uma concepção de biblioteca difusionista, preocupada com a circulação e a transmissão de bens culturais, aproximando-se da representação de biblioteca *emporium*.

Como intervenção que buscou superar o quadro de fragmentação que as bibliotecas do IFMA funcionavam até então, em setembro de 2021, instituiu-se a Rede de Bibliotecas Integradas do IFMA – REDEBI/IFMA, por meio da Resolução nº 27. Essa publicação marca o segundo momento de desenvolvimento dessas unidades, trazendo para a instituição novas perspectivas de atuação.

Com a criação dessa rede, as bibliotecas passaram a funcionar sob a gerência de uma Coordenadoria das bibliotecas, conduzida por um bibliotecário de carreira do IFMA. A resolução explica a REDIBI como instância que visa articular “ações e meios para o trabalho interligado, harmônico, integrado e cooperativo entre as bibliotecas, buscando a padronização da gestão e dos procedimentos internos dos serviços disponibilizados” (IFMA, 2021, p. 1).

O documento tem como foco principal a implantação de uma gestão em redes, fixando novas finalidades para essas bibliotecas, que passam a ser compreendidas como um conjunto, e não mais como unidades segmentadas:

Art. 12. As bibliotecas que compõem a RedeBI funcionarão de forma integrada, buscando a padronização da gestão, dos procedimentos internos e dos serviços disponibilizados.

Art. 13. São finalidades das bibliotecas do IFMA:

I. proporcionar à comunidade acadêmica o acesso organizado à informação registrada em seus diversos suportes e mídias que atendam às ações e atividades de ensino, pesquisa e extensão dos campi;

II. oferecer um ambiente que permita a realização das atividades de leitura, pesquisa, trabalhos em grupo, relação interpessoal e exercício da cidadania;

III. disponibilizar as fontes de informação referenciadas nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs), bem como outras que se fizerem necessárias ao Projeto Político-Pedagógico da Instituição (PPI);

IV. contribuir para a interação servidor-aluno;

V. contribuir na formação de hábitos e atitudes de manuseio, na consulta e utilização do livro, da biblioteca e da informação;

VI. incentivar a pesquisa e promover a democratização do acesso ao conhecimento;

VII. cumprir sua função social de disseminar a informação e promover o uso do ambiente junto à comunidade interna e externa por meio de ações culturais, educativas e de lazer;

VIII. prover o acesso à produção técnico-científica produzida pela comunidade institucional, de acordo com as normas pré-estabelecidas;

IX. manter programas de comunicação e divulgação dos serviços e produtos oferecidos pela biblioteca;

- X. prestar serviços que contribuam para o fomento do acesso e do uso da informação disponibilizada, podendo ser na forma de capacitação a grupos ou personalizada, e na forma presencial ou a distância;
- XI. contribuir na produção e na disponibilização de tutoriais relativos aos serviços ofertados pelas bibliotecas que compõem a RedeBI, dinamizando o uso dos recursos informacionais nos padrões preestabelecidos; (IFMA, 2021, p. 1, grifo nosso).

Além da criação da rede, foram constatadas outras ações que visam integrar o funcionamento dessas bibliotecas como, por exemplo, a constituição do Fórum de Bibliotecas do IFMA, um evento anual que tem por objetivo proporcionar reflexões e formação continuada aos colaboradores das bibliotecas. Foi identificado, também, um documento de 2022, intitulado “Plano Integrado de Ações Estratégicas (PIAE) do IFMA”, considerado como um instrumento de gestão que serve para balizar o trabalho das diferentes instâncias administrativas da instituição. O plano define ações a serem executadas durante o ano de 2022. No que se refere às bibliotecas, ele prevê as seguintes intervenções:

Realização do Fórum dos Bibliotecários; contratação de sistema unificado de bibliotecas para gerenciamento do acervo; colaborar com a permanência e êxito dos estudantes por meio de ações sistêmicas visando a ampliação do uso dos serviços das bibliotecas; produzir um modelo de relatório e encaminhar ao NDE para adequação das bibliografias dos cursos; Implantar projeto piloto de ensino e letramento informacional para auxílio nas dificuldades nas realizações de trabalhos científicos; Monitorar a contratação de bibliotecas virtuais e sistema unificado de bibliotecas; Promover um concurso literário de forma sistêmica através das bibliotecas do IFMA; Promover a acessibilidade nas bibliotecas (IFMA, 2022, p. 1).

O estudo dos documentos do IFMA demonstrou que ela é a instituição com mais unidades desprovidas de bibliotecas, marcada por um processo de desenvolvimento descentralizado. As análises revelaram que em uma única instituição é possível haver orientações diferentes de biblioteca, exemplificadas por três modelos epistêmicos distintos, que determinam orientações práticas desiguais dos pontos de vista educacional e cultural. Esse fato evidencia como a ausência de orientações gerais, não afinadas com os objetivos institucionais, provoca discrepâncias no papel atribuído às bibliotecas e às suas práticas, que são direcionadas a partir das perspectivas individuais dos atores e que nem sempre estão em consonância com os objetivos declarados pelos documentos institucionais.

Contudo, neste caso específico, nota-se toda uma movimentação recente nos campos conceituais e operacionais das bibliotecas, com a intenção de suplantar o

modelo de organização até então dominante. A nova base documental ainda é recente e pequena e reconhece a necessidade de rever as políticas e regulamentos estabelecidos, mas é válido ressaltar o esforço empreendido para estabelecer uma nova institucionalização para as bibliotecas do IFMA.

As análises dos documentos do IFRO, IFSP e IFMA demonstraram que não existe uma orientação institucional para suas bibliotecas. Elas divergem tanto a nível nacional, como dentro das próprias instituições. Alguns IFs propõem diretrizes mínimas para garantir o funcionamento desses dispositivos, enquanto outros não, ficando a cargo da administração de cada unidade. Disso resulta uma grande disparidade, com bibliotecas variando em tamanho, nível de organização, no papel atribuído a elas, etc. Em comum elas compartilham a sua origem, nascendo para prover acesso informacional aos públicos da Educação Profissional e recebendo o investimento necessário para estruturação dos seus espaços, aquisição de acervos e contratação de pessoal.

A grande maioria dessas bibliotecas possui acervos automatizados com catálogos disponíveis para consulta remota via internet. Alguns funcionam de forma integrada dentro de cada instituição, enquanto outros, não. No que diz respeito à integração entre as diferentes instituições, ela não existe, mesmo quando compartilham o mesmo sistema de gerenciamento.

Em todas as normativas, observou-se a designação do papel de apoio para as bibliotecas, não sendo consideradas como instâncias estruturantes, mas residuais de ensino-aprendizagem em seus Institutos. Em uma perspectiva geral, suas organizações não atentam especialmente para a heterogeneidade, os interesses, as expectativas e as demandas dos diferentes públicos a serem atendidos por elas. Foram identificadas apenas algumas orientações que ponderam sobre os distintos níveis formativos e que tratam, principalmente, a respeito do desenvolvimento das coleções. A ambientação dos espaços, as questões ergonômicas implicadas nos mobiliários, a diversidade dos recursos informacionais de nosso tempo, a programação cultural, a participação da comunidade nos processos de definição dos combinados e das regras a serem seguidas, os sistemas de sinalização, a integração com outros serviços informacionais e culturais da comunidade, a formação continuada dos mediadores, pouco aparecem nos documentos, ainda que, como visto, as práticas possam, algumas vezes, superar os registros e caminhar em direção contrária a eles.

Importa notar, ainda, que os documentos regulatórios das instituições analisadas não formulam uma proposta qualitativa para as bibliotecas dos Institutos Federais que aponte para os mesmos objetivos da Educação Profissional proposto pelos estatutos gerais que criaram os IFs. No que se refere às concepções que orientam esses espaços, cada instituição demonstrou uma perspectiva diferente. Em alguns casos, em virtude da ausência de diretrizes a nível estadual, dentro de uma mesma instituição percebeu-se que as unidades apresentam discrepâncias entre si, variando enormemente nos valores com que são concebidas. Esse fenômeno exemplifica o que acontece a nível nacional, do ponto de vista das bibliotecas. Por falta de uma política geral, na ausência de diretrizes nacionais, afinadas com os objetivos da criação dos IFs, cada instituição, quando não, cada profissional, acabam concebendo-as de acordo com perspectivas próprias, que nem sempre vão ao encontro da proposta formativa de renovação do Ensino Profissional. O que acontece, na prática, é que algumas unidades conseguem avançar e se aproximar desses princípios, enquanto outras, não. De todo modo, elas não contam com instrumentos que permitam avaliar suas posições e modificá-las.

Por outro lado, quando se considera o quadro de cada instituição, expresso nos documentos por meio dos serviços, dos materiais informacionais, dos seus objetivos e das suas finalidades, não é possível identificar inovações substanciais, paradigmáticas. As inovações, quando ocorrem, são pontuais e isoladas, quase sempre restritas aos procedimentos, divergindo, assim, dos estudos que vêm sendo realizados na contemporaneidade e que defendem a instituição de uma nova classificação e conceituação para esses espaços, condizentes com os objetivos de renovação da Educação Profissional – a proposta da biblioteca *multinível*.

A considerar, contudo, que apesar dessas dissonâncias, a vitalidade e importância das bibliotecas dos IFs é algo que chama a atenção nos sistemas educacionais brasileiros, em geral muito aquém do que elas representam. Bem equipadas, elas possuem acervos relativamente novos e atualizados, especializados nas áreas de conhecimento de atuação dos seus *campi*. Com mobiliário novo e, na maioria das vezes, apropriado, garantem acesso à internet para suas comunidades por meio dos serviços prestados. Grande parte delas conta com instalações próprias, minimamente adequadas e, raridade no país, administradas por bibliotecários. Esses fatores contribuem para robustecer o significado dessa rede e a importância da realização de estudos aprofundados em seus diferentes aspectos, já que oferecem



possibilidades de compreensão de aspectos envolvendo as relações entre Biblioteca e Educação no Brasil e que são indispensáveis ao desenvolvimento desses dois campos no nosso contexto.

#### **6.4 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO ESTUDO DOCUMENTAL**

O desenvolvimento da pesquisa documental se deu em duas etapas: 1) análise das normativas nacionais que regulam a Educação Profissional e os Institutos Federais; 2) análise dos documentos de três Institutos específicos: IFRO, IFSP e IFMA. As investigações aqui realizadas buscaram relacionar essas duas categorias de documentos, a fim de compreender se tais normativas estão de acordo com o projeto educacional pretendido com a criação dos Institutos Federais.

O conteúdo dos documentos do primeiro grupo (normativas nacionais da Educação Profissional e dos IFs) se mostraram condizentes com o programa declarado pelos Institutos Federais, evidenciando que foram realizadas ações necessárias do ponto de vista legislativo para viabilizar sua execução. Eles comprovam uma nova abordagem conceitual para o campo do ensino profissionalizante que procurava superar o quadro até então vigente.

Vemos, então, toda uma nova regulamentação sendo criada para subsidiar os Institutos Federais, apontando para uma redefinição dos conceitos de Educação e de Trabalho ali desenvolvidos. Em uma proposta assim considerada, não se encaixa a ideia de formação centrada exclusivamente na sala de aula, demandando dispositivos que atuem conjuntamente com outros, de forma articulada e integrada aos objetivos apontados, que propiciem aos alunos experiências de autonomia frente ao conhecimento e que lhes permitam descobrir e percorrer os caminhos dos diferentes saberes, das múltiplas culturas reunidas nas bibliotecas e no mundo. No entanto, o estudo dessas normativas indicou que as bibliotecas não foram pensadas de maneira relevante nesse processo, consideradas apenas sob perspectiva residual dos processos educativos, condição que coloca a rede diferenciada constituída nos Institutos Federais em posição semelhante à de outras redes existentes no país, sem, contudo, a potencialidade apresentada pelos IFs.

A inexistência de políticas gerais, construídas coletivamente, que tratem explicitamente das bibliotecas no contexto da Educação Profissional, conduz a essa

redução e demanda alterações nas condições atuais. Ao estudar os Institutos Federais, Frigotto (2018) afirma que não é possível a oferta de uma formação de qualidade sem a presença de bibliotecas adequadas e atualizadas. Nesse sentido, a abordagem formal que esses dispositivos recebem no estatuto geral da Educação Profissional merece ser revista para que possa se harmonizar ao conteúdo do projeto.

É possível compreender a partir desses pontos que, a nível de política educacional brasileira, as bibliotecas continuam sendo secundarizadas, mesmo em propostas que se declaram renovadoras. Ainda que se considere, como aconteceu com os IFs, a necessidade das bibliotecas nas unidades de ensino-aprendizagem, faltam nessas considerações a discussão substantiva do sentido educativo das mesmas, da necessidade, portanto, de que elas elaborem projetos próprios, autônomos, vinculados aos propósitos gerais da unidade em que se encontram. Como visto, esse não é um problema exclusivo da Educação Profissional, ele ocorre, na realidade, porque ainda não se reconhece as bibliotecas como dispositivos educativos e culturais essenciais, estruturantes e estruturadores nos diferentes sistemas de ensino em nosso país.

Esta pesquisa se dispôs a reconhecer o paradigma político-cultural predominante entre as bibliotecas dos IFs. O estudo do segundo grupo de documentos (regulamentos do IFRO, IFSP e IFMA) demonstrou que não é possível falar em apenas um paradigma dominante na rede, pois observou-se tendências de conservação, de difusão ou de mediação nas diferentes unidades estudadas, revelando uma disparidade entre elas. As indicações dos modelos de biblioteca aqui realizadas apontam para orientações e tendências, não sendo, portanto, taxativas, sobretudo porque foram baseadas nas descrições dos documentos regulatórios, onde se buscou compreender as linhas de pensamento que subsidiam os seus funcionamentos, o que pode ser diferente em uma análise das suas práticas.

Dessa forma, a coexistência de concepções variadas, tanto a nível nacional como institucional, evidencia que o funcionamento dessas bibliotecas depende mais dos sujeitos que ali atuam do que de políticas balizadoras de atuação. Alberto (1934 *apud* MARTINS, 2014, p. 237) já falava que “a eficiência da biblioteca [...] depende muito mais do bibliotecário do que de um rico aparelhamento material”. No contexto estudado isso não é diferente, o que pode conduzir a certos personalismos que nem sempre vão no mesmo sentido que o projeto de Educação emancipadora e plena.

Quando olhamos para os documentos institucionais, a secundarização identificada passa a ter diferentes nomes: “apoio”, “suporte”, “subsídio”, “insumo” etc. Se os documentos que se referem às dimensões nacionais não preveem as bibliotecas como protagonistas nos processos formativos, a nível institucional isso se repete. Silva (2003) explica que a atribuição da função de subsidiária é fato comum na literatura especializada quando se busca determinar a missão das bibliotecas, especialmente às ligadas a instituições de ensino. No entanto, o autor acrescenta que:

Acreditamos que tal caracterização seja insuficiente para mostrar o verdadeiro potencial do uso da biblioteca na escola. Como *apoio* ou *suporte*, podemos ter a impressão de que a biblioteca é uma dimensão estática da escola; é como se ela estivesse sempre aguardando, passiva, imóvel, o momento em que professores e alunos necessitassem de seu *apoio*. Para muito além disso, preconizamos uma atuação dinâmica, viva, da biblioteca escolar, cuja ação pode ser desenvolvida de forma a se articular com a ação do professor, ambas de caráter pedagógico (SILVA, 2003, p. 66, grifo do autor).

Esta pesquisa não identificou um projeto educativo orgânico e explícito para as bibliotecas da Educação Profissional no país. Quando Frigotto (2018) fala que os IFs são uma rede apenas do ponto jurídico-administrativo, reconhecemos esse fato também em relação às suas bibliotecas. Isso leva a uma fragmentação no seu desenvolvimento e consolidação, que se dá de forma desvinculada tanto entre as unidades como em relação ao programa institucional. O estudo das normativas do IFMA exemplificou isso, mas certamente elas não estão isoladas no país.

De modo geral, o formato dos dispositivos apresentados nos regulamentos institucionais apresenta uma abordagem tradicional, destoando do modelo inovador de Educação proposto. A partir desse resultado, foi possível reconhecer que a cultura que caracteriza essas unidades é de estrito caráter instrumental, fundamentalmente voltada para a complementação das demandas de ensino, pesquisa e extensão, sem que a biblioteca tenha, ela própria, um projeto educativo. Historicamente vemos que as bibliotecas são compreendidas como insumos e não como locais de saber e no contexto dos Institutos Federais, observadas exceções que não permitem confirmar a regra, isso talvez não fosse diferente. As bibliotecas seriam pensadas nos IFs como sempre foram no país: como um apêndice e não como protagonistas.

Quando as próprias bibliotecas não se percebem como estruturas fundamentais dos sistemas de ensino, não é possível esperar que outras instâncias o façam. Todavia, o projeto dos Institutos Federais demanda por dispositivos que

funcionem também como instâncias formativas, integradas e comprometidas com a formação dos educandos e não como meros auxiliares desses processos.

As contradições que se mostram presentes na atuação dessas bibliotecas não estão distantes do que acontece na sociedade, mas refletem o sistema político, social, econômico e cultural em que estão inseridas. O que está em causa aqui, na realidade, são os conceitos de Educação e de Biblioteca, os quais a abordagem da Biblioeducação nos permitiu compreender que são vistos como campos independentes, sem interesses convergentes. Mesmo já se mostrando como ineficiente em outros contextos, essa compreensão é reproduzida na Educação Profissional, preservando paradoxalmente um modelo que não atende as demandas de sua redefinição no país. Vemos, assim, um importante projeto inovador para a área da Educação que toma seus dispositivos sob perspectivas tradicionais, num movimento antagônico, que demanda correções importantes no sentido de conferir a organicidade necessária ao todo.

Todas essas questões são importantes e comprometem a definição e a atuação não só dessas bibliotecas, mas dos processos educativos onde elas se situam e que envolvem a formação de milhões de estudantes, não apenas dos Institutos Federais, mas do país, uma vez que essa rede é referência na Educação nacional. É necessário, portanto, discutir coletiva e publicamente as contradições indicadas, a fim de que possam ser superadas. Tal superação poderá ampliar os benefícios que o estabelecimento desse conjunto de bibliotecas representou e representa. A criação de quase seiscentas bibliotecas, por si só, já marca um fato alvissareiro. Todavia, é preciso imprimir qualidade educacional e cultural a tais números, a fim de torná-los o mais pertinentes possíveis em relação às propostas de Educação que representam e lhes são próprias.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão teórica que fundamentou esta pesquisa parte das problemáticas relações entre Biblioteconomia e Educação, compreendidas aqui enquanto dois campos epistêmicos que, embora compartilhem interesses em comum, historicamente caminham de forma desarticulada em nosso país. A proposta da Biblioeducação, abordagem que vem sendo desenvolvida na atualidade junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA-USP, se insere na nossa pesquisa justamente por se dispor a compreender e superar as dualidades que se colocam entre essas duas áreas, tanto na teoria como na prática. O tema da subordinação, ou seja, o papel secundário atribuído às bibliotecas e à Biblioteconomia é tratado nesse âmbito como questão central a ser solucionada por meio do desenvolvimento de novas abordagens para as bibliotecas, compreendidas enquanto dispositivos educacionais, culturais e informacionais.

A partir dessa base, buscou-se perceber como tal fenômeno acontece na Educação Profissional, representada aqui pelos Institutos Federais. Mais do que dilemas próprios dessas instituições, as disfunções abordadas por este trabalho se referem, sobretudo, aos sistemas estruturais que fundamentam o campo das bibliotecas e da Biblioteconomia, de modo geral, e que reverberam para o plano concreto das práticas.

Vimos que a criação dos IFs compõe um quadro de ação mais amplo, dentro de uma proposta que buscou reformular o ensino voltado para a formação da classe trabalhadora, estipulando novas concepções para a área, situadas ainda em um projeto societário. Para dar conta dessa reformulação, os quadros normativos que regulamentam a Educação Profissional no país passaram por alterações substanciais em diversos níveis, desde leis até resoluções orientadoras. Todas essas modificações apontavam para um projeto inovador e ousado, que trazia para a área novos conceitos, voltados para uma formação humanista, integrada, que objetiva formar sujeitos autônomos, protagonistas e críticos, com capacidade para lerem e interpretarem as diferentes realidades que se apresentam.

A Educação, todavia, não educa sozinha, muito menos as salas de aula. Um projeto como o do “novo” ensino profissional brasileiro não consegue se sustentar exclusivamente no formato de ensino tradicional, em um modelo educativo expositivo e exclusivamente de transmissão, realizado pelo professor. Para o desenvolvimento

integral dos educandos é preciso diferentes instâncias que participem ativamente desses processos. Trata-se de dispositivos com capacidade de articulação que superam paredes, sejam salas de aula, bibliotecas, laboratórios, ginásios, museus, enfim, espaços que ajudem a integrar, consolidar, renovar os saberes formais discutidos nos currículos regulares, assim como os não-formais e mesmo os informais, num processo circular de interlocuções permanentes e de múltiplas direções.

Foi a partir disso que este trabalho buscou compreender as bibliotecas dos Institutos Federais. Para conhecê-las melhor, um dos focos desta pesquisa foi estabelecer um panorama dessas unidades, identificando suas características e configurações básicas, apreendendo como elas se apresentam diante desse cenário. O estudo documental foi o caminho metodológico usado para conhecer como elas estão representadas dentro do projeto dos IFs. No que se refere à origem legal que fundamentou a criação desses dispositivos, vimos que não há obrigatoriedade da existência de biblioteca em todas as unidades dos IFs, exceto naquelas que oferecem Ensino Superior, fato que o trabalho de mapeamento comprovou não estar totalmente adequado. Ainda que não haja essa exigência, comprovou-se que elas estão presentes na grande maioria dos *campi*.

Os resultados da pesquisa evidenciaram a existência de uma grande rede de bibliotecas públicas ligadas aos Institutos Federais e à Educação Profissional no país, que estão presentes em aproximadamente 10% dos municípios brasileiros. Elas nascem para atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão dos IFs, mas extrapolam essa função ao receberem demandas que são informacionais, educacionais e também culturais de uma comunidade acadêmica bastante peculiar, formada por sujeitos com diferentes faixas etárias, origem social e níveis formativos. Disso resultam compreensões distintas quanto à função das bibliotecas, que precisam conciliar o atendimento dos interesses e necessidades desse público bastante diversificado.

Um projeto renovador da Educação Profissional como o dos Institutos Federais demanda por dispositivos que acompanhem esse avanço. Vimos, então, a preocupação da área em caracterizar suas bibliotecas como um novo modelo que surge na contemporaneidade, justamente por não se adequarem aos conceitos existentes até então. Dado que a grande parte da documentação que trata sobre as bibliotecas dentro da Educação Profissional refere-se, na verdade, aos cursos superiores e não demonstram uma preocupação efetiva com a formação de nível

profissionalizante, que é o foco principal dos Institutos Federais, esta pesquisa buscou construir um quadro com as características específicas dessas unidades. Pretendeu-se, com isso, evidenciar as singularidades que marcam esses dispositivos, reafirmando o estabelecimento de uma identidade própria para elas.

Assistiu-se, portanto, a partir de 2008, uma multiplicação dessas unidades com uma capilaridade poucas vezes vista na história da Biblioteconomia brasileira. São quase seiscentas bibliotecas, a grande maioria delas devidamente equipadas, modernas e estruturadas, coordenadas por bibliotecários. Os reflexos para o campo são diversos, desde o incremento na contratação de profissionais, desenvolvimento de novos serviços, novas áreas de atuação até a aproximação com públicos historicamente desassistidos de dispositivos de cultura e educação. Assim, dada a importância dessa manifestação, é determinante para a área reconhecer o que são essas bibliotecas, refletir, discutir o seu papel para que, a partir de então, possa fortalecer seu desenvolvimento e consolidação.

O estudo dos documentos revelou, em contrapartida, que apesar da relevância da criação dessas bibliotecas foram e continuam sendo compreendidas de forma tradicional e corrente no país, ou seja, como recurso acessório, mesmo em um projeto educativo que se pretende inovador, conforme declarado nos documentos. A pesquisa demonstrou que subsiste ali uma concepção utilitarista e redutora de biblioteca, preocupada, em primeiro lugar, com o fornecimento de insumos para apoiar o desenvolvimento dos cursos e não em se constituir como instância educativa, articulada ao organismo escolar, autônoma em sua singularidade de dispositivo cultural, geradora de processos que, conectados aos projetos político pedagógicos, oferece oportunidades de aprendizagem e de relações com o conhecimento e a cultura próprios, diferenciados e únicos.

É possível, então, perceber que as bibliotecas continuam sendo concebidas nos IFs como sempre foram pelos sistemas educacionais do país: um órgão de apoio, de informação, mas não necessariamente de formação. No caso das três instituições estudadas, elas evidenciaram programas diferentes de atuação e desenvolvimento, baseando-se em paradigmas igualmente diferentes, que às vezes se tocam, se resvalam, aproximando-se ou distanciando-se mais dos objetivos institucionais declarados.

Nessa perspectiva, é admissível falar que, de modo geral, atualmente ainda não existe uma correlação direta da atuação dessas bibliotecas com os objetivos

gerais de ensino dos Institutos Federais. Existem, sim, unidades que integram essas novas concepções aos seus documentos reguladores, assim como, seguramente, há ações e práticas que rompem concepções e omissões presentes nos documentos analisados. No entanto, esses avanços são localizados, dispersos e dependem mais dos sujeitos que de um projeto político-pedagógico estipulado para elas.

Desse modo, ainda que existam exceções pontuais, é possível aventar a existência de uma assimetria entre o projeto educativo dos IFs e o modo como suas bibliotecas são concebidas nas diretrizes e em suas práticas concretas, tanto em dimensões nacionais, como regionais e locais. Em outras palavras, as bibliotecas não foram incorporadas como instâncias verdadeiramente educativas, realizadoras de projetos de educação não-formal indispensáveis ao modelo educacional pretendido pelos documentos que criaram os IFs.

Quando falamos da necessidade de uma política orientadora de dimensões nacionais para essas bibliotecas, não estamos tratando, evidentemente, de algo homogeneizador do ponto de vista de suas configurações e procedimentos, que não considere as especificidades de cada local. A questão aqui tratada é a falta de organicidade, que desvincula os objetivos educacionais da instituição das configurações de seus dispositivos, fazendo com que cada aspecto aponte para pontos distintos, que jamais se encontram.

Com isso, os objetivos de formação integral e politécnica dos IFs encontram dificuldades para se realizarem, pois não é aproveitado todo o potencial que seus dispositivos apresentam, levando a uma dispersão de recursos materiais e humanos que poderia ser evitado. Vemos isso, por exemplo, na tentativa de estabelecer uma nova nomenclatura que identifique as bibliotecas dos IFs. Talvez, se elas conseguissem se descobrir como instâncias formativas e não apenas informativas, próprias do ensino profissionalizante e tecnológico que se pretende renovado e renovador, diversas questões explicitadas na problemática da definição de um novo termo já poderiam ter sido sanadas e avanços teóricos e práticos serem efetuados. O problema, portanto, não está simplesmente na nomenclatura a ser empregada e sim na compreensão que o campo tem sobre a participação desses dispositivos nos processos educativos, principalmente no que diz respeito a sua atuação, se residual, estrutural ou, ainda, uma terceira espécie, capaz de ir além dessa visão dicotômica e dualista.



Não se pode desprezar, todavia, o estudo do referencial teórico deste trabalho, o qual evidenciou que, mesmo de forma desarticulada, as bibliotecas dos Institutos Federais vêm desenvolvendo ações promissoras. Para que possam avançar mais nesse sentido é preciso haver harmonização, comunicação, reflexões coletivas sobre o sentido e procedimentos próprios da formação profissionalizante tal como compreendida nos documentos dos IFs. Nessa perspectiva, seriam consideradas as características inerentes a essa categoria formativa, fundamentadas nos objetivos de uma formação humanista, integradora e emancipadora, atuando na superação das dualidades que marcaram historicamente a Educação e, mais especificamente, a Educação Profissional no nosso país.

No sentido de desenvolvimento pleno das potencialidades que a criação das bibliotecas dos Institutos Federais anunciou, a estratégia de conectá-las e integrá-las em uma Rede Nacional de Bibliotecas dos Institutos Federais pode ser uma alternativa interessante. Ela teria como objetivo a formulação, implantação, desenvolvimento, apoio e acompanhamento de uma política nacional orientadora de suas unidades, responsável por coordenar a elaboração dos objetivos dessas bibliotecas, ajudando a compreender as suas especificidades, trazendo o foco para sujeitos do ensino tecnológico com suas demandas diferenciadas, o que resultaria em programas, produtos e serviços condizentes com essas características.

Mais do que instâncias de apoio, essas bibliotecas têm potencialidade para serem dispositivos de informação e de formação, instâncias protagonistas que atuam em conjunto com outras, em direção ao desenvolvimento do protagonismo delas próprias e de suas comunidades.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. L. S. de; FREIRE, G. H. de A. A biblioteca como organização aprendente na perspectiva da competência em informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: Ancib, 2018. Disponível em: [http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX\\_ENANCIB/xixenancib/paper/view/975/1669](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/975/1669). Acesso em: 28 jul. 2020.
- ALMEIDA, J. L. S. de; FREIRE, G. H. de A. O desafio da formação de auxiliares de biblioteca no Brasil: relato de uma experiência pioneira de educação profissional no sertão paraibano. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 20, n. 42, p. 132-145, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14738258010.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- ALMEIDA, J. L. S. de; FREIRE, G. H. de A. Responsabilidade social e competências em informação na biblioteca multinível. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4 n. 1, p. 9-28, 4 jul. 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/40702>. Acesso em: 29 jul. 2020.
- ALMEIDA, J. L. S. de; NOBERTO, J. C. de M.; FREIRE, G. H. de A. As bibliotecas universitárias como organizações aprendentes: o caso da biblioteca do IFPB campus Sousa. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS*, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...] Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/96-2209.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2021.
- ALMEIDA, J. L. S. de; PERUCCHI, V.; FREIRE, G. H. de A. Biblioteca multinível nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma nova identidade. *In: RUBIM, R. dos S.; RODRIGUES, M. A. M. (orgs.). Práticas bibliotecárias na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Rio de Janeiro: Interciência, 2021. cap. 7.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de; BORTOLIN, S. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. *In: SOUZA, R. J. de (org.) Biblioteca escolar e práticas educativas: o mediador em formação*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. p. 205-218.
- ANDRADE, A. de F. B. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de sua institucionalidade**. 2014. 209 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18289/1/2014\\_AndradeFariaBarrosAndrade.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18289/1/2014_AndradeFariaBarrosAndrade.pdf). Acesso em: 19 nov. 2020.
- ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da biblioteconomia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 41-58, jan./dez. 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/247/250>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ARAUJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo. *In*: ARAUJO, R. M. de L.; RODRIGUES, D. S. **Filosofia da práxis e didática da educação profissional**. Campinas: Autores Associados, 2011. p. 7-43.

BARBIER, F. **História das bibliotecas**: de Alexandria às bibliotecas virtuais. São Paulo: Edusp, 2018.

BATISTA, S. S. dos S. Educação profissional e tecnológica no Brasil: entre a continuidade e a ruptura. *In*: CARVALHO, M. L. M. de (org.). **Cultura, saberes e práticas**: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. p. 95-105.

BECKER, C. da R. F.; FAQUETI, M. F. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: um olhar sobre a gestão. Blumenau-SC: IFC, 2015.

BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. *In*: **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 114-119.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto editora, 2013.

BOLLE, W. A ideia de formação na modernidade. *In*: GHIRALDELLI JR., P. (org.). **Infância, escola e modernidade**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 9-32.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.733 de 06 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Revogado pelo Decreto nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2006a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm). Acesso em: 2 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, 2007a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm). Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República,

2010a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 2 set. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional, primário e gratuito. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **Decreto no 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Brasília, DF: Presidência da República, 2017a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm#art107). Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 4 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm). Acesso em: 19 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2004/2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2004c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.933.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.933.htm). Acesso em: 3 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008**. Cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior. Brasília, DF: Presidência da República, 2008a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11740.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11740.htm). Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da redação original da LDB, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF: Presidência da República, 2008b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm). Acesso em: 14 mar. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008c. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 28 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm). Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF: MEC, 2012b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 21 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica:** concepção e diretrizes. Brasília, DF: MEC, 2010c. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação:** presencial e a distância: reconhecimento: renovação de reconhecimento. Brasília, DF: Inep, 2017b. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_reconhecimento.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf). Acesso em: 29 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **O plano de desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília, DF: MEC, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico:** a história das instituições federais de educação profissional começa em 1909 com a criação das 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices. Brasília, DF: MEC, 2016a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/historico>. Acesso em: 6 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 378, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a autorização de funcionamento de unidades dos Institutos Federais e atualiza a relação de unidades que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Brasília, DF, 2016b.

Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/rede\\_federal/portaria\\_2016\\_no375\\_09052016\\_dou\\_100520161.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/rede_federal/portaria_2016_no375_09052016_dou_100520161.pdf). Acesso em: 18 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores em Tecnologia**. Brasília, DF: MEC, 2006b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=41331-catalogo-nacional-superior-tec-20-pdf&category\\_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41331-catalogo-nacional-superior-tec-20-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 13 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, DF: MEC, 2008d. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=52151-catalogo-nac-cursos-tec-pdf&category\\_slug=novembro-2016-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=52151-catalogo-nac-cursos-tec-pdf&category_slug=novembro-2016-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 13 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3. ed. Brasília, DF: MEC, 2016c. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&category\\_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=77451-cnct-3a-edicao-pdf-1&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia**. 3. ed. Brasília, DF: MEC, 2016d. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category\\_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192). Acesso em: 13 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Chamada pública MEC/SETEC n.º 002/2007**. Chamada pública de propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: MEC, 2007c. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada\\_publica\\_ifet.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/chamada_publica_ifet.pdf). Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha** – PNP. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, DF: MEC, 2022. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 6 de jun. 2022.

CAMPELLO, A. M. Dualidade educacional. *In*: PEREIRA, I. B; LIMA, J. C. F. (orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p.136-141.

CAMURÇA, T. A.; ARAÚJO, I. F.; MORAIS, S. M. P. de. A construção de um sistema integrado de bibliotecas no Instituto Federal do Ceará: motivação, dificuldade e expectativas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA E CIÊNCIA

DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis – SC. **Anais eletrônicos [...]**  
Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em:  
<https://portal.febab.org.br/anais/issue/view/4>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CHARTIER, A. M. **Práticas de leitura e escrita: história e atualidade**. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 2007.

CIAVATTA, M. **Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. *In*: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 408-414.

CICHACZEWSKI, J. C. **Cidadãos para o mundo do trabalho: os IF's e o projeto societário de desenvolvimento**. 2020. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal Catarinense. Blumenau, 2020. Disponível em: <https://profep.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/38/2020/07/CIDAD%C3%83OS-PARA-O-MUNDO-DO-TRABALHO-OS-IFs-E-O-PROJETO.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

COSTA, P. L. de A.; MARINHO, R. J. de A. Caracterização da oferta dos IFs do estado do Rio de Janeiro pelos relatórios de gestão: primeiras aproximações. *In*: FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018. p. 267-278.

CRIVELLARI, H. M. T.; SIMA, A. M. Biblioteca universitária, escolar e comunitária: o caso da biblioteca comunitária “Professora Ebe Alves da Silva” do IFMG. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 28-48, 2015. Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8640597>. Acesso em: 20 out. 2021.

DORE, R. Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo em Gramsci? **Cadernos CEDES**, Campinas, SP, v. 34, n. 94. p. 297-316, set./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622014000300002>. Acesso em: 22 set. 2021.

DUTRA, R. S. *et al.* O que mudou no desempenho educacional dos Institutos Federais do Brasil? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 104, p. 631-653, jul./set. 2019. Disponível em:  
<https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002701777>. Acesso em: 16 nov. 2021.

FAGIANI, C. C. *et al.* Trabalho e educação profissional no Brasil: formação humana ou para o mercado? *In*: BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. **A educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectiva para o Século XXI**. Campinas: Alínea, 2013. p. 203-218.

FONSECA, E. N. da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

FRIGOTTO, G. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. *In*: FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018. p.125-149.

FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A educação de trabalhadores no Brasil contemporâneo: um direito que não se completa. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 65-76, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13088>. Acesso em: 23 set. 2021.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, especial, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ynppThv4sMqrxDRg8XLxjqv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2021.

GARCIA, A. de C. *et al.* A educação profissional no Brasil: origem e trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, [Diamantina], n. 13, a. 7, p. 1-18, maio 2018. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

GHIRALDELLI Jr., P. **Filosofia e história da educação brasileira**. 2. ed. Barueri: Manole, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, H. F. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.) **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-43.

GOMES, H. S. C.; BATISTA, E. L. Educação para a Práxis: contribuições de Gramsci para uma pedagogia da educação profissional. *In*: BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. **Realidades da educação profissional no Brasil**. São Paulo: Ícone, 2015. p. 51-64.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Edizione critica. Organização Gerratana. Turim: Einaudi, 1977. v. 4.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.



HADDAD, F. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Ordem de serviço 002 de 09 de janeiro de 2017.** Regulamento da Biblioteca do IFMA - Campus Timon. Timon, 2017a. Disponível em: <https://timon.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/22/2015/06/Regulamento-Biblioteca-Timon.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** IFMA: 2019-2023. São Luís, 2019. Disponível em: <https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/IFMA-PDI-PRINCIPAL-v18-20190626-visualizacao.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Plano Integrado de Ações Estratégicas:** 2022. São Luís, 2022. Disponível em: <https://prenaef.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/32/2022/03/PIAE-2022.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Política de desenvolvimento da biblioteca:** Caxias: aquisição, expansão, desbaste e atualização do acervo. Caxias, 2017b. Disponível em: <https://caxias.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/27/2015/06/Pol%C3%ADtica-de-Desenvolvimento-da-Biblioteca.pdf>. Acesso em 14 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Regulamento biblioteca campus São Raimundo das Mangabeiras:** Biblioteca Ministro Raimundo Carreiro. São Raimundo das Mangabeiras [s. d.]. Disponível em: [https://srmangabeiras.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/26/2021/04/regulamento\\_BMRC.pdf](https://srmangabeiras.ifma.edu.br/wp-content/uploads/sites/26/2021/04/regulamento_BMRC.pdf). Acesso em: 13 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO - IFMA. **Resolução nº 27 de 3 de setembro de 2021.** Dispõe sobre a instituição da Rede de Bibliotecas Integradas - REDBI do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. São Luís, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – IFSP. **Plano de desenvolvimento institucional:** PDI IFSP: 2019 – 2023. São Paulo, 2019a. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/pUbi4iUESACih9z#pdfviewer>. Acesso em: 12 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP. **Política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas do Instituto Federal São Paulo - IFSP.** São Paulo, 2015. Disponível em: [https://www.ifsp.edu.br/images/pre/bibliotecas/Portaria\\_967\\_e\\_Pol%C3%ADtica\\_de\\_Desenvolvimento\\_de\\_Colees\\_Bibliotecas\\_IFSP.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/pre/bibliotecas/Portaria_967_e_Pol%C3%ADtica_de_Desenvolvimento_de_Colees_Bibliotecas_IFSP.pdf). Acesso em: 13 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO - IFSP. **Portaria nº 1.612 de 07 de maio de 2019.** Atualização do

Regulamento de uso das Bibliotecas do IFSP. São Paulo, 2019b. Disponível em: [https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/PRE/Portaria\\_1612.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/pdf/PRE/Portaria_1612.pdf). Acesso em: 13 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO. **Plano de Desenvolvimento Institucional**: IFRO: 2018-2022. Porto Velho, 2018. Disponível em: [https://portal.ifro.edu.br/images/ifro-pdi-interativo-20180209\\_pagina-simples.pdf](https://portal.ifro.edu.br/images/ifro-pdi-interativo-20180209_pagina-simples.pdf). Acesso em: 14 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO. **Resolução nº 21 de 06 de junho de 2015**. Dispõe sobre o Regulamento de Funcionamento de Bibliotecas do IFRO. Porto Velho, 2015a. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/component/phocadownload/file/327-13-resolucao-n-21-regulamento-de-funcionamento-das-bibliotecas?tmpl=component>. Acesso em: 15 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO. **Resolução nº 22 de 06 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento de Coleções do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Porto Velho, 2015b. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/component/phocadownload/category/2260-resolucao-n-22-consup-ifro-de-06-de-julho-de-2015?download=8897:resolucao-n-22-consup-ifro-de-06-de-julho-de-2015>. Acesso em: 14 abr. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA - IFRO. **Resolução nº 65 de 29 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre o Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. Porto Velho, 2015c. Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/doc-isntitucionais/397-regimento-geral-do-ifro-res-n-65-consup-ifro/file>. Acesso em: 14 abr. 2022.

LATOURE, B. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: BARATIN, M.; JACOB, C. **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 21-44.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOS, A. A. B. Bibliotecas. *In*: CAMPELLO, B.; CALDEIRA, P. T. (orgs.). **Introdução às fontes de informação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 101-120.

LEMOS, A. A. B. **De bibliotecas e biblioteconomias**: percursos. Brasília: Brique de Lemos, 2015.

LOMBARDI, J. **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

MACEDO, N. D.; DIAS, M. M. K. Subsídios para a caracterização da biblioteca universitária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 25, n. 3, p. 40-48, jul./dez, 1992.

MACEDO, N. D.; SIQUEIRA, I. S. P. Subsídios para a caracterização da biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 67-70, jan./dez, 1987.

MACEDO, N. D.; SPINELLI, L. Subsídios para a caracterização da biblioteca pública. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 71-78, jan./dez, 1987.

MACHADO, M. T. G. Os destinatários do ensino profissional: dos desvalidos da sorte aos trabalhadores das escolas técnicas profissionais. *In*: CARVALHO, M. L. M. (org.). **Cultura, saberes e práticas: memórias e história da educação profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. p.107-126.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, M. F. **Ensino Técnico e Globalização**: cidadania ou submissão? Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

MARTINS, M. V. R. Bibliotecas públicas e escolares nos discursos de Cecília Meireles e Armanda Álvaro Alberto: acervos e práticas de leituras. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, número especial, p. 227-241, out./dez. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pci/a/YtCPnB3TfHxw5jk97MtY5fL/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 2 mar. 2022.

MILANESI, L. **A casa da invenção**: biblioteca centro de cultura. 4. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

MILANESI, L. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, mar./abr./maio, 2013. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685>. Acesso em: 4 abr. 2022.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, SP, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>. Acesso em: 13 maio 2022.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, M. B. Responsabilidade social bibliotecária (RSB): o que significa em tempos de ruptura democrática? *In*: SPUDEIT, D. F. A. O.; MORAES, M. B. (Org.). **Biblioteconomia social**: epistemologia transgressora para o Século XXI. São Paulo: ABECIN, 2018. cap. 2, p. 49-76. E-book. Disponível em:

[http://abecin.org.br/data/documents/E-Book\\_Biblioteconomia\\_Social.pdf](http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Biblioteconomia_Social.pdf). Acesso em: 28 jul. 2020

MORAES, R. B. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: CEB, 1943.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 4-30, mar. 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 1 out. 2021.

MOURAZ, A. O conceito de *bildung* como fundamento epistemológico das histórias de vida. **Revista Entreideias**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 82-89, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/9096/10247>. Acesso em: 10 maio 2022.

MOUTINHO, S. O. M. **Práticas de leitura na cultura digital de alunos do ensino técnico integrado do IFPI – campus Teresina zona Sul**. 2014. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3075>. Acesso em: 29 nov. 2021.

MOUTINHO, S. O. M.; LUSTOSA, I. T. As bibliotecas dos institutos federais frente às novas demandas gerenciais e informacionais causadas pela Lei 11892/2008. *In*: FÓRUM NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS, 6., 2011, Petrolina. **Anais [...]**. Petrolina: Instituto Federal do Sertão Pernambucano, 2011. CD-ROM.

NASCIMENTO, V. A importância da função pedagógica na biblioteca escolar brasileira. **Ensaio Geral**, Niterói, n. 2, p. 69-96, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/50737>. Acesso em: 3 maio 2022.

NORA, P. **Entre história e memória**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, v.10, jul./dez., 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> Acesso: 06 jul. 2022.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, R. A reforma da educação profissional nos anos 90. *In*: BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. **A educação profissional no Brasil**: história, desafios e perspectiva para o Século XXI. Campinas, SP: Alínea, 2013. p.219-234.

OLIVEIRA, W. C de. **Bibliotecas populares, territórios em disputa**: suas flutuações semânticas, epistêmicas e político culturais. 2021. Dissertação (Mestrado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27082021-210506/pt-br.php> . Acesso em: 18 nov. 2021.

ORTIGARA, C. Mecanismos de regulação e as políticas para a educação profissional nos governos FHC e Lula. *In*: CARVALHO, M. L. M. de (org.). **Cultura**,

**saberes e práticas:** memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. p. 301-320.

ORTIGARA, C.; GANZELI, P. Os Institutos Federais Educação, Ciência e Tecnologia: permanências e mudanças. *In:* BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. **A educação profissional no Brasil:** história, desafios e perspectiva para o Século XXI. Campinas: Alínea, 2013. p. 257-280.

PACHECO, E. M. **Ensino técnico, formação profissional e cidadania.** Porto Alegre: Penso, 2012.

PACHECO, E. M. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, E. M. **Institutos Federais:** Lei 11.892, de 29/12/2008. Natal: IFRN, 2009.

PACHECO, E. M. **Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PAQUELIN, D. Le tutorat: accompagnement de l'actualisation du dispositif. **Distances et savoirs**, [S. l], v. 2, n. 2-3, p. 157-182, 2004. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-distances-et-savoirs-2004-2-page-157.htm>. Acesso em 29 abr. 2022.

PERROTTI, E. Sobre informação e protagonismo cultural. *In:* GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (orgs.). **Informação e protagonismo social.** Salvador: EDUFBA, 2017. p.11-26.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, out., 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>. Acesso em 20 nov. 2020.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. Infoeducação: saberes e fazeres da contemporaneidade. *In:* LARA, M. L. G, FUJINO, A. NORONHA, D. P. (orgs.) **Informação e contemporaneidade:** perspectivas. Recife: Néctar, 2007. p. 46-97.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica: estudo sobre a busca de informação em Educação.** 2004. 194 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-14032005-144512/pt-br.php>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PIERUCCINI, I. Pesquisa escolar significativa e o bibliotecário: questão essencial para a infoeducação. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28315>. Acesso em: 29 mar. 2022.

RAMOS, M. Educação tecnológica como política de estado. *In*: OLIVEIRA, R. **Jovens, ensino médio e educação profissional**: políticas públicas em debate. Campinas, SP: Papyrus, 2012. p. 9-46.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba, PR: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RASTELI, A.; FORMENTINI, R. Cultura letrada no Brasil colonial: bibliotecas, livros e leitura. **Páginas A&B: Arquivos e Bibliotecas**, Porto, Portugal, n. 7, p. 89-104, 2017a. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/65332>. Acesso em: 29 maio 2022.

RASTELI, A.; FORMENTINI, R. Mediação cultural na biblioteca pública para a cultura de paz e integração social. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 44-57, 2017b. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/72805>. Acesso em: 19 jul. 2020.

REIS, A. S. dos. Biblioteca e educação em interlocução: repatriar luz/esperança. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, número especial, p. 48-63, out./dez. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2287>. Acesso em: 10 fev. 2022.

REIS, A. S. dos; MOREIRA, C. dos S. Processos educativos no contexto dos ifs e os desafios à atuação bibliotecária: um repensar crítico. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103664>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SALDAÑA, P.; TAKAHASHI, F. Apesar de cortes, institutos federais lideram nota do Enem em 14 Estados. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 jan. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/01/1950323-apesar-de-cortes-institutos-federais-lideram-nota-do-enem-em-14-estados.shtml>. Acesso em: 27 nov. 2020.

SALES, P. E. N.; OLIVEIRA, M. A. M. Políticas de educação profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. *In*: CARVALHO, M. L. M. de (org.). **Cultura, saberes e práticas**: memórias e história da educação profissional. São Paulo: Centro Paula Souza, 2011. p.165-184.

SANTOS, C. A. S. **As unidades de informação dos Institutos Federais no apoio ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia**: um estudo de percepção sociocognitiva com o uso do protocolo verbal em grupo. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1080?show=full>. Acesso em: 29 nov. 2021.

SANTOS, C. A. da S.; BOCCATO, V. R. C.; HOFFMANN, W. A. M. A atuação dos bibliotecários do Instituto Federal de São Paulo: uma perspectiva sociocognitiva do fazer profissional. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais**

**eletrônicos** [...] Florianópolis: FEBAB. 2013. p. 3049-3064. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/issue/view/4>. Acesso em: 6 dez. 2021.

SANTOS, J. A. dos. A trajetória da educação profissional. *In*: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 205-224.

SANTOS, J. A. dos. Política de expansão da RFEPCT: quais as perspectivas para a nova territorialidade e institucionalidade? *In*: FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ; LPP, 2018. p. 113-149.

SANTOS, J. M. Bibliotecas no Brasil: um olhar histórico. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-61, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/132>. Acesso em: 3 abr. 2022.

SANTOS, M. A. B. **Regulamentação e concepção das bibliotecas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: em busca de sua historicidade e identidade. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8919?show=full>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SANTOS, M. A. B.; GRACIOSO, L. de S. As bibliotecas dos Institutos Federais de Educação: regulamentação e concepção. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102495>. Acesso em: 6 dez. 2021

SANTOS, M. A. B.; GRACIOSO, L. de S.; AMARAL, R. M. As bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise de literatura científica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 26-43, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/4226>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPJSJV, 1989.

SCHIFFMAN, L.; KANUK, L. **Comportamento do consumidor**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017. *E-book*.

SHERA, J. **Introduction to library science**. Littleton: Libraries Unlimited, 1976.

SILVA, A. S. R.; LIMA, M. F. Estudo de usuários para o desenvolvimento das atividades nas bibliotecas do Instituto Federal da Bahia. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 52-80, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/31434>. Acesso em: 3 dez. 2021.

SILVA, A. S. R.; NEVES, D. A. B.; GOMES, M. Y. F. S. de F. Avaliação da biblioteca escolar para o desenvolvimento de competências informacionais: a experiência da biblioteca do Instituto Federal da Bahia – campus Camaçari. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 2 n. 1, p. 20-40, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16909> Acesso em: 7 dez. 2021.

SILVA, C. R. S.; CAVALCANTE, L. F. B.; PALETTA, F. C. As bibliotecas no contexto da educação profissional e tecnológica: fundamentos e identidades. In: COLÓQUIO EM ORGANIZAÇÃO, ACESSO E APROPRIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO, 5., 2021, Londrina. **Anais eletrônicos [...]**. Londrina: [s. n.], 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2021/coaic2021/paper/view/695>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, E. T. **Leitura na escola e na biblioteca**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.

SILVA, R. J. Biblioteca escolar: organização e funcionamento. In: SOUZA, R. J. (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009. p. 115-135.

SILVA, W. C. **Miséria da biblioteca escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVEIRA, Z. S. Educação profissional, desenvolvimento econômico e desenvolvimento científico-tecnológico. In: BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. **Realidades da educação profissional no Brasil**. São Paulo: Ícone, 2015. p.145-162.

SOUSA, M. M.; FUJINO; A. A função educativa do bibliotecário no século XXI: visão brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2014. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/3089?show=full>. Acesso em: 2 mar. 2022.

SOUSA JÚNIOR, J. O princípio educativo da práxis: atualizando o debate teórico da relação trabalho e educação. In: BATISTA, E. L.; MÜLLER, M. T. **Realidades da educação profissional no Brasil**. São Paulo: Ícone, 2015. p. 65-84.

SOUSA JÚNIOR, J. Omnilateralidade. In: PEREIRA, I. B; LIMA, J. C. F. (orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 284-292.

VASCONCELLOS FILHO, M. C. Qual o futuro das bibliotecas no Brasil? As bibliotecas como organizações sem fins lucrativos. **INFOhome**, 2018. Disponível em: [https://ofaj.com.br/textos\\_conteudo.php?cod=700](https://ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=700). Acesso em: 20 mar. 2022.



VEIGA, M. S.; PIMENTA, J. S. Educação e bibliotecas multiníveis: um olhar sobre os documentos norteadores das bibliotecas da rede federal de educação profissional e tecnológica em Rondônia. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 73-98, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/120570>. Acesso em: 16 nov. 2021.

VEIGA, M. S.; PIMENTA, J. S.; SILVA, L. S. O desafio educacional dos bibliotecários nas bibliotecas multiníveis da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. **Biblionline**, João Pessoa, v. 14, n. 4, p. 49-64, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/109095>. Acesso em: 21 jul. 2020.

## APÊNDICES

### Apêndice I – Localidades das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

<b>REGIÃO NORTE - 69 BIBLIOTECAS</b>			
<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>CAMPUS</b>	<b>BIBLIOTECA</b>
<b>Instituto Federal do Acre</b>	<b>IFAC</b>	Cruzeiro do Sul	Sim
		Rio Branco	Sim
		Rio Branco - Baixada do Sol	Sim
		Sena Madureira	Sim
		Tarauacá	Sim
		Xapuri	Sim
	<b>Total</b>	<b>6 campi</b>	<b>6 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal do Amapá</b>	<b>IFAP</b>	Laranjal do Jari	Sim
		Macapá	Sim
		Oiapoque	Sim
		Porto Grande	Sim
		Santana	Sim
		Centro de Referência Pedra Branca do Amapari (EAD)	Não
	<b>Total</b>	<b>6 campi</b>	<b>5 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal Do Amazonas</b>	<b>IFAM</b>	Boca do Acre	Não
		Coari	Sim
		Eirunepé	Sim
		Humaitá	Sim
		Iranduba	Não
		Itacoatiara	Sim
		Lábrea	Sim
		Manacapuru	Sim
		Manaus - Centro	Sim
		Manaus - Distrito Industrial	Sim
		Manaus - Zona Leste	Sim
		Maués	Sim
		Parintins	Sim
		Presidente Figueiredo	Sim
		São Gabriel da Cachoeira	Sim
		Tabatinga	Sim
	Tefé	Sim	
<b>Total</b>	<b>17 campi</b>	<b>15 bibliotecas</b>	
<b>Instituto Federal do Pará</b>	<b>IFPA</b>	Abaetetuba	Sim
		Altamira	Sim
		Ananindeua	Sim
		Belém	Sim

		Bragança	Sim
		Breves	Sim
		Cametá	Sim
		Castanhal	Sim
		Conceição do Araguaia	Sim
		Itaituba	Sim
		Marabá Industrial	Sim
		Marabá Rural	Sim
		Óbidos	Sim
		Paragominas	Sim
		Parauapebas	Sim
		Santarém	Sim
		Tucuruí	Sim
		Vigia	Sim
		Reitoria	Sim
	<b>Total</b>	<b>18 campi</b>	<b>19 bibliotecas</b>
Instituto Federal de Rondônia	IFRO	Ariquemes	Sim
		Cacoal	Sim
		Colorado do Oeste	Sim
		Guajará-Mirim	Sim
		Jaru	Não
		Ji-Paraná	Sim
		Porto Velho - Calama	Sim
		Porto Velho - Zona Norte	Sim
		São Miguel do Guaporé	Não
		Vilhena	Sim
	<b>Total</b>	<b>10 campi</b>	<b>8 bibliotecas</b>
Instituto Federal de Roraima	IFRR	Amajari	Sim
		Bonfim	Sim
		Boa Vista	Sim
		Boa Vista - Zona Oeste	Sim
		Novo Paraíso	Sim
	<b>Total</b>	<b>5 campi</b>	<b>5 bibliotecas</b>
Instituto Federal do Tocantins	IFTO	Araguaína	Sim
		Araguatins	Sim
		Colinas do Tocantins	Sim
		Dianópolis	Sim
		Formoso do Araguaia	Sim
		Gurupi	Sim
		Lagoa da Confusão	Sim
		Palmas	Sim
		Paraíso do Tocantins	Sim
		Pedro Afonso	Sim
Porto Nacional	Sim		

	Centro de Referência Em Educação a Distância	<i>Não</i>
<b>Total</b>	<b>12 campi</b>	<b>11 bibliotecas</b>

<b>REGIÃO NORDESTE – 206 BIBLIOTECAS</b>			
<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>CAMPUS</b>	<b>BIBLIOTECA</b>
<b>Instituto Federal de Alagoas</b>	<b>IFAL</b>	Arapiraca	Sim
		Batalha	Sim
		Coruripe	Sim
		Maceió	Sim
		Maceió - Benedito Bentes	Sim
		Maragogi	Sim
		Marechal Deodoro	Sim
		Murici	Sim
		Palmeira dos Índios	Sim
		Penedo	Sim
		Piranhas	Sim
		Rio Largo	Sim
		Santana do Ipanema	Sim
		São Miguel dos Campos	Sim
		Satuba	Sim
		Viçosa	Sim
<b>Total</b>	<b>16 campi</b>	<b>16 bibliotecas</b>	
<b>Instituto Federal da Bahia</b>	<b>IFBA</b>	Barreiras	Sim
		Brumado	Sim
		Camaçari	Sim
		Euclides da Cunha	Sim
		Eunápolis	Sim
		Feira de Santana	Sim
		Ilhéus	Sim
		Irecê	Sim
		Jacobina	Sim
		Jequié	Sim
		Juazeiro	Sim
		Lauro de Freitas	Sim
		Paulo Afonso	Sim
		Porto Seguro	Sim
		Salvador	Sim
		Santo Amaro	Sim
		Santo Antônio de Jesus	Sim
		Seabra	Sim
		Simões Filho	Sim
Ubaíta	Sim		
Valença Tendo	Sim		
Vitória da Conquista	Sim		

	<b>Total</b>	<b>22 campi</b>	<b>22 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal Baiano</b>	<b>IFBAIANO</b>	Alagoinhas	Sim
		Bom Jesus da Lapa	Sim
		Catu	Sim
		Governador Mangabeira	Sim
		Guanambi	Sim
		Itaberaba	Sim
		Itapetinga	Sim
		Santa Inês	Sim
		Senhor do Bonfim	Sim
		Serrinha	Sim
		Teixeira de Freitas	Sim
		Uruçuca	Sim
		Valença	Sim
		Xique-Xique	Sim
		Centro de Referência Dois de Julho	Não
<b>Total</b>	<b>15 campi</b>	<b>14 bibliotecas</b>	
<b>Instituto Federal do Ceará</b>	<b>IFCE</b>	Acaraú	Sim
		Acopiara	Sim
		Aracati	Sim
		Baturité	Sim
		Boa Viagem	Sim
		Camocim	Sim
		Canindé	Sim
		Caucaia	Sim
		Cedro	Sim
		Crateús	Sim
		Crato	Sim
		Fortaleza	Sim
		Guaramiranga	2 unidades
		Horizonte	Sim
		Iguatu	Sim
		Itapipoca	Sim
		Jaguaribe	Sim
		Jaguaruana	Sim
		Juazeiro do Norte	Sim
		Limoeiro do Norte	Sim
		Maracanaú	Sim
		Maranguape	Sim
		Morada Nova	Sim
Paracuru	Sim		
Pecém	Sim		
Quixadá	Sim		
Sobral	Sim		

		Tabuleiro do Norte	Sim
		Tauá	Sim
		Tianguá	Sim
		Ubajara	Sim
		Umirim	Sim
		<b>Total</b>	<b>32 campi</b>
<b>Instituto Federal do Maranhão</b>	<b>IFMA</b>	Açailândia	Sim
		Alcântara	Sim
		Araiozes	<i>Não</i>
		Carolina	<i>Não</i>
		Porto Franco	<i>Não</i>
		Rosário	<i>Não</i>
		Bacabal	Sim
		Barra do Corda	Sim
		Barreirinhas	Sim
		Buriticupu	Sim
		Caxias	Sim
		Codó	Sim
		Coelho Neto	Sim
		Grajaú	Sim
		Imperatriz	Sim
		Itapecuru Mirim	<i>Não</i>
		Pedreiras	Sim
		Pinheiro	Sim
		Presidente Dutra	<i>Não</i>
		Santa Inês	Sim
		São João dos Patos	Sim
		São José de Ribamar	Sim
		São Luís - Centro Histórico	Sim
		São Luís - Maracanã	Sim
		São Luís - Monte Castelo	Sim
		São Raimundo das Mangabeiras	Sim
Timon	Sim		
Viana	Sim		
Zé Doca	Sim		
	Centro de Referência Tecnológica	<i>Não</i>	
	<b>Total</b>	<b>30 campi</b>	<b>23 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal da Paraíba</b>	<b>IFPB</b>	Areia	Sim
		Cabedelo Centro	Sim
		Cabedelo	Sim
		Cajazeiras	Sim
		Campina Grande	Sim
		Catolé do Rocha	Sim
		Esperança	Sim

		Guarabira	Sim
		Itabaiana	Sim
		Itaporanga	Sim
		João Pessoa	Sim
		João Pessoa - Mangabeira	Sim
		Monteiro	Sim
		Patos	Sim
		Pedras de Fogo	Sim
		Picuí	Sim
		Princesa Isabel	Sim
		Santa Luzia	Sim
		Santa Rita	Sim
		Soledade	Sim
		Sousa	Sim
	<b>Total</b>	<b>21 campi</b>	<b>21 bibliotecas</b>
Instituto Federal De Pernambuco	IFPE	Abreu e Lima	Sim
		Afogados da Ingazeira	Sim
		Barreiros	Sim
		Belo Jardim	Sim
		Cabo de Santo Agostinho	Sim
		Caruaru	Sim
		Garanhuns	Sim
		Igarassu	Sim
		Ipojuca	Sim
		Jaboatão dos Guararapes	Sim
		Olinda	Sim
		Palmares	Sim
		Paulista	Sim
		Pesqueira	Sim
		Recife	Sim
		Vitória de Santo Antão	Sim
		Reitoria - Biblioteca especializada	Sim
Biblioteca de Educação a Distância	Sim		
	<b>Total</b>	<b>16 campi</b>	<b>18 bibliotecas</b>
Instituto Federal do Sertão Pernambucano	IFSERTÃO - PE	Floresta	Sim
		Ouricuri	Sim
		Petrolina	Sim
		Petrolina - Zona Rural	Sim
		Salgueiro	Sim
		Santa Maria da Boa Vista	Sim
		Serra Talhada	Sim
	<b>Total</b>	<b>7 campi</b>	<b>7 bibliotecas</b>
Instituto Federal do Piauí	IFPI	Angical do Piauí	Sim
		José de Freitas	Sim
		PIO IX	Não

		Teresina - Dirceu Arcoverde	Sim
		Campo Maior	Sim
		Cocal	Sim
		Corrente	Sim
		Floriano	2 unidades
		Oeiras	Sim
		Parnaíba	Sim
		Paulistana	Sim
		Pedro II	Sim
		Picos	Sim
		Piripiri	Sim
		São João do Piauí	Sim
		São Raimundo Nonato	Sim
		Teresina - Central	Sim
		Teresina - Zona Sul	Sim
		Uruçuí	Sim
		Valença do Piauí	Sim
	<b>Total</b>	<b>20 campi</b>	<b>20 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal do Rio Grande do Norte</b>	<b>IFRN</b>	Apodi	Sim
		Caicó	Sim
		Canguaretama	Sim
		Ceará-Mirim	Sim
		Currais Novos	Sim
		Ipanguaçu	Sim
		João Câmara	Sim
		Lajes	Sim
		Macau	Sim
		Mossoró	Sim
		Natal - Central	2 unidades
		Natal - Cidade Alta	2 unidades
		Natal - Zona Leste	Sim
		Natal - Zona Norte	Sim
		Nova Cruz	Sim
		Parnamirim	Sim
		Parelhas	Sim
		Pau dos Ferros	Sim
		Santa Cruz	Sim
		São Gonçalo do Amarante	Sim
São Paulo do Potengi	Sim		
	<b>Total</b>	<b>21 campi</b>	<b>23 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal de Sergipe</b>	<b>IFS</b>	Aracaju	Sim
		Estância	Sim
		Itabaiana	Sim
		Lagarto	Sim
		Nossa Senhora da Glória	Sim



	Nossa Senhora do Socorro	Sim
	Propriá	Sim
	São Cristóvão	Sim
	Tobias Barreto	Sim
<b>Total</b>	<b>9 campi</b>	<b>9 bibliotecas</b>

<b>REGIÃO CENTRO-OESTE – 66 BIBLIOTECAS</b>			
<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>CAMPUS</b>	<b>BIBLIOTECA</b>
<b>Instituto Federal de Brasília</b>	<b>IFB</b>	Brasília	Sim
		Ceilândia	Sim
		Estrutural	Sim
		Gama	Sim
		Planaltina	Sim
		Riacho Fundo	Sim
		Samambaia	Sim
		São Sebastião	Sim
		Taguatinga	Sim
		Taguatinga - Centro / Recanto das Emas	Sim
<b>Total</b>	<b>10 campi</b>	<b>10 bibliotecas</b>	
<b>Instituto Federal de Goiás</b>	<b>IFG</b>	Águas Lindas de Goiás	Sim
		Anápolis	Sim
		Aparecida de Goiânia	Sim
		Cidade de Goiás	Sim
		Formosa	Sim
		Goiânia	Sim
		Goiânia Oeste	Sim
		Inhumas	Sim
		Itumbiara	Sim
		Jataí	Sim
		Luziânia	Sim
		Senador Canedo	Sim
		Uruaçu	Sim
Valparaíso de Goiás	Sim		
<b>Total</b>	<b>14 campi</b>	<b>14 bibliotecas</b>	
<b>Instituto Federal Goiano</b>	<b>IFGOIANO</b>	Catalão	Sim
		Campos Belos	Sim
		Ceres	Sim
		Cristalina	Sim
		Hidrolândia	Sim
		Ipameri	Sim
		Iporá	Sim
		Morrinhos	Sim
		Posse	Sim
		Rio Verde	Sim

		Trindade	Sim
		Urutaí	Sim
		Reitoria	Sim
	<b>Total</b>	<b>12 campi</b>	<b>13 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal de Mato Grosso</b>	<b>IFMT</b>	Alta Floresta	Sim
		Tangará da Serra	Sim
		Barra do Garças	Sim
		Cáceres	Sim
		Campo Novo do Parecis	Sim
		Confresa	Sim
		Cuiabá	Sim
		Cuiabá - Bela Vista	Sim
		Diamantino	Sim
		Guarantã do Norte	Sim
		Juína	Sim
		Lucas do Rio Verde	Sim
		Pontes e Lacerda	Sim
		Primavera do Leste	Sim
		Rondonópolis	Sim
		São Vicente	Sim
		Sinop	Sim
		Sorriso	Sim
		Várzea Grande	Sim
	<b>Total</b>	<b>19 campi</b>	<b>19 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal de Mato Grosso do Sul</b>	<b>IFMS</b>	Aquidauana	Sim
		Campo Grande	Sim
		Corumbá	Sim
		Coxim	Sim
		Dourados	Sim
		Jardim	Sim
		Naviraí	Sim
		Nova Andradina	Sim
		Ponta Porã	Sim
		Três Lagoas	Sim
			<b>Total</b>

### REGIÃO SUDESTE - 141 BIBLIOTECAS

INSTITUIÇÃO	SIGLA	CAMPUS	BIBLIOTECA
<b>Instituto Federal de São Paulo</b>	<b>IFSP</b>	Araraquara	Sim
		Avaré	Sim
		Barretos	Sim
		Birigui	Sim
		Boituva	Sim
		Bragança Paulista	Sim

	Campinas	Sim	
	Campos do Jordão	Sim	
	Capivari	Sim	
	Caraguatatuba	Sim	
	Catanduva	Sim	
	Cubatão	Sim	
	Guarulhos	Sim	
	Hortolândia	Sim	
	Ilha Solteira	Sim	
	Itapetininga	Sim	
	Itaquaquetuba	Sim	
	Jundiaí	Sim	
	Jacareí	Sim	
	Matão	Sim	
	Piracicaba	Sim	
	Presidente Epitácio	Sim	
	Registro	Sim	
	Salto	Sim	
	São Carlos	Sim	
	São João da Boa Vista	Sim	
	São José do Rio Preto	Sim	
	São José dos Campos	Sim	
	São Paulo	Sim	
	São Paulo - Pirituba	Sim	
	São Roque	Sim	
	Sertãozinho	Sim	
	Sorocaba	Sim	
	Suzano	Sim	
	Tupã	Sim	
	Votuporanga	Sim	
	Centro de Referência São Paulo - São Miguel	Não	
	<b>Total</b>	<b>37 campi</b>	
		<b>36 bibliotecas</b>	
<b>Instituto Federal do Espírito Santo</b>	<b>IFES</b>	Alegre	Sim
		Aracruz	Sim
		Barra de São Francisco	Sim
		Cachoeiro de Itapemirim	Sim
		Cariacica	Sim
		Centro Serrano	Sim
		Colatina	Sim
		Guarapari	Sim
		Ibatiba	Sim
		Itapina	Sim
		Linhares	Sim
		Montanha	Sim

		Nova Venécia	Sim
		Piúma	Sim
		Santa Teresa	Sim
		São Mateus	Sim
		Serra	Sim
		Venda Nova do Imigrante	Sim
		Viana	Sim
		Vila Velha	Sim
		Vitória	Sim
		Centro de Referência em Formação e Educação a Distância	Sim
		<b>Total</b>	<b>22 campi</b>
Instituto Federal de Minas Gerais	IFMG	Arcos	Sim
		Bambuí	Sim
		Betim	Sim
		Conselheiro Lafaiete	Sim
		Congonhas	Sim
		Formiga	Sim
		Governador Valadares	Sim
		Ibirité	Sim
		Ipatinga	Sim
		Itabirito	Sim
		Ouro Branco	Sim
		Ouro Preto	Sim
		Piumhi	Sim
		Ponte Nova	Não
		Ribeirão das Neves	Sim
		Sabará	Sim
	Santa Luzia	Sim	
São João Evangelista	Sim		
	<b>Total</b>	<b>18 campi</b>	<b>17 bibliotecas</b>
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	IFNMG	Almenara	Sim
		Araçuaí	Sim
		Arinos	Sim
		Diamantina	Sim
		Janaúba	Sim
		Januária	Sim
		Montes Claros	Sim
		Pirapora	Sim
		Porteirinha	Sim
		Salinas	Sim
		Teófilo Otoni	Sim
		Centro de Referência Corinto	Não
		Centro de Referência em Educação a Distância	Não

		Reitoria	Sim
	<b>Total</b>	<b>13 campi</b>	<b>12 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais</b>	<b>IFSUDESTE MG</b>	Barbacena	Sim
		Bom Sucesso	Sim
		Cataguases	Sim
		Juiz de Fora	Sim
		Manhuaçu	Sim
		Muriaé	Sim
		Rio Pomba	Sim
		Santos Dumont	Sim
		São João del Rei	Sim
		Ubá	Sim
	<b>Total</b>	<b>10 campi</b>	<b>10 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal do Sul de Minas Gerais</b>	<b>IFSULDEMINAS</b>	Carmo de Minas	Sim
		Inconfidentes	Sim
		Machado	Sim
		Muzambinho	2 unidades
		Passos	Sim
		Poços de Caldas	Sim
		Pouso Alegre	Sim
		Três Corações	Sim
		Centro de Referência Itanhandu	<i>Não</i>
<b>Total</b>	<b>9 campi</b>	<b>9 bibliotecas</b>	
<b>Instituto Federal do Triângulo Mineiro</b>	<b>IFTM</b>	Campina Verde	Sim
		Ituiutaba	Sim
		Paracatu	Sim
		Patos de Minas	Sim
		Patrocínio	Sim
		Uberaba	Sim
		Uberaba - Parque Tecnológico	Sim
		Uberlândia	Sim
		Uberlândia - Centro	Sim
<b>Total</b>	<b>9 campi</b>	<b>9 bibliotecas</b>	
<b>Instituto Federal Fluminense</b>	<b>IFF</b>	Bom Jesus do Itabapoana	Sim
		Cabo Frio	Sim
		Cambuci	Sim
		Campos Centro	Sim
		Campos Guarus	Sim
		Itaperuna	Sim
		Macaé	Sim
		Maricá	Sim
		Quissamã	Sim
		Santo Antônio de Pádua	Sim
		São João da Barra	Sim

		Centro de Referência em Tecnologia, Informação e Comunicação na Educação	<i>Não</i>
	<b>Total</b>	<b>12 campi</b>	<b>11 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal do Rio de Janeiro</b>	<b>IFRJ</b>	Arraial do Cabo	Sim
		Belford Roxo	Sim
		Duque de Caxias	Sim
		Engenheiro Paulo de Frontin	Sim
		Mesquita	Sim
		Nilópolis	Sim
		Niterói	Sim
		Paracambi	Sim
		Pinheiral	Sim
		Realengo	Sim
		Resende	Sim
		Rio de Janeiro	Sim
		São Gonçalo	Sim
		São João de Meriti	Sim
Volta Redonda	Sim		
<b>Total</b>	<b>15 campi</b>	<b>15 bibliotecas</b>	

<b>REGIÃO SUL - 107 BIBLIOTECAS</b>			
<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>CAMPUS</b>	<b>BIBLIOTECA</b>
<b>Instituto Federal do Paraná</b>	<b>IFPR</b>	Assis Chateaubriand	Sim
		Arapongas	<i>Não</i>
		Astorga	Sim
		Barracão	Sim
		Campo Largo	Sim
		Capanema	Sim
		Cascavel	Sim
		Colombo	Sim
		Coronel Vivida	Sim
		Curitiba	Sim
		Foz do Iguaçu	Sim
		Goioerê	Sim
		Irati	Sim
		Ivaiporã	Sim
		Jacarezinho	Sim
		Jaguariaíva	Sim
		Londrina	Sim
		Palmas	Sim
		Paranaguá	Sim
		Paranavaí	Sim
Pinhais	Sim		
Pitanga	Sim		

		Quedas do Iguaçu	Sim
		Telêmaco Borba	Sim
		Umuarama	Sim
		União da Vitória	Sim
	<b>Total</b>	<b>26 campi</b>	<b>25 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal Farroupilha</b>	<b>IFFARRUPILHA</b>	Alegrete	Sim
		Frederico Westphalen	Sim
		Jaguari	Sim
		Júlio de Castilhos	Sim
		Panambi	Sim
		Santa Rosa	Sim
		Santo Ângelo	Sim
		Santo Augusto	Sim
		São Borja	Sim
		São Vicente do Sul	Sim
	Uruguaiana	Sim	
<b>Total</b>	<b>11 campi</b>	<b>11 bibliotecas</b>	
<b>Instituto Federal do Rio Grande do Sul</b>	<b>IFRS</b>	Alvorada	Sim
		Bento Gonçalves	Sim
		Canoas	Sim
		Caxias do Sul	Sim
		Erechim	Sim
		Farroupilha	Sim
		Feliz	Sim
		Ibirubá	Sim
		Osório	Sim
		Porto Alegre	Sim
		Porto Alegre - Restinga	Sim
		Rio Grande	Sim
		Rolante	Sim
		Sertão	Sim
		Vacaria	Sim
		Veranópolis	Sim
	Viamão	Sim	
<b>Total</b>	<b>17 campi</b>	<b>17 bibliotecas</b>	
<b>Instituto Federal Sul Riograndense</b>	<b>IFSUL</b>	Bagé	Sim
		Camaquã	Sim
		Charqueadas	Sim
		Gravataí	Sim
		Jaguarão	Sim
		Lajeado	Sim
		Novo Hamburgo	Sim
		Passo Fundo	Sim
		Pelotas	Sim

		Pelotas - Visconde da Graça	Sim
		Santana do Livramento	Sim
		Sapiranga	Sim
		Sapucaia do Sul	Sim
		Venâncio Aires	Sim
		Centro de Referência Pelotas	Não
	<b>Total</b>	<b>15 campi</b>	<b>14 bibliotecas</b>
<b>Instituto Federal Catarinense</b>	<b>IFC</b>	Abelardo Luz	Sim
		Araquari	Sim
		Blumenau	Sim
		Brusque	Sim
		Camboriú	Sim
		Concórdia	Sim
		Fraiburgo	Sim
		Ibirama	Sim
		Luzerna	Sim
		Rio do Sul	3 unidades
		Santa Rosa do Sul	Sim
		São Bento do Sul	Sim
		São Francisco do Sul	Sim
		Sombrio	Sim
	Videira	Sim	
<b>Total</b>	<b>15 campi</b>	<b>17 bibliotecas</b>	
<b>Instituto Federal de Santa Catarina</b>	<b>IFSC</b>	Araranguá	Sim
		Caçador	Sim
		Canoinhas	Sim
		Chapecó	Sim
		Criciúma	Sim
		Florianópolis	Sim
		Florianópolis - Continente	Sim
		Garopaba	Sim
		Gaspar	Sim
		Itajaí	Sim
		Jaraguá do Sul - Centro	Sim
		Jaraguá do Sul - Rau	Sim
		Joinville	Sim
		Lages	Sim
		Palhoça	Sim
		São Carlos	Sim
		São José	Sim
		São Lourenço do Oeste	Sim
		São Miguel do Oeste	Sim
		Tubarão	Sim
Urupema	Sim		
Xanxerê	Sim		



		Centro de Referência em Formação e Educação a Distância	Sim
	<b>Total</b>	<b>23 campi</b>	<b>23 bibliotecas</b>
<b>TOTAL DE BIBLIOTECAS</b>		<b>589</b>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.